













UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO BRASIL – DE UMA REDEMOCRATIZAÇÃO A OUTRA:

BREVE ABORDAGEM DOCUMENTAL

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO BRASIL – DE UMA REDEMOCRATIZAÇÃO A OUTRA: BREVE ABORDAGEM DOCUMENTAL





DIRECTORA: MARÍLIA PULQUÉRIO FUTRE PINHEIRO



DIRETORIA

PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES
VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL
DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS
1° SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES
2° SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO
TESOUREIRO – VALDIR BARROCO

Francisco das Neves Alves

UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO BRASIL – DE UMA REDEMOCRATIZAÇÃO A OUTRA: BREVE ABORDAGEM DOCUMENTAL



- 41 -











Lisboa / Rio Grande 2021

Ficha Técnica

- Título: Uma introdução à História do Brasil de uma redemocratização a outra: breve abordagem documental
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Documentos, 41
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Capa: Selos comemorativos às Constituições de 1946 e 1988
- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2021

ISBN - 978-65-89557-06-7

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018) e à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e cinquenta livros.



Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra CIPSH de Estudos Globais – CEG)

José Eduardo Franco (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Virgínia Camilotti (UNIMEP)

APRESENTAÇÃO

Como no caso do número 40 desta Coleção Documentos, este livro surgiu a partir da ação docente do seu autor, ministrando a disciplina História do Brasil Contemporâneo, a qual, posteriormente, se desdobraria em duas, uma delas denominada História do Brasil V, a qual compõem os quadros de sequência lógica dos Cursos de História – Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande. Nessa experiência, uma das estratégias didáticas mais empreendidas foi a utilização de documentação histórica diversificada, entre elas, a iconográfica e a midiática e, dentre tais fontes históricas abordadas em sala de aula, a mais recorrente foi a de cunho textual, envolvendo textos de natureza variada e multifacetada.

O presente livro constitui uma abordagem documental introdutória, realizada a partir de estudos de caso e de seleção de fontes, ainda mais por tratar de uma época da formação histórica brasileira prenhe em transformações. Nele são abordados conteúdos que se estendem desde a desintegração da ditadura estado-novista, com o estabelecimento de um processo de redemocratização; passando pelo modelo de transição em direção à consolidação das práticas populistas, estudadas em suas diferentes vertentes — trabalhista, desenvolvimentista e moralista —; chegando ao estertores do populismo com a implantação de um novo modelo autoritário, abordado em suas estruturas até o

seu declínio, com um nova etapa de redemocratização, culminando com a reconstitucionalização do país.

Os documentos textuais estudados estão associados à perspectiva do discurso, a partir "da articulação do texto com o contexto sociopragmático da interação, ou seja, com a dimensão discursiva englobante". Nessa perspectiva, o texto/discurso "não intervém em um contexto como se o contexto não passasse de uma moldura, um cenário", pois, "de fato, não existe discurso que não seja contextualizado", de maneira que "não se pode atribuir um sentido a um enunciado fora do contexto". Também deve ser levado em conta que "o discurso contribui para definir seu contexto e pode *modificá-lo* durante a enunciação"². Dessa maneira, "trata-se de compreender o enunciado" do discurso/texto "na estreiteza e singularidade de sua situação", bem como "de determinar as suas condições de existência, de fixar seus limites, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado" e "de mostrar que outras formas de enunciação exclui"³.

A análise dos textos deve levar em conta que "um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*". Frente a "um documento, o historiador deve sempre atentar para

¹ ADAM, Jean-Michel. Texto. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 468.

² MAINGUENEAU, Dominique. Discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 171.

³ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 31.

o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias"⁴. Tal perspectiva leva em conta que "o texto não é transparente", de modo que "pesquisar o sentido de um texto, de uma frase, de uma palavra exige certo trabalho com o texto", ou seja, "uma aparente desestruturação da cadeia falada e da ordem do discurso, para recompô-lo segundo uma legibilidade significativa"⁵. A concepção textual/discursiva configura um "jogo estratégico e polêmico", ou seja, "o discurso deve ser pensado "como jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva e também como luta"⁶. A abordagem do texto/discurso "procura explicar e interpretar os modos" como as "estruturas resultam de escolhas contextualizadas" e "de cariz social, político, cultural e ideológico", explicitando "quer as representações ideacionais dos produtores textuais quer as relações e as identidades de produtores e consumidores textuais".

_

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 377.

⁵ ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 153.

⁶ BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso.* 5.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 31.

⁷ PEDRO, Emília Ribeiro. O discurso dos e nos *media*. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1998. p. 293.

O texto/discurso deve ser observado a partir de sua "dimensão de exterioridade", levando em conta a ação social e a "dispersão do tempo"⁸. É preciso colocar "em evidência o problema das condições de produção como um quadro de informação prévio e necessário a uma observação interna de cada realidade discursiva"⁹. A preocupação com o ambiente no qual ocorreu a elaboração do texto/discurso advém da perspectiva de que a prática discursiva não é "um objeto concreto oferecido à instituição e sim o resultado de uma construção", condicionada pelo contexto histórico¹⁰. Nessa perspectiva, "é uma ilusão acreditar" que "os enunciados" de um discurso "se interpretam sem contexto", sendo preciso "definir o contexto do qual tirar as informações necessárias para interpretar" o discurso¹¹. Torna-se, assim, imprescindível "apreender o discurso como uma atividade inseparável do contexto"¹².

As construções textuais/discursivas equivalem a "uma atividade ao mesmo tempo condicionada pelo contexto e transformadora desse mesmo contexto", pois, "dada a abertura da interação, o contexto é ao mesmo tempo construído na e pela maneira como se desenvolve" e, "definida de antemão, a

⁸ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.* 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 354.

⁹ OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 51.

¹⁰ MAINGUENEAU, Dominique. *Introducción a los métodos de análisis del discurso: problemas y perspectivas.* Buenos Aires: Hachette, 1980. p. 21.

¹¹ MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 25 e 29.

¹² MAINGUENEAU, Dominique. *Termos chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 33.

situação é sem cessar redefinida pelo conjunto de acontecimentos discursivos", ou seja, "a relação entre texto e contexto não é absolutamente unilateral, mas dialética"¹³. Nessa linha, "uma propriedade do contexto a ressaltar é seu caráter dinâmico", já que ele se desloca em situações que "não permanecem idênticas no tempo e sim se cambiam"; já que "um contexto é um transcurso de acontecimentos" que "tem um estado inicial, estados intermediários e um estado final"¹⁴. Assim, a leitura de um discurso "não é possível e/ou razoável em si, mas em relação às suas histórias", não se constituindo seu sentido em algo "fechado em si mesmo e autossuficiente" 15.

Na interpretação dos textos/discursos torna-se relevante reconhecer "o tempo e o espaço da produção do discurso". Desse modo, nas pesquisas é significativo o ato de "incrustar o enunciado" discursivo "no contexto social e generalizar a partir de significados surgidos em contextos sociais específicos". Desse modo, o pesquisador "pode eleger, dentre os elementos constitutivos do contexto, os necessários para caracterizar um determinado ato comunicativo"16. Nesse sentido, é imprescindível a consciência acerca "do contexto social, político, cultural e histórico da inserção dos destinatários, dos consumidores textuais", em um quadro pelo qual "cada um deles atualiza diferentemente o

¹³ KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Contexto. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004. p. 128.

¹⁴ DIJK, Teun A. van. Texto y contexto: semântica y pragmática del discurso. 3.ed. Madri: Ediciones Cátedra, 1988. p. 273-274.

¹⁵ ORLANDI, Eni P. *Discurso & leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988. p. 44.

¹⁶ BROWN, Gillian & YULE, George. *Análisis del discurso*. Madri: Visor Libros, 1993. p. 49, 60 e 62.

potencial de significado com base naquilo não apenas que quer, mas, sobretudo, que pode dizer". Através de tal princípio, a observação de um discurso viabiliza "entender o que lá está, e o que poderia estar, com base na consideração de que qualquer produto textual resulta de um processo discursivo", o qual, por sua vez, fica "inserido numa prática social concreta e ideologicamente determinada e determinante"¹⁷.

Assim, estes breves e introdutórios estudos de caso, levando em conta a abordagem documental, envolvendo o devir histórico brasileiro compreendido entre a redemocratização de 1945-1946 e a nova redemocratização de 1986-1988, são calcados nas inter-relações entre o texto/discurso e o contexto histórico, envolvendo suas interfaces e interinfluências recíprocas. Seu intento fundamental é o melhor entendimento da conjuntura em análise, levando os alunos a essencialmente refletirem acerca dos alcances e limites das construções discursivas, bem como a distinguirem as distinções — por vezes sutis e em outras circunstâncias substanciais — entre o discurso e a práxis. Fica então à disposição de docentes e discentes uma das tantas estratégias possíveis para o estudo da formação brasileira, ao longo do processo histórico demarcado, no início pela Constituição de 1946, e, ao encerramento, pela Constituição de 1988.

_

¹⁷ PEDRO, Emília Ribeiro. O discurso dos e nos *media*. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1998. p. 306.

ÍNDICE

Redemocratização e transição	17
Populismo e trabalhismo	63
Populismo e desenvolvimentismo	97
Caminhos para a crise do populismo	137
O surgimento de mais uma ditadura	183
Da ditadura a uma nova redemocratização	239



A participação do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado das forças aliadas, representou o apogeu da ditadura estado-novista. Tal presença permitiu o fomento ao projeto siderúrgico nacional, financiado com capital norte-americano, passo decisivo para o processo modernizador intentado desde a campanha da Aliança Liberal e que chegava a um momento decisivo de sua implementação no que tange à busca do progresso econômico por meio da industrialização. Por outro lado, no campo político-ideológico, o fato de o país estar lutando externamente contra os totalitarismos e, internamente, manter um regime ditatorial, estabeleceu uma contradição que viria a ser decisiva para trazer fragilidades à sustentação do Estado Novo.

A vitória aliada ao final da II Guerra Mundial seria ainda mais definitiva para a desintegração estado-novista. No campo externo, não havia mais a premência norte-americana de apoiar o governo brasileiro, independente de seu matiz ideológico, ainda mais diante da incongruência momentânea de tratar-se de um regime ditatorial. Além disso, várias das lideranças militares brasileiras ombrearam com colegas estadunidenses durante a guerra, bem como muitas delas promoveram estudos nos Estados Unidos, sendo influenciadas diretamente no sentido de uma mudança na situação política do Brasil. A geopolítica internacional mudaria drasticamente, com os primeiros passos da Guerra Fria e da bipolarização entre Estados Unidos e União Soviética, com o Brasil mantendo o alinhamento com o primeiro país.

Havia também o desgaste do próprio regime ditatorial que conseguira sustentar as práticas autoritárias e a ampla falta de liberdades individuais a partir do estado de exceção, justificado pela II Guerra Mundial. Mas, progressivamente, surgiria espaço para manifestações de oposição ao regime vigente¹⁸. Foi o caso do Manifesto dos Mineiros, lançado a 24 de outubro de 1943, no qual líderes liberais reivindicavam o retorno dos direitos democráticos. Segundo tal manifesto, "o Brasil pertence à cultura ocidental e dela não se poderá isolar nunca", tendo em vista que o seu "destino está de maneira indissolúvel ligado ao Ocidente", com a respectiva influência "dos seus valores morais e espirituais". A respeito do contexto internacional e nacional, os "mineiros" diziam que "a democracia não era mais, há alguns anos passados, um bem assegurado", pois "vivia ameaçada de dentro e de fora das nações, e em muitos países falhou completamente". Em seguida, os manifestantes lançavam mão do recurso de buscar no passado exemplos de atos democráticos, citandoos ao longo do manifesto. No encerramento da manifestação ficava evidenciada a contradição que demarcava a vida brasileira entre a sua posição no campo externo e no interno, havendo clara reivindicação quanto à necessidade da adoção de princípios básicos como os da democracia, da federação e da liberdade:

¹⁸ Manifestações citadas a partir de: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5. p. 464-528.

Concluindo, reiteramos a nossa solidariedade com os compromissos do Brasil, a cuja política de guerra – tal como todos os brasileiros dignos deste nome – temos prestado e continuaremos a prestar o nosso inteiro apoio. (...)

Em suma: anunciando que a nação será convocada para a sua estruturação política, parece-nos que, se os povos aguardarem a vitória a fim de escolherem os seus rumos, terão para isso perdido uma das supremas oportunidades da História.

Eis por que, no momento em que devemos, unidos e coesos, sem medir sacrifícios e sem quebra ou interrupção da solidariedade já manifestada, dar tudo pela vitória do Brasil, entendemos que é também contribuir para o esforço de guerra conclamar, como conclamamos, os mineiros a que se unam acima de ressentimentos, interesses e comodidades, sob os ideais vitoriosos a 15 de novembro de 1889 e reafirmados solenemente em outubro de 1930, a fim de que, pela federação e pela democracia, possam todos os brasileiros viver em liberdade uma vida digna, respeitados e estimados pelos povos irmãos da América e de todo o mundo.

Apesar dessas possibilidades de manifestações reivindicatórias, a repressão permanecia, tanto que, em dezembro de 1943, uma passeata estudantil em São Paulo foi reprimida pela polícia, com a morte de estudantes. Também no campo político havia articulações de combate à ditadura, como foi o caso das primeiras articulações, em agosto de 1944, para a formação da União Democrática Nacional (UDN), uma frente ampla de combate ao regime ditatorial. Em outubro do mesmo ano, Góis Monteiro, uma das mais importantes lideranças militares brasileiras e um dos pilares na instalação do Estado Novo, passava a demonstrar nova postura, manifestando-se a favor da democracia. Já em dezembro, a UDN estabelecia articulações para lançar uma candidatura à Presidência da República, com a escolha do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato.

As manifestações em prol da democracia prosseguiam, com a realização do Congresso Brasileiro de Escritores, em janeiro de 1945, o qual viria a propor:

- que todos cooperem na defesa do conceito da liberdade que julga cada homem como o meio do fim de si mesmo e de forma alguma como meio do fim de outro homem e, em consequência, na defesa da liberdade de pensamento, de crítica e de cátedra indispensável a toda obra de cultura e de criação;
- que sempre e em todas as oportunidades se manifestem em defesa dos direitos e da dignidade da pessoa humana e os valores da vida interior contra as tendências de domínio e absorção do indivíduo, capazes de reduzi-lo a um simples instrumento do poder público;
- que, dentro do mais alto espírito de unidade nacional, reconheçam e defendam, como a mais favorável à vida intelectual em todas as suas manifestações, uma vida social democrática de tal modo organizada que permita e favoreça diferenças individuais, de acordo com as aptidões de cada um, e uma multiplicidade de expressões culturais diversas;
- que contribuam, por todos os meios de que possam dispor, e, portanto, com suas críticas, propostas e sugestões para a reestruturação do sistema nacional de educação e de suas instituições escolares (...);
- que considerem, pois, os escritores a função que lhes cabe ou que podem exercer no processo de democratização da cultura, o qual não se realiza somente, como se supõe, de fora para dentro, sob pressão de causas externas (...), mas pela força interna de criação e de renovação de uma cultura de mandato social, enraizada na vida do povo (...).

Em fevereiro de 1945, o jornal *Correio da Manhã* publicava uma entrevista com o ex-ministro e ex-candidato à Presidência, José Américo de Almeida, concedida ao jornalista Carlos Lacerda, na qual condenava a ditadura e pedia eleições. Tal matéria trazia por significado prático o rompimento da censura para com a imprensa. Abria-se espaço para mais manifestações, como foi o caso

do Manifesto dos Jornalistas, ocorrido em março de 1945, o qual declarava que, "no momento em que a nação, uníssona, clama pelo seu retorno à normalização constitucional", os homens de imprensa sentiam-se "na obrigação de definir publicamente a sua posição política". Em claro espírito de oposição à ditadura, os jornalistas afirmavam que, "com a emoção de quem emerge das trevas, retomamos a responsabilidade de opinar e zelar pelos interesses coletivos", o que era até então inviável, uma vez que estavam "privados de independência". Diante disso, argumentavam que, "sem liberdade, sufocados pela censura, conservando íntegras as nossas convicções democráticas, tínhamos sido reduzidos ao silêncio e à impotência", seguindo a manifestação em tom crítico à opressão ditatorial. Pouco depois, ainda no mesmo mês, era publicada a Declaração dos Artistas Plásticos, aderindo e solidarizando-se às indicações do Congresso Brasileiro de Escritores.

Diante da pressão, em maio de 1945, o governo expedia decreto que fixava as eleições presidenciais para 2 de dezembro, com a exigência de que os partidos tivessem caráter nacional. Apesar dessas medidas de abertura, o projeto de continuidade no poder não era deixado de lado, tanto que, em agosto, iniciavamse as manifestações do "queremismo", com a organização de vários comícios em diversas capitais do país. O movimento "queremista" pretendia que a redemocratização se realizasse com a permanência de Getúlio Vargas no poder¹⁹. A 30 de agosto de 1945, Vargas proferia discurso em referência ao

¹⁹ FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência democrática – da

comício "queremista" ocorrido no Rio de Janeiro, no qual já ficavam demarcados os indícios das tendências que sustentaria a partir de então, calcadas no populismo trabalhista:

Ao homem que se aproxima do fim de suas atividades públicas, e que outro desejo não tem senão o de recolher-se à tranquilidade de seu lar, é profundamente comovedor e eloquente este movimento a que acabo de assistir, do povo da capital da República, símbolo de bravura cívica, de grandeza e de entusiasmo. É que eu compreendo o significado desta manifestação. Ela constitui uma reação do povo contra as injúrias dos gazeteiros, contra aqueles que, cegos pelas paixões políticas, procuram, pela injúria e pela facécia, amesquinhar a pessoa do chefe da nação. A resposta foi esta: o protesto do povo. Estou vingado, porque nenhuma outra vingança desejaria exercer.

Eu fiz sempre a política do trabalhador, a política dos homens que trabalham e produzem, nos campos e nas cidades, nas oficinas, nos escritórios, nas fábricas ou nas estradas de ferro, nos navios, no mar e na terra, nos guichês dos bancos e nos estabelecimentos onde trabalha o funcionalismo público. Em toda parte procurei atender às necessidades dos que trabalham.

Não gostam de mim os gozadores e os sibaritas, aqueles que, vivendo na abundância, não querem pagar aos homens que trabalham uma justa remuneração dos seus serviços. Não me querem os forjadores dos trustes e monopólios, que procuram desorganizar o orçamento do pobre, encarecendo a vida e provocando a elevação dos gêneros de primeira necessidade. Contra esses, estarei sempre ao lado dos interesses do povo, para cumprir a lei. (...)

Está traçado o caminho das urnas. Nós marchamos para as eleições. Ninguém poderá detê-las. Portanto, é preciso que os cidadãos se alistem para votar. A alma do cidadão é o voto depositado nas urnas. Desse modo, ele fará pesar a sua vontade. Mas o voto consciente, não o voto de cabresto dos cabos eleitorais. Só assim o povo brasileiro fará sentir a sua vontade. Eu quero presidir a essas eleições, para que o

democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 — Terceira República (1945-1964). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 11-45.

povo brasileiro escolha livremente os seus representantes que serão os mandatários de suas aspirações e os obreiros da grandeza do Brasil.²⁰

As medidas de abertura, como a marcação das eleições e a anistia e a ação do movimento "queremista", não serviriam para garantir a permanência de Vargas no poder, a qual ficava cada vez mais inviável, uma vez que "o conjunto de pressões internas e externas havia sido capaz de mudar 'de fato' o regime"21. Além da oposição que se articulava ,mormente na UDN, e das manifestações da intelectualidade, a progressiva perda do apoio dos militares seria decisiva para apear o Presidente de seu cargo. Góis Monteiro, com toda a sua representatividade no meio castrense, proclamou que não permitiria o avanço de uma "onda de anarquia", pretendendo ver "o país restituído aos seus quadros legais". O ponto crucial que levaria à mudança ocorreu a partir da nomeação de Benjamin Vargas, irmão do Presidente da República, para a Chefia de Polícia no Rio de Janeiro, fato utilizado como mote para a derrubada de Vargas. Era mais uma vez Góis Monteiro quem comunicava o ocorrido, declarando que, "em nome das classes armadas" e "diante dos últimos acontecimentos" e ainda "para evitar maiores inquietações por motivos políticos", o Presidente estava afastado do governo, sendo transmitido "o poder ao Presidente do Supremo Tribunal

²⁰ Citado por: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5. p. 602-603.

²¹ MENDES JÚNIOR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.). *Brasil história – texto e consulta: Era de Vargas.* São Paulo: Hucitec, 1989. p. 204.

Federal"²². Nesse contexto, alguns dos "militares que mais se destacaram" na efetivação da queda de Vargas "eram os mesmos que figuraram no golpe de 10 de novembro", que instalara o Estado Novo²³. Mais do que uma atitude de viés político, a queda de Getúlio Vargas constituiu "um ato de força por parte dos generais", ou seja, "como havia acontecido, nos momentos críticos, em outubro de 1930 e novembro de 1937, foram os militares e não os políticos que se tornaram os imediatos guardiões do poder"²⁴.

Terminava uma permanência de quinze anos no poder, mas não a influência política. O encerramento do Estado Novo não deixou de ser uma decisão de compromisso, pois, diante da pressão contrária à ditadura e, fundamentalmente, perante as novas contingências nacionais/internacionais, os militares derrubaram Vargas, mas, ao mesmo não lhe impuseram punições de qualquer natureza, como o exílio ou a perda dos direitos políticos. Getúlio Vargas não sofreu qualquer tipo de processo e, deslocando-se de volta para sua terra natal, permaneceu exercendo um papel político significativo. Além disso, ele atuou decisivamente na reedificação partidária daquele momento de redemocratização. Nesse sentido, em alternativa à UDN, agiu diretamente na formação do Partido Social Democrático (PSD), congregando as forças políticas estaduais, a partir da ação de seus interventores, e do Partido Trabalhista

²² Citado: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5. p. 607-609.

²³ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve historia conteporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 108.

²⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo.* 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 78.

Brasileiro (PTB), cuja força política emanava dos sindicatos, atrelados ao Estado durante a ditadura.

Assim, o ano de 1945 marcaria também a retomada da ação dos partidos políticos, extintos durante a ditadura estado-novista²⁵. Ao contrário da caracterização regional que marcara os partidos até então, as novas agremiações tenderam a constituir estruturas de organização nacional, de modo que, apesar de algumas discrepâncias internas advindas dos regionalismos, elas buscaram instituir uma atuação mais abrangente e global. Os três principais partidos que tiveram uma ação mais direta no período que vai de 1945 a 1964, a UDN, o PSD e o PTB, elaboraram conteúdos programáticos cuja principal característica era uma sistematização de objetivos, visando a atingir diversos elementos constitutivos da vida nacional²⁶.

A UDN, em seu programa de 1945, dizia preconizar e apoiar "um processo de democratização do Brasil, de fim construtivo e social, capaz de promover o progresso político e econômico e o bem-estar de todos os brasileiros". A agremiação pretendia também "atingir a realidade democrática, pelo exercício efetivo das liberdades que lhe são inerentes", como as "de pensamento, de

²⁵ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 127-153.

²⁶ Conteúdos de cada partido destacados com base em: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas.* 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 343-466.

reunião, de associação, de ensino, de religião e de culto e de organização partidária e sindical"; bem como através de "um regime representativo consciente e legítimo". A UDN propunha ainda a manutenção da federação, de maneira que, "sem restringir a autonomia dos estados", pudesse ser fortalecida "a unidade política nacional"; além da reconstrução da "vida municipal, como ponto de apoio da organização democrática"; e a reintegração do Poder Judiciário. Ainda compunham o conteúdo programático da UDN os seguintes itens:

- administração
- homem
- capital
- técnica
- terra
- industrialização
- comércio
- transportes
- regime fiscal
- política social
- intervenção do Estado
- relações exteriores

- segurança nacional

O programa do PSD expresso em 1945 apresentava suas "diretrizes constitucionais", dentre as quais, no que tange à "organização nacional", defendia princípios como: sistema federativo, forma republicana, soberania da união, autonomia dos estados, autonomia do Distrito Federal, autonomia dos municípios, unidade do direito, temporariedade das funções eletivas, Congresso Nacional bicameral, responsabilidade dos agentes de administração e plenitude das garantias dos magistrados. Quanto aos "direitos fundamentais", propunha o voto obrigatório e secreto, o sufrágio universal e direto, a pluralidade dos partidos nacionais, a representação proporcional, a justiça eleitoral, a inviolabilidade dos direitos individuais e a plenitude dos direitos econômicos e sociais do homem. Já no que se refere à "prática da democracia", o PSD propugnava uma "educação político do povo, no sentido da formação" de uma "consciência democrática", de um "vigilante espírito constitucional" e de "hábitos de serenidade e elevação nas campanhas e debates políticos". Em tal conteúdo programático, bastante detalhado, também eram apontados:

- administração geral e financeira (planos de administração; organização, pessoal e material dos serviços públicos; serviços de geografia e estatística; orçamento, política tributária; moralidade e eficiência administrativa)
- ordem externa e interna (relações exteriores; Forças Armadas; serviços judiciários, penitenciários e policiais; localização do Distrito Federal)

- organização social (política demográfica; a cidade e o campo; a instituição da família, a casa, a associação profissional ou sindical; a igualdade social)
- economia nacional (energia; indústria; agricultura; comércio; moeda e crédito; cooperativismo);
- trabalho e previdência (o trabalho como obrigação e direito do homem; garantias de trabalho; salário do trabalhador; oito horas de trabalho; repouso e férias; condições de trabalho; assistência do trabalhador; participação nos lucros das empresas; direito do trabalhador por conta própria; direito de greve; legislação trabalhista; justiça do trabalho; previdência)
- saúde e assistência (pesquisa científica; fiscalização das profissões; alimentação; combate às endemias; organização sanitária e hospitalar; puericultura; proteção aos menores; obras assistenciais; assistência religiosa)
- educação e cultura (expansão e melhoria do ensino; ensino primário, de segundo grau e superior; educação geral; gratuidade do ensino; assistência aos escolares; organização dos estudantes; o professor; administração do ensino; escotismo; difusão cultural; as ciências, as letras e as artes)
- sistema de viação (plano nacional de viação; transportes ferroviários, transportes rodoviários; navegação marítima, fluvial e lacustre; navegação aérea; concorrência dos sistemas; código de transportes; comunicações; indústrias referentes à viação; formação de pessoal especializado)

Já o programa do PTB era bem mais centrado nas questões trabalhistas, propondo o "reexame da Constituição sem que sejam reduzidos os direitos por ela assegurados aos trabalhadores". Pretendia ainda que as modificações constitucionais se operassem "no sentido de estabelecer um melhor equilíbrio entre as classes sociais através do reajustamento das prerrogativas inerentes ao capital e ao trabalho", levando em conta a "melhor distribuição das riquezas, restrições de lucros a um limite razoável e participação dos mesmos pelos trabalhadores". Defendia também a "extinção dos latifúndios", o "crédito agrícola" e a "valorização do homem do povo". Tal partido propugnava ainda a "unidade nacional, sob o regime democrático, com voto direto e universal". Também faziam parte do programa do PTB os seguintes pontos:

- a verdadeira representação política do trabalhador
- a legislação social
- o trabalhador rural
- a justiça do trabalho
- o dever de trabalhar e a segurança de emprego
- o aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores
- a autonomia das entidades sindicais
- a representação das classes
- a segurança social

- a pobreza como um perigo social
- a iniciativa privada supletiva da ação governamental
- a formação da nacionalidade
- as escolas pré-vocacionais
- a proteção ampla à maternidade e à infância
- a planificação econômica
- as fontes de energia
- os transportes
- as indústrias
- a agricultura
- o comércio
- a imigração
- a limitação da riqueza
- a participação nos lucros
- a extinção dos latifúndios
- o movimento cooperativista
- o combate aos açambarcadores e a responsabilidade funcional
- o salário profissional e a garantia de acesso

- o espírito de solidariedade entre todos os cidadãos
- o combate aos regimes de violência
- a política de compreensão e ajuda entre as nações
- o direito de greves

Além desses partidos, o retorno do PCB também constituiu um fenômeno histórico relevante nessa época. Tal agremiação definia-se como o "partido da classe operária, composto principalmente de trabalhadores", propondo-se a lutar "pela conquista da completa emancipação econômica, política e social do Brasil"; visando a "conseguir para o povo as garantias da mais ampla e efetiva democracia", bem como "melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da classe operária e de toda a população laboriosa, até chegar a abolir todas as formas de exploração e opressão". Pretendia também "assegurar sempre o maior desenvolvimento e progresso do país e de suas forças de produção". O conteúdo programático dos comunistas apresentado em 1945 defendia pautas concentradas em lutas como:

- pelo termo à exploração do país pelo capital estrangeiro colonizador e pelas forças reacionárias internas
- pela paz e a cooperação entre as nações e o fortalecimento da unidade mundial dos povos
- contra as guerras de conquista e a exploração colonial

- pela exploração da terra por métodos modernos, com a divisão e a entrega gratuita à massa camponesa das terras abandonadas
- pela vigência das liberdades públicas e das garantias do cidadão
- pela vitória e pleno desenvolvimento da democracia
- pela defesa do lar e da família
- pela emancipação da mulher
- pela defesa da juventude
- pelo desenvolvimento da ciência, da arte e da cultura
- por um governo genuinamente popular

Vários outros partidos atuaram no período posterior ao Estado Novo, dentre eles, o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Social Progressista (PSP). As prioridades políticas do momento estavam ligadas à retomada das práticas eleitorais, à eliminação dos mecanismos autoritários e a reconstitucionalização do país. Nesse sentido, as novas determinações legais estabeleceram as datas das eleições para governadores, Assembleias Legislativas dos estados, conjuntamente com as já definidas para Presidente da República, Conselho Federal e Câmara dos Deputados. Concomitantemente, outro dispositivo legal promoveu a extinção do Tribunal de Segurança Nacional, o que trazia consigo a recuperação de algumas das liberdades individuais

suprimidas nos anos anteriores. Após a queda de Vargas, o poder foi exercido por José Linhares, representante do Judiciário, cujo governo teve por principal objetivo preparar o país para as eleições, até a posse do novo Presidente.

As eleições presidenciais ficaram concentradas entre a UDN, com o brigadeiro Eduardo Gomes e o PSD, com Eurico Gaspar Dutra, aparecendo ainda a candidatura de Yedo Fiúza pelo PCB, ainda que o mesmo não chegasse a ser um militante de tal partido. A UDN se apresentava como a encarnação do espírito combativo ao Estado Novo e ao getulismo, recaindo sua candidatura sobre Eduardo Gomes, militar da Aeronáutica, cujo nome, durante a campanha, foi associado a uma suposta heroicidade, tendo em vista ser um dos poucos sobreviventes dos "18 do Forte", à época da primeira rebelião tenentista, conhecida como Revolta do Forte de Copacabana. Já Gaspar Dutra era também militar e tivera participação efetiva na ditadura estado-novista, atuando no Ministério da Guerra.

Um fator decisivo para os rumos eleitorais foi o apoio de Getúlio Vargas à candidatura de Dutra. Ainda que Vargas tivesse chegado a considerar tal militar como um traidor, por ter participado de sua derrubada, ao final do Estado Novo, a escolha por apoiá-lo foi decidida tendo em vista evitar a posse de um aberto opositor, como era o caso de Eduardo Gomes, que poderia promover uma devassa na administração estado-novista, bem como implicações judiciais para com seus mantenedores. Além disso, Vargas preferia uma candidatura que não ofuscasse sua própria imagem, tendo em vista seu projeto de uma retomada ao

poder a partir das eleições presidenciais seguintes. Nessa linha, Getúlio Vargas pronunciou manifesto "aos brasileiros" aconselhando o voto para Dutra:

A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, nem se participa da vitória ficando neutro. Fora do governo, meu espírito sofreu decantação de quaisquer ressentimentos, por injustiças sofridas. Nunca pretendi outra coisa, senão cumprir a lei, realizar as eleições na época marcada e passar o governo às mãos do meu substituto eleito pelo povo e reconhecido pelos poderes legais. (...)

O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios.

Sempre procurei atender aos interesses dos pobres e dos humildes, amparar os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro em geral, desse povo sempre bom, bravo e generoso. Estarei ao vosso lado para a luta e acompanhar-vos-ei até a vitória.

Após esta, estarei ainda ao lado do povo contra o Presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato.

Agredido, injuriado, traumatizado pelo choque dos ódios e das paixões políticas, venho dizer-vos que esqueci tudo isto e encontrei no amor à minha pátria, forças para me renovar.

Estou presente e venho cumprir minha palavra.²⁷

O apoio de Vargas foi decisivo para a vitória de Dutra, revelando um fator essencial para os rumos políticos do país até os primórdios dos anos 1960, pelo qual, todas as eleições à Presidência da República foram vencidas por candidatos que contavam com o apoio ou estavam diretamente vinculados às

²⁷ Citado por: CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1965)*. São Paulo: DIFEL: 1980. p. 4-5.

práticas populistas. A relevância política de Vargas era tão considerável que ele chegou a ser eleito senador por dois estados e deputado por seis deles. Além disso, foi atribuída à candidatura de Eduardo Gomes uma caracterização antipopular, por meio de uma propalada frase a ele atribuída, segundo a qual ele não precisaria do "voto de marmiteiros", ou seja, poderia prescindir da votação das massas de trabalhadores urbanos.

Na eleição presidencial, Dutra recebeu 3.251.507 votos; Eduardo Gomes, 2.039.342, e Fiúza, 569.818. Nessa época a população brasileira era de 46.215.000 habitantes, dos quais 7.459.849 eram eleitores e 6.200.005, compareceram como votantes. Quanto ao Poder Legislativo, a maioria ficou com o PSD, seguido pela UDN, depois o PTB e o PCB, além de representantes de outras agremiações. Dessa maneira, "a nova ordem liberal-democrática não começara bem", já que "o primeiro presidente representou a continuidade dos conservadores no poder"28. A posse do novo Presidente ocorreu a 31 de janeiro de 1946 e, nos primeiros meses desse ano, o governo teve enfrentar uma grave onda de greves operárias, levando à edição, em março, de mecanismo legal restritivo a tal ação. Em fevereiro do mesmo ano iniciavam-se os trabalhos da Assembleia Constituinte. Os resquícios autoritários permaneciam, assim como a influência do clima de Guerra Fria, com o alinhamento aos Estados Unidos. Nesse sentido, em março de 1946 foram apresentadas denúncias contra o PCB e pedida a cassação do seu registro junto ao TSE, com a acusação de que o partido seria antidemocrático e

²⁸ LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 720.

receberia auxílio da URSS. Em maio ocorreu um expurgo de funcionários públicos comunistas e repressão a comício do PCB. Ainda neste mês ocorreu a apresentação do anteprojeto de Constituição, a qual viria a ser promulgada a 16 de setembro.

A Constituição de 1946 teria como condicionantes fundamentais o antagonismo em relação à ditadura decaída, com a retomada de dispositivos democráticos, a opção por limitações à centralização política e à concentração de poderes e valorização dos direitos individuais²⁹. Segundo o texto constitucional³⁰, os Estados Unidos do Brasil mantinham, "sob o regime representativo, a Federação e a República", acrescentando que "todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido". A União era formada pelo conjunto de estados, territórios e o Distrito Federal. Quanto ao contexto de deflagração bélica que recentemente se encerrara, a Constituição garantia que "o Brasil só recorrerá à guerra, se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito", além disso, previa que, "em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado".

-

²⁹ BONAVIDES, Paulo & ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil.* 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 407-425.; IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e constituições brasileiras.* São Paulo: Brasileiras, 1985. p. 60-71.; e QUIRINO, Célia Galvão & MONTES, Maria Lúcia. *Constituições brasileiras e cidadania.* São Paulo: Ática, 1987. p. 60-65.

³⁰ REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

Tal texto previa ainda as competências da União, limitava as possibilidades de intervenção federal em cada um dos estados e determinava o destino dos impostos. Indicava que o Poder Legislativo seria exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Ficavam previstas as condições de elegibilidade para o Congresso Nacional, ou seja, ser brasileiro, estar no exercício dos direitos políticos e ser maior de vinte e cinco anos para a Câmara dos Deputados e de trinta e cinco, para o Senado Federal, havendo também a previsão das formas de funcionamento e das atribuições de cada uma das casas legislativas, bem como do rito da confecção das leis. Já o Poder Executivo seria exercido pelo Presidente da República, elegível no caso de ser brasileiro, estar no exercício dos direitos políticos e ser maior de trinta e cinco anos, ficando também estabelecidas as atribuições e as reponsabilidades do chefe do Executivo. No que tange ao Poder Judiciário, eram expressos os ditames de funcionamento e ação do Supremo Tribunal Federal, dos Juízes e dos Tribunais, além da Justiça dos Estados e do Ministério Público.

No que se refere ao processo eleitoral, a Constituição de 1946 previa que eram "eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei". Entretanto, não poderiam "alistar-se eleitores: os analfabetos; os que não saibam exprimir-se na língua nacional; os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos". Também era vedado que se alistassem "eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior". Ainda quanto às eleições, ficava previsto que "o alistamento e o voto são

obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei"; bem como "o sufrágio é universal e direto; o voto é secreto", ficando "assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, na forma que a lei estabelecer".

A ampliação dos direitos e das garantias individuais em relação ao período anterior foi significativa. Ao contrário da Constituição antecedente, que tinha uma tendência restritiva, a Carta de 1946 garantia que "a especificação dos direitos e garantias expressas" em seu texto, não excluiria "outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota". A Constituição de 1946 assegurava "aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade", com destaque para fundamentos como:

- todos são iguais perante a lei;
- ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;
- a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual;
- é livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer;

- não é permitido o anonimato;
- é assegurado o direito de resposta;
- a publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público; não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe;
- é inviolável o sigilo da correspondência;
- é inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes;
- por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos, salvo se a invocar para se eximir de obrigação, encargo ou serviço impostos pela lei aos brasileiros em geral, ou recusar os que ela estabelecer em substituição daqueles deveres, a fim de atender escusa de consciência;
- sem constrangimento dos favorecidos, será prestada por brasileiro assistência religiosa às Forças Armadas e, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais, também nos estabelecimentos de internação coletiva;
- os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal; é permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos; as associações religiosas poderão, na forma da lei, manter cemitérios particulares;

- todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública; com esse intuito, poderá a polícia designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite;
- é garantida a liberdade de associação para fins lícitos; nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judiciária;
- é vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem;
- é livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer;
- a casa é o asilo inviolável do indivíduo; ninguém poderá nela penetrar à noite, sem consentimento do morador, a não ser para acudir a vítimas de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e pela forma que a lei estabelecer;
- é garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro; em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior;

- os inventos industriais pertencem aos seus autores, aos quais a lei garantirá privilégio temporário ou, se a vulgarização convier à coletividade, concederá justo prêmio;
- é assegurada a propriedade das marcas de indústria e comércio, bem como a exclusividade do uso do nome comercial;
- aos autores de obras literárias, artísticas ou científicas pertence o direito exclusivo de reproduzi-las; os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei fixar;
- ninguém será preso senão em flagrante delito ou, por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei;
- ninguém será levado à prisão ou nela detido se prestar fiança permitida em lei;
- a prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, e, nos casos previstos em lei, promoverá a responsabilidade da autoridade coatora;
- dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder; nas transgressões disciplinares, não cabe o *habeas corpus*,
- para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus*, conceder-se-á mandado de segurança, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder;

- é assegurada aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela;
- não haverá foro privilegiado nem juízes e tribunais de exceção;
- ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente e na forma de lei anterior;
- é mantida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre ímpar o número dos seus membros e garantido o sigilo das votações, a plenitude da defesa do réu e a soberania dos vereditos;
- a lei penal regulará a individualização da pena e só retroagirá quando beneficiar o réu;
- nenhuma pena passará da pessoa do delinquente; não haverá pena de morte, de banimento, de confisco nem de caráter perpétuo; são ressalvadas, quanto à pena de morte, as disposições da legislação militar em tempo de guerra com país estrangeiro; a lei disporá sobre o sequestro e o perdimento de bens, no caso de enriquecimento ilícito, por influência ou com abuso de cargo ou função pública, ou de emprego em entidade autárquica;
- não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel e o de inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei;
- não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião e, em caso nenhum, a de brasileiro;

- nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvada, porém, a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra;
- o poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados;
- a lei assegurará:
 - * o rápido andamento dos processos nas repartições públicas;
- * a ciência aos interessados dos despachos e das informações a que eles se refiram;
 - * a expedição das certidões requeridas para defesa de direito;
- * a expedição das certidões requeridas para esclarecimento de negócios administrativos, salvo se o interesse público impuser sigilo;
- é assegurado a quem quer que seja o direito de representar, mediante petição dirigida aos poderes públicos, contra abusos de autoridades, e promover a responsabilidade delas;
- qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos do patrimônio da União, dos estados, dos municípios, das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista.

A Constituição de 1946 reservava espaço para definições em torno da "ordem econômica e social". Nesse quesito, especificava que "a ordem

econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano" e estabelecendo que "a todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna", sendo o trabalho considerado como uma "obrigação social". A perspectiva de um Estado com uma vida mais ativa na organização socioeconômica da sociedade permanecia, com a determinação de que a União poderia, "mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade", em um quadro pelo qual tal intervenção teria "por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados" na própria Constituição.

De acordo com o texto constitucional, o uso da propriedade seria "condicionado ao bem-estar social", podendo a lei, "promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos". Ficava também previsto que a lei reprimiria "toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais", de qualquer natureza, que tivessem "por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros". A Constituição estabelecia ainda a necessidade de leis especiais para regerem questões como "o regime dos bancos de depósito, das empresas de seguro, de capitalização e de fins análogos"; os "estabelecimentos de crédito especializado de amparo à lavoura e à pecuária"; e "o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais". Havia também referências às minas e demais riquezas do subsolo, às quedas de água, ao aproveitamento dos

recursos minerais e de energia hidráulica, à usura, à navegação de cabotagem e à fixação do homem no campo.

Os ditames constitucionais voltavam a reforçar os temas em torno da questão trabalhista, garantindo que "a legislação do trabalho e a da previdência social" obedeceriam aos "seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores":

- salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;
- proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;
- salário do trabalho noturno superior ao do diurno;
- participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar;
- duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e condições previstos em lei;
- repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;
- férias anuais remuneradas;
- higiene e segurança do trabalho;

- proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores, de dezoito anos; e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, respeitadas, em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo juiz competente;
- direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário;
- fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos do comércio e da indústria;
- estabilidade, na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir;
- reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;
- assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante;
- assistência aos desempregados;
- previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte;
- obrigatoriedade da instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes do trabalho.

O direito de greve era reconhecido pelo arcabouço constitucional, devendo o seu exercício vir a ser regulado por legislação específica. Também era determinada a "livre associação profissional ou sindical", com atuações definidas por lei. Havia ainda determinações no que se refere à propriedade de empresas jornalísticas, ao exercício das profissões liberais e à seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes. Em relação à família, a Constituição de 1946 definia que a mesma seria formada "pelo casamento de vínculo indissolúvel", devendo ter "direito à proteção especial do Estado". Era considerada "obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência".

Quanto à educação, ela era considerada como um "direito de todos", sendo "dada no lar e na escola" e devendo "inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana". O ensino deveria ser "ministrado pelos poderes públicos", sendo também "livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem". A União deveria aplicar anualmente pelo menos 10% e os estados e municípios ao menos 20% "da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino". Ficava prevista a organização de um sistema federal de ensino, bem como os respectivos sistemas estaduais. No que se refere à cultura, ficava garantido que as ciências, as letras e as artes eram livres e que o amparo à cultura era dever do Estado. Também era definido que as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza deveriam ficar sob a proteção do poder público.

Os ditames constitucionais se referiam também às Forças Armadas, que seriam "constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica", e eram consideradas como "instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei". Tais forças deveriam destinar-se "a defender a pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem". Cabia ao Presidente da República a direção política da guerra e a escolha dos comandantes-chefes das forças em operação. Ficava prevista a ação do Conselho de Segurança Nacional para tratar da temática da "defesa do país". Todos os brasileiros eram obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da pátria, nos termos e sob as penas da lei. Já as mulheres ficavam isentadas do serviço militar, mas sujeitas aos encargos que a lei estabelecer. Havia igualmente diretrizes quanto às progressões no seio das Forças Armadas e às funções e funcionamento das polícias militares estaduais. Também havia determinações quanto aos funcionários públicos.

Finalmente, quanto às disposições gerais, além dos símbolos nacionais, voltava a haver a possibilidade de estados e municípios possuírem símbolos próprios, em aberta discordância com as determinações da época da ditadura estado-novista. Havia também referência a um "plano de defesa" voltado à questão da seca no Nordeste e um "plano de valorização econômica" referente à Amazônia; além de ter sido instituído um Conselho Nacional de Economia, com função de estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias. A decretação do estado de sítio cabia ao

Congresso Nacional, nos casos de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciassem estar a mesma a irromper, bem como no de guerra externa. A lei que viesse a decretar o estado de sítio, no caso de guerra externa ou no de comoção intestina grave com o caráter de guerra civil, deveria estabelecer as normas a que obedeceria a sua execução e indicar as garantias constitucionais que continuariam em vigor.

Após a promulgação da Constituição, o governo de Dutra progressivamente foi abandonando a aliança PSD/PTB para promover uma nova entre o PSD e a UDN, a qual passou a exercer crescente influência na administração federal. Tal aproximação com a UDN foi acompanhada com a ruptura de Getúlio Vargas para com o governo, colocando-se na oposição. As limitações do processo de redemocratização se faziam sentir na continuidade da política de repressão/perseguição aos comunistas. Em maio de 1947, houve a cassação do registro do Partido Comunista, intervenções federais em quatorze sindicatos e o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros. Diante disso, no mesmo mês, Luís Carlos Prestes exigia a renúncia de Dutra.

Mantendo a política de alinhamento aos Estados Unidos, na conjuntura da Guerra Fria, em outubro de 1947, o Brasil rompia relações com a URSS. Já em janeiro de 1948 se dava a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. A aproximação com os Estados Unidos era cada vez mais crescente, como foi no caso da participação brasileira na IX Conferência Pan-Americana, em março de 1948, a qual traria o lançamento das bases da Organização dos Estados Americanos. Na mesma linha, em novembro do

mesmo ano, ocorria o estabelecimento de uma comissão mista Brasil – EUA, com a finalidade de estudar a situação econômica brasileira e traçar um programa concreto de desenvolvimento.

O incremento da abertura ao capital internacional durante a administração de Dutra seria um dos fatores da perda de divisas acumuladas no período anterior. Ao longo da II Guerra Mundial, "o país acumulou muitas reservas em divisas, pelo comércio favorável com mais exportação que importação", mas o Governo Dutra "não soube usá-las, transformando-as na aquisição de bens básicos para melhorar a frágil infraestrutura do país, com máquinas que lhe elevassem o nível". Dessa maneira, tal riqueza foi consumida "grandemente na importação de objetos inúteis, aqui mesmo produzidos, ou pela aquisição de empresas estrangeiras, como algumas ferrovias britânicas, em pagamento de débitos". Houve vezes ainda em que foram adquiridos "bens já desgastados, verdadeiras sucatas", de modo que "a poupança gerada pela guerra esvaiu-se sem proveito"³¹.

Também no campo econômico, e no sentido de demonstrar uma ação governativa mais efetiva, foi instituído o Plano SALTE, bem de acordo com a perspectiva da organização de planejamentos econômicos, típicas daquele momento histórico. Tal Plano visava à melhoria de estruturas econômicas nacionais no que tange aos setores de saúde, alimentação, transporte e energia, daí a escolha do título do projeto planificador. O Plano SALTE foi apresentado

³¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 262.

através de mensagem presidencial expressa ao Congresso Nacional em maio de 1948³². O discurso governamental apontava para a nova conjuntura internacional:

Senhores Membros do Congresso Nacional,

O Plano que ora tenho a honra de submeter à esclarecida deliberação de Vossas Excelências representa o resultado dos estudos correspondentes à determinação, de que se acha possuído o meu governo, de tomar diversas e inadiáveis iniciativas para resolver importantes problemas do mais alto interesse nacional. (...)

O enorme e rápido desenvolvimento do aparelho estatal; a multiplicação das relações entre o Estado e o indivíduo; as novas contingências criadas pelas transformações políticas e sociais, que tantas contradições, perplexidades e incertezas têm trazido à existência livre dos povos, na civilização contemporânea, modificaram sensivelmente, as antigas concepções que, até bem pouco tempo, orientavam o papel dos governos. Hoje, não se pode mais admitir que o Estado tenha a sua ação cerceada ou limitada pelo pequeno conjunto de funções ou finalidades, convencionalmente, consideradas essenciais nos tratados clássicos de direito público.

O revigoramento da própria democracia repousa na adoção de novos métodos de governo. A ação do Estado deve se fazer sentir em todos os domínios das atividades humanas onde haja uma parcela de interesse público. Não bastam as velhas fórmulas de manter a ordem pública, preservar a segurança nacional e garantir a vida e a propriedade do cidadão. Cumpre, preponderantemente, ao Estado de nossos dias, além dessas obrigações elementares, estimular e suprir a iniciativa privada, a fim de proporcionar ao povo um nível cada vez mais alto de bem-estar e prosperidade. Se na esfera da ação reservada à livre iniciativa individual, não lhe é fácil mobilizar todos os recursos disponíveis e conduzi-los, sob orientação disciplinada, de forma que, resguardados os interesses particulares, possam proporcionar, ao mesmo tempo, benefícios à coletividade, menores dificuldades

³² DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. O Plano SALTE. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 3-26.

encontrará, entretanto, se restringir, inicialmente, a sua ação coordenadora às atividades dos próprios órgãos constitutivos da administração, que se acham sob sua direta influência e integral responsabilidade.

Ora, depois de auscultar as necessidades nacionais e encontrar o modo mais prático e eficiente, de atendê-las, eliminá-las ou minorá-las, o Estado tem o dever de formular a programação sistemática das realizações que lhe são impostas, em proporção à sua capacidade financeira.

Além disso, no manifesto de apresentação do Plano SALTE, Dutra argumentava que passara a época da transição voltada à retomada do arcabouço constitucional e iniciava-se o período de efetiva administração do país:

Os dois primeiros anos do meu governo decorreram, virtualmente, dedicados à reconstitucionalização do país, de acordo com os princípios constitucionais. Mas, conforme, amplamente, manifestei em Mensagem ao Congresso, os problemas de ordem econômica e social, não foram descurados, além das diversas providências que, parcialmente, nos limites dos recursos orçamentários, em cada setor governamental foram tomadas, determinei que se procedesse a investigações profundas e análises minuciosas no sentido de estabelecer-se uma ordem de prioridades para os mais urgentes e um plano de ação intensiva, contínua e coordenada para solucioná-los.

Passada a fase, eminentemente política, da reestruturação dos órgãos legislativos e executivos da União, dos estados e dos municípios, inaugura-se, praticamente, o período em que o Governo Federal passa a desempenhar, com maior liberdade de ação, as atribuições que lhe são peculiares de superintender a administração do país.

Enfrento essa oportunidade com a convicção - fortalecida pelas conclusões documentadas dos alentados estudos técnicos, que foram procedidos e que ora transmito ao exame do Congresso, anexos a esta Mensagem — de que os problemas fundamentais que desafiam a capacidade dos brasileiros de conquistarem os

benefícios da civilização atual, podem ser resumidos em quatro grandes grupos a saber: Saúde (S), Alimentos (AL), Transporte (T) e Energia (E); cujas iniciais, SALTE, foram utilizadas para formarem a denominação abreviada, deste Plano de Governo, que espero ver aprovado e executado, exatamente conforme se acha cuidadosamente elaborado. Para isso, tenho a certeza de que não me faltarão o apoio, a confiança, a boa vontade e o patriotismo dos senhores representantes da nação.

É imprescindível que os poderes públicos exerçam, efetivamente, uma vigorosa e perseverante política de valorização do homem, começando, simultaneamente, por auxiliá-lo a curar as moléstias que o afligem ou o ameaçam; por facilitar-lhe os recursos e os instrumentos de trabalho que o habilitem a produzir maior quantidade e melhor qualidade de gêneros alimentícios, para o seu consumo e o seu comércio; por conceder-lhe os meios de transporte que reclama, desde os tempos coloniais, para o integral povoamento e compensatória exploração do solo e, finalmente, por colocar ao seu alcance a energia e os combustíveis de que necessita, para o maior rendimento do seu trabalho, sem o que não lhe será, jamais, possível desfrutar os benefícios da civilização que o processo tecnológico incorporou ao patrimônio da humanidade.

No que tange ao fundamento da saúde, o plano governamental destacava que não poderia "haver produção eficiente, do ponto de vista qualitativo ou quantitativo", assim como "enriquecimento geral, bem-estar coletivo, progresso social, com o elemento humano arruinado fisicamente, debilitado em sua vontade e em suas forças pelas doenças". Dessa maneira, determinava que "qualquer ação" que visasse a "aquele supremo objetivo do engrandecimento do país" teria, "preliminarmente, que considerar o problema da assistência médica". Para tanto, considerava que "a melhoria rápida e substancial do nível de saúde da população" poderia "ser alcançada mediante a intensificação das

atividades de assistência médica preventiva e curativa no país". O conteúdo do Plano identificava os "principais problemas" da saúde nacional, arrolando-os:

- malária; - tuberculose; - verminose; - doenças venéreas e bouba; - peste; - lepra; - febre amarela; - tracoma; - câncer; - assistência psiquiátrica; - engrenharia sanitária; - assistência médico-hospitalar; - assistência à maternidade e à infância; - assistência alimentar; - higiene e segurança do trabalho; - educação sanitária;

- formação de pessoal;
- assistência medicamentar;
- Departamento Nacional de Saúde.

Em relação ao outro elemento constitutivo, a planificação governamental destacava que "os diversos problemas que integram o setor denominado Alimentos do Plano Salte" somente poderiam "ser resolvidos em conjunto e em coordenação com os compreendidos nos demais setores do mesmo Plano". Nesse sentido, "seria impraticável qualquer solução unilateral", já que "o aspecto agronômico dever ser encarado em relação às atividades de ordem econômica, financeira, política, social e administrativa", pois "as fórmulas parciais são inoperantes e comprometedoras do esforço governamental". Tal ação governativa considerava que "produzir não é apenas preparar as safras", de forma que seriam também necessários:

- dispor de uma rede de transportes capaz de colocá-la no mercado consumidor a preços aceitáveis;
- assistir social e profissionalmente os trabalhadores;
- proporcionar crédito aos produtores com juros e prazos tecnicamente fixados;
- estabelecer uma política de preços que impossibilite a exploração do intermediário sobre o produtor;
- manter uma organização de silos e armazéns para lutar contra a deterioração;

- evitar, tanto quanto possível, a flutuação de preços, as manobras dos mercados externos e, ainda, orientar uma política inteligente junto aos organismos internacionais, distribuidores de cotas de importação e exportação, porque, sem máquinas e matérias-primas essenciais, nada se pode realizar na agricultura e nas indústrias.

De acordo com a convicção governamental, "problemas nacionais requerem soluções de amplitude nacional", em um quadro pelo qual, "desconhecer esta verdade é acariciar uma ilusão que só malefícios" seriam trazidos ao país. Na concepção do Plano SALTE, se o Brasil agisse "com acerto comercial, localizando bem os mercados estrangeiros que pode suprir, elegendo um critério preferencial para determinadas zonas consumidoras do mundo" e ainda "salvaguardando seus interesses em convênios comerciais" sua capacidade de exportação haveria "de gerar o aperfeiçoamento da produção, porque as iniciativas particulares tudo" fariam "para atender as encomendas". Dessa maneira, o Plano procura, "precipuamente atender aos problemas internos", mas visava igualmente "ao ajustamento da produção às solicitações externas, a fim de melhorar a balança de pagamentos". Os principais pontos relacionados à alimentação do Plano SALTE eram:

- produção vegetal (arroz, feijão, milho, trigo, açúcar, mandioca, café, cacau, mate, chá, vitivinicultura, horticultura e fruticultura);

- produção animal (pesca e pescado; carnes e derivados; leite e laticínios; apicultura; avicultura; lã para a manufatura de tecidos e outros fins; sericicultura; forragens; óleos, ceras e resinas; algodão e outras fibras; fumo; conservação do solo; fertilizantes e corretivos);
- defesa sanitária vegetal (combate às pragas e doenças da lavoura; inseticidas e fungicidas; mecanização agrícola; pesquisas econômicas e sociais);
- Vale do Paraíba e Baixada Fluminense;
- armazéns e silos;
- fazendas educativas;
- cooperativismo;
- seguro agrário;
- imigração e colonização.

Quanto ao outro quesito pertence ao Plano Salte, argumentava-se que "diversas e complexas são as circunstâncias que contribuíram em maior ou menor grau, para a deficiência, por assim dizer, crônica dos meios de transporte". Com apreciações acerca das estradas de ferro, das estradas de rodagem, do transporte fluvial e do transporte marítimo, a planificação governamental concluía que "a adoção de um plano que contemple obras de utilidade indiscutível" e ao qual correspondessem "imediatamente vantagens reais para a eficiência dos transportes, com repercussão favorável na

recuperação econômica e na própria segurança do país", viria a constituir uma "necessidade imperativa, de manifesto e inadiável interesse". As prioridades para com o sistema de transportes nacional seriam:

- programa ferroviário;
- programa rodoviário;
- aparelhamento dos portos;
- melhoria das condições de navegabilidade dos rios;
- aparelhamento da frota marítima;
- oleoduto;

Finalmente, quanto ao setor energético, o Plano SALTE apontava que, "desde longa data, o Brasil vem importando um grupo de mercadorias que constituem fonte de energia", argumentando que "a necessidade de adquirir essas mercadorias no exterior em tal volume" constituía "ponto fraco da economia nacional, capaz de prejudicar a produção e os transportes". Diante disso, estaria a urgir que fosse promovida "a utilização de recursos energéticos naturais", dentre aqueles "existentes em mais abundância no território brasileiro". Era também apontado que se tornava "necessário corrigir a balança energética nacional, tanto qualitativa como quantitativamente", a partir do "objetivo básico de utilizar melhor e mais racionalmente as fontes nacionais de energia, para tornar a economia e a defesa do país menos dependentes do

exterior", bem como "aliviar a balança de pagamentos". Os investimentos dessa planificação na área enérgica deveriam destinar-se:

- à eletricidade;
- à eletrificação rural;
- à indústria de material elétrico;
- ao petróleo.

Os resultados do Plano SALTE não seriam dos mais significativos, embora ele trouxesse como sentido a inauguração da execução de planos econômicos, bastante característica do Brasil nas décadas que se seguiram à ditadura estadonovista. Nessa linha, o SALTE "foi o primeiro experimento de grande envergadura nesse gênero de atividades", embora não chegasse a constituir um planejamento "global, pois somente favorecia ao segmentos mais significativos da economia"³³. Em termos governamentais, esse Plano serviu também para contemplar uma busca da administração federal em demonstrar uma ação mais efetiva, que acabou por não se confirmar. Tal planejamento "foi incorporado ao projeto de orçamento federal para 1949, mas nunca foi inteiramente aplicado", de maneira que, "funcionando durante um ano apenas, entrou em dificuldades financeiras e acabou sendo abandonado em 1951"³⁴.

³³ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve historia conteporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 119.

³⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo.* 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 99.

O governo de Dutra traria por significado a execução de um processo de transição em direção à retomada dos caminhos institucionais e constitucionais para o país. Além disso, já a partir de sua eleição ficava evidenciada a marca registrada do período que se seguiria, com a ascensão e predomínio das práticas populistas. Ao final de seu período administrativo, o próprio Presidente da República, em sua mensagem ao Congresso Nacional, definia sua atuação como voltada essencialmente à manutenção da ordem e do constitucionalismo, refletindo claramente o papel de transitoriedade que demarcou o seu governo:

Graças ao esforço comum dos nossos compatriotas, contamos no exterior com uma situação excepcionalmente brilhante, e, no interior, auferimos a paz que propicia labor fecundo e colheita segura de seus frutos.

Às Forças Armadas exprimo, em nome do Brasil, o meu reconhecimento, pela garantia permanente oferecida aos poderes constitucionais, na guarda da lei e da ordem.

É natural que me regozije e com todos me congratule pelo benefício da ordem, que nos tem facultado a normalidade na vida constitucional, sem a necessidade de invocar o remédio legal do estado de sítio, e evitando apelo ao instituto da intervenção nos negócios peculiares aos estados.

Ao ter a honra de saudar-vos, nesta última oportunidade, (...) posso, com justificado orgulho, proclamar que tenho mantido, defendido e cumprido a Constituição da República.³⁵

³⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagens presidenciais (1947-1964).* Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1978. p. 119-120.



O populismo foi a essência política da formação histórica brasileira no período entre as décadas de 1950 e 1960. Na esfera federal, tal modelo político foi fundamental nos destinos do país, havendo a sua expressa presença nos resultados das urnas quanto às eleições para a Presidência da República. No Brasil não houve um padrão monolítico para a execução do populismo, podendo-se até mesmo fazer referência a diferentes "populismos", ou melhor, a discrepantes práticas populistas, dentre elas as vinculadas ao trabalhismo, ao desenvolvimentismo e ao moralismo, com suas nuances e peculiaridades específicas.

A prática do populismo³⁶ constituiu um processo em gestação já desde o nascedouro da "República Nova". Dessa maneira, "a Revolução de 30 denuncia, em vários aspectos, o compromisso fundamental entre os setores urbanos e os grupos agrários dominantes". Nesse sentido, "a natureza deste compromisso está implícita na célebre frase de Antônio Carlos: 'Façamos a Revolução antes que o povo a faça". Assim, em 1930, "certos setores agrários se anteciparam aos setores urbanos e definiram deste modo os limites de ação destes últimos". Em tal conjuntura, surgia "na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas".

Nesse quadro, "o mecanismo através do qual as massas conseguem assumir tal papel histórico revela-se com toda a clareza depois da redemocratização do país", ainda que "as condições políticas que tornam

³⁶ Caracterizações do populismo realizadas a partir de: WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 15-22.

possível este mecanismo já estão pronunciadas na crise institucional que se abre em 1930". Surgia assim "o fantasma do povo na história política brasileira, que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos". Por meio "de Getúlio, o Estado criará uma estrutura sindical que controlará durante as décadas posteriores, 'doará' uma legislação trabalhista para as cidades", de modo a atender "à pressão das massas urbanas, que manipula, sem molestar os interesses do latifúndio", bem como "estabelecerá, através dos órgãos oficiais de propaganda, a ideologia do 'pai dos pobres'" e, "enfim legalizará a 'questão social', ou seja, reconhecerá para as massas o direito de formularem reivindicações".

Com a afirmação de "seu prestígio nas massas urbanas", Vargas "estabelece o poder do Estado como instituição e este começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira". Com relativa independência da própria sociedade, "através dos mecanismos de manipulação", o Estado "passa a impor-se como instituição inclusive aos grupos economicamente dominantes", não deixando, "porém, de ser solução de compromisso e de equilíbrio entre aqueles grupos". Ao "se legitimar através das massas", o Estado "encontra naquele compromisso uma nova fonte de poder", passando "à condição de árbitro que decide em nome dos interesses nacionais". Nessa linha, o Estado vem a encontrar "a possibilidade de formular uma política econômica e social — muitas vezes contraditória e descontínua", uma vez que "atende ao inevitável jogo das pressões dos interesses imediatos dos grupos dominantes — que, não

obstante, possui uma significação histórica", a qual ultrapassa "estas circunstâncias".

A ideia de um Estado de compromisso associado ao populismo, bem como a sua relevância no período que se seguiu ao Estado Novo, especificamente quanto ao retorno de Getúlio Vargas ao poder, como uma das culminâncias das práticas populistas no Brasil, pode ser sintetizada a partir da seguinte constatação:

O Estado encontrará, assim, condições de abrir-se a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas. Em outros termos: já não é uma oligarquia. Não é também o Estado tal como se forma na tradição ocidental. É um certo tipo de Estado de massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular. (...) Com efeito, desde 1945, qualquer político que pretenda conquistar funções executivas com um mínimo de autonomia em relação aos grupos de interesse localizados no sistema partidário, deve, embora de maneira parcial e mistificadora, prestar contas às massas eleitorais. Só este fato significa uma alteração substancial no processo político a partir do fim da ditadura (...). Em verdade, a simples circunstância de que político algum pode esquivarse totalmente às expectativas populares desvia de maneira radical aquele regime do Estado oligárquico anterior aos anos 30. A perplexidade amarga dos liberais vinculados às classes médias tradicionais diante da vitória de Getúlio Vargas em 1950, é muito elucidativa a respeito do caráter explosivo da emergência política das

massas: "No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalcados e justamente ressentidos, indivíduos tornados pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da demagogia, berrada de janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes restava: naquele que se proclamava o pai dos pobres, o messias-charlatão..." (Revista *Anhembi*, dez. 1950). [As massas urbanas] tornavam-se, em alguma medida, partícipes do grande compromisso social em que se apoiava o Estado. Ao pressionarem o poder através de grupos políticos vinculados às elites, fazem-no como se elas próprias estivessem representadas nele.

No populismo "não são as organizações, mas sim os líderes políticos que aparecem como catalisadores da expressão política dos grupos sociais", de modo que "a própria diversidade social dos participantes da organização encontra um denominador comum na linguagem dos líderes", no seio da "qual indivíduos que ocupam diferentes posições no processo produtivo são igualmente capazes de se reconhecer"³⁷. Podem ser considerados como pontos chaves do populismo: um "estilo de liderança individualista e personalista"; uma "diluição do conceito de classe social e de luta de classes, substituído pelo conceito de povo e de massas populares", de modo a evitar "as consequências políticas de aceitar as lutas de classe"; uma execução de "um discurso demagógico, dirigido à pequena-

³⁷ DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. p. 25-26.

burguesia"; e, além disso, "o populismo não cria partidos altamente estruturados e que gozem de continuidade, mas, simplesmente, movimentos"³⁸.

Esse compromisso entre as massas e o Estado, sem a necessidade de outros intermediários que não fosse a presença de uma liderança personalista, a qual constituiu uma das principais facetas do populismo, foi significativamente encarnada na figura de Getúlio Vargas. Ainda que tenha permanecido a maior parte do período governamental de Dutra retirado em sua fazenda, na localidade de São Borja, nos rincões sul-rio-grandenses, Vargas não abandonou a vida política, sustentando um projeto de retorno ao poder. Pouco a pouco o "ostracismo" transformava-se em novos mecanismos de projeção. A estratégia ideológica criada desde o Estado Novo visara a estabelecer um personagem político que tinha ampla aproximação com o povo, de modo que a imagem do ditador foi progressivamente abandonada, prevalecendo a do líder popular, que teria beneficiado a massa trabalhadora, vindo a ser guindado com o epíteto de "pais dos pobres".

Nesse quadro, as práticas populistas de Getúlio Vargas estiveram profundamente alicerçadas no trabalhismo, o qual "adquiriu importância real naqueles anos, pois suas proposições programáticas encontraram ressonância não só no Partido Trabalhista Brasileiro", mas "também em diferentes entidades do movimento social organizado". As propostas trabalhistas, "além de

³⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do Golpe Militar à redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, M.Y. (org.). *História geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 280.

penetrarem em instituições políticas parlamentares, como Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores", ainda "encontraram eco em programas governamentais executados pelo Poder Executivo". O projeto trabalhista tornou-se "mais forte e difundido" a partir de "sua decidida penetração junto a segmentos da sociedade civil", os quais "se empenharam para que o Estado brasileiro adotasse, de forma definitiva, um amplo programa de reformas sociais e econômicas"³⁹. O trabalhismo não chegou a constituir "uma reivindicação explicitada pelas bases sociais, mas se constituíra, através dos tempos, num dos fatores, senão de mobilização, pelo menos de cooptação das camadas populares"⁴⁰.

Outro ponto fundamental da atuação getulista esteve vinculado ao pensamento nacionalista. Ocorria então um "clima efervescente" que "repercutia em um parlamento atuante que se transformou em caixa de ressonância de diferentes projetos partidários e de proposições transformadoras da sociedade civil". Dessa maneira, "naquela conjuntura, as manifestações coletivas da cidadania conformaram um tempo no qual a representação do reformismo nacionalista no imaginário social", a partir de uma "parte substantiva da população", viria a impulsionar "manifestação, até então inédita na vida política nacional, do sujeito histórico coletivo". Tal momento

-

³⁹ NEVES, Lucilia de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: debate e crítica. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 173.

⁴⁰ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 32.

representou "um tempo em que parte importante da população constituiu-se como ator de um processo, que, apesar de contraditório", uma vez que "marcado por resquícios do autoritarismo paternalista intrínseco ao 'populismo'", traria consigo, "simultaneamente, a expansão de manifestações participativas, qualitativamente novas, posto que definidas por um forte potencial de autonomia em relação ao Estado"⁴¹.

O retorno de Vargas foi paulatinamente engendrado e tomou por base a constituição de uma oposição ao Presidente Dutra, consoante a aproximação do partido deste, o PSD, com a UDN, que, cada vez mais, encampava o papel de força política antigetulista. À medida que se aproximava o processo eleitoral, Getúlio Vargas intensificou os contatos políticos, buscando verificar o alcance de sua possível candidatura. Em correspondência ao senador gaúcho Joaquim Pedro Salgado Filho, representante do PTB no Congresso Nacional, Vargas alinhavava o seu projeto político, mantendo a tradição de intentar mostrar-se desinteressado, sem abandonar o objetivo de concorrer pela volta ao poder⁴²:

Constituiu para mim grata satisfação pessoal e cívica receber a visita dos delegados incumbidos de transmitir-me a deliberação unânime do Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (...) para indicar meu nome à convenção como candidato à Presidência da

⁴¹ NEVES, Lucilia de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: debate e crítica. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 173-174.

⁴² Citada por: CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1965)*. São Paulo: DIFEL: 1980. p. 30-32.

República no pleito de 3 de outubro vindouro. Esse pronunciamento prévio, como era natural, desvaneceu-se profundamente, embora, por haver já ocupado os mais altos postos na carreira política, sempre tenha e continue a ter o mais vivo desejo de cooperar para o bem geral fora de posições oficiais, como tão reiteradas vezes venho fazendo sentir a todos quantos me honram com a sua visita nesta morada distante dos centros de agitação política. Estão, entretanto, sempre presentes ao meu espírito os insistentes apelos quotidianamente recebidos de todos os pontos do país, para concorrer à próxima eleição presidencial. (...)

[Sugere uma possível conciliação entre os maiores partidos, mas, no caso da mesma não dar certo,] fica V. Exa. autorizado a transmitir a todos os nossos companheiros de luta e aos trabalhadores em geral minha firme decisão de submeter-me ao desejo deles, aceitando a candidatura (...) na próxima sucessão presidencial. Caso as urnas confirmem a indicação de meu nome, prometo consagrar todos os meus pensamentos e energias ao serviço da administração do nosso país, dentro dos preceitos do regime vigente e fiel aos ideais de unidade nacional, paz social e estímulo e amparo a todas as forças da produção e do trabalho.

Além das tratativas no campo político, Vargas também tomou o cuidado de verificar a aceitação de sua candidatura no meio militar. Nessa época, cada vez mais os militares atuavam figurativamente como o fiel da balança, de modo que o seu apoio total ou parcial trazia a possibilidade da concretização de um projeto político, assim como a ausência de tal apoio, correspondia ao fracasso de

tal projeto. Nessa linha, a manifestação do Ministro da Guerra do Governo Dutra, general Canrobert Pereira da Costa⁴³, apresentava a tendência de uma concordância com a permanência dos quadros institucionais e constitucionais no país. Dessa maneira, tal autoridade militar se referia à "agitação político-partidária que cerca a campanha da sucessão presidencial", com a qual teria tomado "vulto o boato, engendrado por contumazes exploradores da situação, de que se prepara um 'golpe' com o intuito de desviar o problema sucessório de sua natural solução democrática". Perante tal circunstância, o Ministro da Guerra afirmava em circular endereçada aos comandantes das diversas regiões militares:

Qualquer tentativa visando ao afastamento da prática democrática, restabelecida a 29 de outubro, terá que se iniciar com a minha retirada, violenta, do exercício das funções que exerço, pois de maneira alguma permitirei a utilização do Exército para instrumento de compressão da vontade do povo e não concordarei que por nosso intermédio seja desrespeitada a Constituição Federal.

O momento que atravessamos é de sérias dificuldades. Tais dificuldades, por certo, se agravarão com a aproximação do pleito, devido aos apetites em choque, à incompreensão de alguns e à indiferença de muitos. Urge que, agora, mais do que nunca, nos congreguemos para a defesa do regime imperante e para repelir toda e qualquer ameaça, venha de onde vier, às nossas instituições, não

⁴³ Citada por: SILVA, Hélio. *1954: um tiro no coração.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 299-300.

deixando, ainda, que o Exército abjure de seus sagrados compromissos com a pátria.

Valho-me deste para dar, então, aos companheiros, todos perfeitamente ciosos de seus deveres, meu pensamento sincero sobre o momento que vivemos, para que não subsistam dúvidas sobre minha atitude, para que não tenham reflexos no Exército novos boatos que certamente surgirão e para que possamos, com tranquilidade, prosseguir em nosso trabalho profissional, visando exclusivamente os elevados interesses do Brasil.

Nessa conjuntura se estabeleceriam as candidaturas para a eleição presidencial de outubro de 1950. Getúlio Vargas candidatou-se pelo PTB e contando com o apoio do PSP de Ademar de Barros, político que representava o populismo no contexto paulista, onde Vargas enfrentava tradicional resistência. A UDN insistiu na candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, ainda sob as propaladas heroicas auras da primeira revolta tenentista e com a experiência da campanha anterior. O PSD lançou o nome de Cristiano Machado, mas, à medida que observava a polarização da campanha entre os dois primeiros candidatos, progressivamente abandonou sua própria candidatura e, indiretamente, apoiou Vargas. Houve uma acirrada campanha eleitoral que se espalhou pelo país, como no caso de Getúlio Vargas que percorreu quase todas as capitais brasileiras em busca de votos.

As urnas acabariam por revelar mais uma vez a vitória do modelo populista, com o triunfo de Vargas, contando com quase quarenta e nove por

cento dos votos, ficando Eduardo Gomes com praticamente trinta por cento e Cristiano Machado com pouco mais de vinte. Após ter chegado ao poder depois da Revolução de 1930, com um ditatorial Governo Provisório/Revolucionário, para, posteriormente, permanecer no governo, eleito indiretamente, na execução do Governo Constitucional, em 1934, e depois promover a continuidade, com o golpe que levou ao Estado Novo, em 1937, Vargas foi eleito por uma eleição direta e retornou ao poder calcado em uma prática populista, contando com o voto popular e chegando à Presidência, como se convencionou denominar – "nos braços do povo".

Ainda que não houvesse tal preceito eleitoral, a oposição udenista buscou deslegitimar o resultado das urnas, alegando que Vargas não atingira os cinquenta por centro do eleitorado. Essa "tese da maioria absoluta, defendida pela UDN" buscava "anular um pleito decorrido dentro de regras democráticas, sob a alegação de que não expressou um consenso nacional majoritário", de modo que "o governo a partir daí constituído não seria representativo da nação". De modo concreto, tal "discurso expressa o inconformismo da UDN ao perder a segunda oportunidade de eleger seu candidato"⁴⁴. Entretanto, em janeiro de 1951, a Justiça Eleitoral proclamava Getúlio Vargas como Presidente. Em seguida, o PSD anunciava seu apoio ao novo governo, dando-se no mesmo mês a posse de Vargas.

⁴⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política.* 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 117.

Em seu discurso de posse⁴⁵, o novo Presidente da República promovia uma narrativa acerca de seu retorno ao governo e deixava evidenciada sua tendência vinculada ao populismo trabalhista, bem como apresentava a perspectiva de que sua legitimidade no poder era calcada no apoio popular e mantida a partir de uma interação direta com o povo, sem a necessidade de intermediários, apesar das ações dos opositores:

Brasileiros!

Ao deixar o recinto do Congresso Nacional, onde (...) prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao povo para participar do seu contentamento e comungar das suas esperanças. Eleito a 3 de outubro como o candidato do povo, aspiro e espero governar como o Presidente do povo.

Ordenastes e eu obedeci. Deus é testemunha das minhas relutâncias íntimas em participar de uma campanha que pudesse agravar os vossos sofrimentos e fomentar discórdias e animosidades entre os brasileiros. Não temia os riscos, os ônus e as vicissitudes de luta política, nem me enfraqueciam o ânimo, as ameaças e as provocações diretas ou veladas. Mesmo assim não me decidi a disputar o pleito sem antes esgotar todos os recursos de conciliação e harmonia das forças políticas. O insucesso dos meus esforços e o malogro das minhas esperanças não abriram outro horizonte que não fosse o da luta que procuramos manter em termos de isenção e elevação.

Os profetas de calamidades, como aves agoureiras, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo. Outros, como falsos pastores, pretendiam assumir uma espécie de curatela da opinião popular porque ainda não estávamos amadurecidos e preparados para os prélios cívicos e os embates ideológicos que fortalecem e vivificam o exercício e a prática da democracia. Os seus prognósticos

⁴⁵ Citado por: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil.* 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 6. p. 592-594.

lúgubres e as suas previsões funestas não se confirmaram. A eleição de 3 de outubro desmentiu os seus presságios e também os argumentos engendrados que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao povo exprimir a escolha e a preferência.

A ordem não foi perturbada. Os poderes públicos permaneceram nos limites constitucionais e não precisaram extravasar para os recursos das medidas de exceção. (...) O povo brasileiro ofereceu um exemplo vivo de maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo. (...) A eleição de 3 de outubro não representa para mim apenas a designação da estima pública ou o coroamento duma carreira devotada aos interesses, às aspirações e ao serviço da comunidade nacional e das populações ignoradas e esquecidas. (...) A minha candidatura não nasceu, por isso, das injunções da política ou das combinações dos partidos. Ela veio diretamente do povo, dos seus apelos e dos seus clamores. (...)

Não venho semear ilusões, nem deveis esperar de mim os prodígios e os milagres de um messianismo retardatário. Não vos aceno com a idade da plenitude e da abundância como um fabricante de sortilégios. Não vos quero enganar com projetos ambiciosos e programas grandiosos, imaginativos e irrealizáveis. Tendes direito a uma vida melhor e a uma participação gradual e equitativa nos produtos do trabalho, na comunhão da riqueza e nos frutos e benefícios do progresso, do conforto e as amenidades da existência.

A todos sem exceções odiosas e discriminações irritantes devem ser assegurados a igualdade das oportunidades, o acesso das facilidades educacionais, a participação efetiva nos conselhos da administração pública, a remuneração compensadora do trabalho, os cuidados e os desvelos do Estado nas horas do infortúnio, a segurança econômica, o bem-estar coletivo e a justiça social. A economia popular, fruto do trabalho, será defendida e protegida. É ao próprio povo, em primeiro lugar, que cabe a vigilância do mais sagrado dos direitos, que é o direito da necessidade. Os especuladores dos lucros ilícitos, os exploradores da pobreza, os mercadores da miséria alheia ficam advertidos de que a lei não os cerca de imunidades nem a justiça popular reconhece os seus foros de impunidade.

O governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional. Não é um agente de partidos, grupos, classes ou interesses. É a própria imagem refletida da pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades. É a emanação do povo e como tal servo da sua

vontade, provador de suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses.

A gestão durante o que se convencionou denominar de II Governo de Vargas foi marcada por medidas voltadas à política trabalhista e a práticas nacionalistas. Assim, em junho de 1951, ocorreu a proposta do governo ao Congresso da criação do Serviço Social Rural, no sentido de buscar estender ao trabalhador do campo as garantias dirigidas aos trabalhadores urbanos e, no mês seguinte, foi instituída a Comissão Nacional da Política Agrária. Já em agosto do mesmo ano, ocorreu a proposta de criação do Plano Nacional do Carvão e, em outubro, foi indicada ao Congresso a criação do Banco do Nordeste do Brasil e, em dezembro, foi encaminhada a proposição para a criação do Programa Nacional do Petróleo e da Petrobras. Era a culminância da "campanha pelo monopólio estatal do petróleo", que ganhara "repercussão crescente em todo o país", transformando-se "em elemento aglutinador dos setores comprometidos com o ideário amplo e difuso do nacionalismo"46. Tal projeto não foi "apenas um exemplo de política 'nacionalista' de investimentos", mas também constituiu "uma tentativa de aliviar a tensão crescente no balanço de pagamentos" e o consumo desenfreado de divisas⁴⁷. Ocorreram também consecutivos aumentos do salário mínimo, como reflexo das práticas

⁴⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política.* 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 29.

⁴⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo.* 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 131.

trabalhistas, mas que serviram para acirrar ainda mais a oposição política e empresarial, que acusava o Presidente "de fazer o jogo dos sindicatos, de sabotar o programa anti-inflacionário e até mesmo de preparar o campo para um novo golpe de Estado"⁴⁸.

Apesar de sua política nacionalista, na conjuntura da política internacional de então, Vargas se viu na contingência de assinar o Acordo militar Brasil – Estados Unidos, em março de 1952⁴⁹. Tal acordo⁵⁰ era assinado em torno do intento de "fomentar a paz e a segurança internacionais, por meio de medidas que aumentem a capacidade das nações" de promoverem a "legítima defesa individual e coletiva". Algumas das suas determinações foram:

- cada governo proporcionará ou continuará a proporcionar ao outro, ou outros governos indicados em cada caso por acordos das Partes Contratantes, os equipamentos, materiais, serviços ou outra espécie de assistência militar que seja autorizada pelo governo prestante, de conformidade com os termos e condições a serem ajustados;

⁴⁸ BARROS, Edgar Luiz de. "Nos braços do povo". In: MENDES JÚNIOR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.). *Brasil história – texto e consulta: Era de Vargas*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 253.

⁴⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 334-335.; e BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 30-35.;

⁵⁰ Citado em CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1965)*. São Paulo: DIFEL: 1980. p. 35-41.

- cada governo tomará as medidas apropriadas, compatíveis com as necessidades de segurança, para manter o público informado das operações executadas de conformidade com este Acordo;
- os dois governos por solicitação de qualquer deles, negociarão entre si os ajustes adequados para prover o fornecimento de patentes de invenção e informações técnicas indispensáveis à realização dos objetivos do presente Acordo;
- o governo brasileiro se compromete a proporcionar as quantias para atender às despesas da administração dos serviços executados na política de segurança mútua, cuja importância seria negociada entre ambos os governos;
- o governo americano concederá tratamento de entrada livre de direitos e isenção de impostos internos sobre produtos, bens ou equipamentos que entrem em seu território;
- cada governo concorda em receber, depois de devidamente notificado, os funcionários e oficiais do outro governo incumbidos de desempenhar as obrigações relacionadas com a execução deste Acordo;
- ambos os governos atuarão no propósito de cooperar entre si, técnica e financeiramente, com o objetivo de aumentar a produção de materiais básicos e estratégicos e de fornecer uns aos outros materiais, produtos e serviços necessários à sua defesa comum;
- no interesse de segurança mútua, cada governo cooperará com o outro na adoção e aplicação de medidas de defesa econômica e controles comerciais

destinadas a proteger o Hemisfério Ocidental contra ameaças de qualquer nação;

- os dois governos colaborarão no sentido de promover o entendimento e a boa vontade internacional e de manter a paz no mundo, atuando na eliminação das causas de tensão internacional;
- o governo brasileiro contribuirá plenamente para o desenvolvimento e a manutenção do seu próprio poder defensivo, do Hemisfério Ocidental e do Mundo Livre;
- o governo norte-americano poderá estender as disposições do Acordo para outros governos.

Dando continuidade a suas ações, o II Governo Vargas, em janeiro de 1952, promoveu a assinatura de decreto sobre o retorno do capital estrangeiro e, no mesmo mês, foi criada a Comissão Federal de Abastecimento e Preços; enquanto que, no mês seguinte foi realizada a proposta de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o qual viria a atuar como relevante órgão governamental, dando "a última palavra em assuntos econômicos" e dando "corpo a ideias referentes a planejamento" Houve também o intento de ampliar a legislação trabalhista, como foi o caso de outubro de 1952, com o projeto de lei do governo criando a Carteira de Acidentes do Trabalho e o salário adicional por

80

⁵¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve historia conteporánea del Brasil.* México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 131.

periculosidade e insalubridade. Em dezembro de 1952 foi criado o Instituto Brasileiro do Café. Apesar dos avanços trabalhistas, o contexto socioeconômico levou à deflagração de greves, com a maior enfrentada pelo governo, em março de 1953, em São Paulo.

O nacionalismo praticado por Vargas despertou a oposição dos Estados Unidos, tanto que, em junho de 1953, o Presidente estadunidense Eisenhower extinguia unilateralmente a Comissão Mista Brasil – EUA As medidas de cunho nacionalista, entretanto, persistiram, como em outubro de 1953, com a sanção da lei criando a Petrobras e, em outubro, com a instrução da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) encarecendo os bens de produção importados, estimulando a fabricação de similares nacionais. Já em dezembro de 1953, Vargas proferia discurso atacando duramente a remessa de lucros das empresas estrangeiras. Por consequência, em janeiro de 1954, ocorria a assinatura de decreto fazendo restrições ao capital internacional.

O discurso e determinadas práticas varguistas em torno do populismo trabalhista e da busca de um desenvolvimento nacionalista ficavam expressos em algumas de suas manifestações ao Congresso Nacional⁵². Nesse sentido, na Mensagem ao Congresso, em 1951, o Presidente afirmava:

Com efeito, a consciência política alcançada pelas grandes massas é a maior segurança para a superação de vícios tradicionais, para o progresso das instituições

81

⁵² CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagens presidenciais (1947-1964).* Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1978. p. 123-178.

democráticas e do sistema econômico, e para o próprio aperfeiçoamento da máquina administrativa. Tendo formado na vanguarda de acontecimentos decisivos da nossa recente história política, desfraldando a bandeira da unidade nacional, é-me particularmente grato registrar (...) o acerto da minha orientação, interpretando os anseios populares e procurando no passado apressar a eliminação de artificiais obstáculos regionalistas que se antepunham ao progresso econômico e social do país, e que eram cultivados por grupos com interesses nos monopólios de influência ou no próprio jogo dos conflitos regionais. (...)

O progresso social se vinculará solidamente ao desenvolvimento econômico. O governo não poupará esforços para favorecer a acumulação de recursos públicos e privados, que se destinam a ampliar a produção nacional, e assim melhorara, pelo emprego e pela abundância, as condições de vida do nosso povo. Do mesmo passo estaremos procurando alcançar nossa emancipação econômica, na melhor escala compatível com as inexoráveis interdependências internacionais. Não há por que recear essa acumulação de capitais a serviço da nação, com um nítido destino social, e sob o controle de uma ordem política instaurada pelo povo e devotada a seus interesses. (...)

O governo sente o dever e a responsabilidade de encarar de frente a situação. Fortalecido pela confiança das massas de trabalhadores e pela identificação profunda com o sentimento popular, não receia as medidas que sejam necessárias para vencer os riscos da conjuntura interna e externa, não discrepando de sua linha internacional, e disposto a alcançar, apesar de todas as dificuldades, uma posição de maior segurança e relevo para o Brasil, no conceito das nações, através do seu desenvolvimento econômico, da elevação da cultura e do progresso social do nosso povo.

Já em sua fala ao Congresso de 1952, Getúlio Vargas identifica que "os problemas do povo, do seu bem-estar, da sua felicidade, não podem ser objeto apenas das cogitações do governo", mas também "da cooperação e do concurso de todos os cidadãos", devendo "contar com a colaboração ativa de todas as forças econômicas e de todas as correntes políticas". O Presidente da República

defendia a "intervenção do Estado no domínio econômico", a qual deveria ser, "sempre que possível plástica e não rígida", mas precisando impor-se "como um dever ao governo todas as vezes que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada, ou acautelar os superiores interesses da nação". Defendia que o Estado deveria intervir "contra a voracidade egoísta dos apetites individuais" e "contra a ação predatória dessas forças de rapina, que não conhecem bandeira nem cultuam religião que não seja a do lucro". Quanto à mensagem de 1953, o Presidente defendia que "o Brasil está progredindo", com "índices de desenvolvimento expressivos". Entretanto, ressaltava que tal "progresso ainda não atende às necessidades e aspirações das massas populares", além do que, "as perspectivas da política internacional" estariam a exigir "maior força econômica e organização política". Salientava que o seu governo vinha se dedicando "com firmeza aos programas de fundamental interesse para a emancipação da economia nacional". Vargas apontava como essencial "a integração formal e funcional dos programas parciais de energia, transportes, agricultura, indústrias de base, de obras sociais e da política monetária".

Na mesma linha, a manifestação ao Congresso Nacional, em 1954, dizia que "o Brasil está caminhando a passos largos para atingir sua plena emancipação econômica", vindo a "poder enfim propiciar a quantos nele vivem e labutam condições satisfatórias de vida". O relato presidencial destacava que "o governo tem a consciência de que está realizando um grande esforço para estruturar as tendências mais legítimas do Brasil", que seriam "aquelas que propiciam o autodomínio da nacionalidade". Segundo essa perspectiva, tal

intento constituía "um verdadeiro processo cuja marcha pode ser retardada temporariamente por obstáculos institucionais, mas nunca definitivamente contida". Segundo o discurso do Presidente da República, tais avanços não poderiam ter apenas o governo como "fautor exclusivo", uma vez que seria "o próprio povo quem engrandece material e espiritualmente a nação, com o seu trabalho fecundo, com suas reservas inesgotáveis de energia, de fé e esperança no futuro da pátria".

Apesar de ter chegado a realizar uma política conciliatória, notadamente na formação de seu primeiro ministério, o aprofundamento das medidas voltadas às massas e das práticas nacionalistas do Governo Vargas foi despertando o antagonismo internacional, mormente dos Estados Unidos e o acirramento da oposição interna, com ênfase para o papel da UDN. Nessa linha, os udenistas passaram a crescentemente se destacar como força antagônica ao getulismo e, ainda mais, como a mais importante vertente antipopulista. Com propostas cada vez mais à direita no espectro político-ideológico brasileiro, a UDN aproximava-se também das ações golpistas, visando a evitar a chegada e/ou permanência de políticos populistas no poder. Contrária às práticas populistas e favorável a um modelo de controle de gastos e à penetração do capital internacional, a UDN via no II Governo Vargas o adversário em essência, tanto que convencionou adotar as "sequintes diretrizes de oposição política" 53:

⁵³ Citada por: CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1965). São Paulo: DIFEL: 1980. p. 33-34.

- independência em relação ao Governo Federal e aos governos dos estados e dos municípios que não se constituíram com a participação dos votos udenistas;
- resistência a todo e qualquer ato que, direta ou indiretamente, viole direitos dos cidadãos ou possa prejudicar o funcionamento e os fins do regime;
- vigilância no estudo e na crítica dos atos administrativos, quanto à sua legalidade conveniência, ao seu sentido moral e à sua repercussão educativa e econômica na sociedade brasileira. imprensa função exerceu uma preponderante na expressão das manifestações oposicionistas, de modo que "os grandes jornais da época, por suas posições antigetulistas e antigovernistas", viriam a desempenhar "papel fundamental na divulgação de críticas acirradas contra as decisões e indecisões" que emanavam "das esferas governamentais". Tal "oposição sistemática da imprensa" não chegaria a "minar as bases do getulismo", mas atuou como "fator primordial para a formulação do que se poderia chamar de antiprojeto", pois era "formulado basicamente sobre a nãoaceitação das medidas tomadas pelo governo". Em "nível ideológico", foi "através da grande imprensa" que se expressaram "fundamentalmente as críticas dirigidas à política de Vargas", de modo que, por meio dela "as insatisfações e divergências dos grupos dominantes" ganhavam "ressonância, transformando os grandes jornais em núcleos poderosos de resistência ao governo". A partir do "momento em que o rompimento da imprensa com o governo" atingiu "o clímax", este passou a "uma fase de declínio irreversível"54.

⁵⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política.* 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 29.

A pressão udenista aumentaria constantemente, com o recrudescimento da oposição, o qual viria a se associar com uma crescente insatisfação no meio militar. Reflexo disso, em fevereiro de 1954, foi apresentado o "Manifesto dos Coronéis" destinado ao Ministro da Guerra e às lideranças militares, constituindo um pronunciamento de evidente antagonismo para com o governo, acusando-o de promover males que estariam atingindo diretamente o meio castrense, de modo que eram exigidas mudanças nos rumos governativos:

(...) O descontentamento e as inquietações que lavram entre os quadros permanentes e semipermanentes, sobretudo nos postos menos elevados, estão a criar perigoso ambiente de intranquilidade, agravado pelo enfraquecimento da confiança dos chefes, que já se esboça e amplia. O desestímulo e o consequente arrefecimento do entusiasmo pelos deveres profissionais ameaçam de estagnação duradoura a máquina militar entorpecida em sua eficiência pela deterioração das condições materiais e morais indispensáveis a seu pleno funcionamento. Prenuncia-se indisfarçável crise de autoridade, capaz de solapar a coesão da classe militar, deixando-a inerme às manobras divisionistas dos eternos portadores da desordem e usufrutuários da intranquilidade pública. e, com o comunismo solerte sempre à esquerda, serão os próprios quadros institucionais da nação ameaçados, talvez, de subversão violenta. (...)

Perigosas só poderão ser hoje, nos meios militares, as repercussões que já se pressentem e anunciam de leis ou decisões governamentais que, beneficiando certas classes ou grupos, acarretarão pronunciado aumento do custo já insuportável de todas as utilidades. (...) E a elevação do salário mínimo que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma em aberrante subversão de todos os valores

⁵⁵ Citado por: SILVA, Hélio. 1954: um tiro no coração. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 307-312.

profissionais, destacando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército de seus quadros inferiores.

Ante a gravidade da situação que se está a criar para breve, impõe-se alerta corajoso, pois não se poderá prever que grau de dissociação serão capazes de gerar, no organismo militar as causas múltiplas de tensões que, dia a dia, se acumulam.

E é preocupados e justamente alarmados ante perspectivas tão sombrias, que nos animamos a trazer aos altos chefes responsáveis, leal e francamente, esta exposição, a nosso ver, fidedigna do ambiente em que, na hora presente, se debate o Exército, cujos quadros só devem aspirar vê-lo reintegrado na antiga tradição de austeridade, de eficiência, coesão e consciência que dele sempre fizeram o baluarte e o guardião da nacionalidade brasileira.

Apesar das pressões, Vargas mantinha suas práticas políticas, como no caso do nacionalismo, ao apresentar em abril de 1954 o projeto de criação da Eletrobrás. Enquanto isso a oposição se acirrava ainda mais. Um fator decisivo para os rumos da vida nacional ocorreu a 5 de agosto de 1954, com o atentado da Rua Tonelero, no Rio de Janeiro, perpetrado contra o jornalista udenista Carlos Lacerda, ferrenho oposicionista do Governo Vargas, o qual sobreviveu, ao passo que, o major da Aeronáutica, Rubens Florentino Vaz, que acompanhava o jornalista, foi morto. A apuração do crime acabou ficando a cargo de militares da Aeronáutica, formando o que se convencionou chamar de "República do Galeão", tamanha a autonomia das investigações em relação às forças governamentais. O andamento do inquérito levou à incriminação de Gregório Fortunato, que tinha notórios vínculos com o Presidente da República.

Por meio do Parlamento e da imprensa, a UDN radicalizava de vez seu discurso, exigindo o afastamento de Vargas. Foi o caso do editorial assinado por

Carlos Lacerda no órgão oposicionista *Tribuna da imprensa*, periódico que circulava no Rio de Janeiro desde o final de 1949, e era dirigido por aquele jornalista, o qual exigia a "renúncia imediata" de Vargas⁵⁶:

Dentro do Palácio do Catete prepara-se uma ignóbil manobra diversionista: tratase de apresentar o atentado como um ato desautorizado, espontâneo, insopitável, da Guarda Pessoal de Vargas, em desagravo do seu chefe.

É o que se depreende dos últimos movimentos e declarações. (...)

Vão ser escalados os autores materiais do atentado para serem entregues, afinal, ou pelo menos apontados – ainda que lhes hajam dado fuga –, para tirar do Presidente da República a pecha, que legitimamente lhe cabe, de coiteiro de bandidos.

Com isto, Vargas entrega os anéis, isto é, alguns bandidos, para salvar os dedos, quer dizer, o seu poder. (...)

O tempo trabalha para Vargas – quer dizer, para a sua ação corruptora e criminosa. (...)

Insinuar, sugerir a Vargas, um gesto de renúncia em benefício da restauração da autoridade, da paz, da união e da segurança dos brasileiros, é inútil. (...)

Enquanto isto, a nação está em crise aberta, dias a fio – e não há, na verdade, autoridade suprema no país. (...)

Não adianta Vargas querer entregar os seus bandidos para salvar o banditismo. Foi o clima de impunidade, de provocação e imprudência que ele criou no país, e do qual foi beneficiário, tornando-se, dele, a expressão culminante, foi isso que armou o braço dos sicários, e nenhum destes, naturalmente covardes, como todo criminoso profissional, ousaria abalançar-se a um atentado dessa gravidade sem a autorização de pessoa capaz de lhes oferecer proteção.

Vargas entrega os homens que o serviram – é apenas mais uma de suas muitas traições.

Mas seria traição ainda maior a das forças encarregadas de zelar pelo decoro e segurança das instituições democráticas, se tão reles ardil as embrulhasse – pois

⁵⁶ TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro, 12 ago. 1954, a. 6, n. 1408, p. 4.

ninguém acreditaria que os chefes do que resta de vivo e atuante neste país se deixassem embrulhar tão facilmente.

O atentado (...) é o trágico resultado da vida criminosa do Sr. Getúlio Vargas, em promiscuidade com facínoras junto aos seus próprios aposentos.

A crise não é apenas resultante do crime na sua materialidade. É o ambiente moral que condicionou esse crime, o motivo que o desencadeou, a degradante condição a que reduziu a nação o Pai dos Assassinos, a razão da crise de autoridade de que a nação adoeceu. (...)

É inútil esperar que Vargas tenha um gesto de patriotismo. (...)

Pois que o tirem de lá, se quiserem, como todos devemos querer, que se restaure no Brasil a confiança do povo na autoridade e da autoridade no povo. (...)

A renúncia de Vargas não virá com protelações e vacilações. É preciso que as pessoas que detêm o poder físico e espiritual da nação compareçam ao Palácio para lhe dizer, concretamente, que se vá embora — e deixe em paz o Brasil. (...)

Aos chefes militares, sobretudo, é preciso que se diga francamente: Senhores, não depende apenas da entrada de um pistoleiro para a prisão o restabelecimento da confiança do povo em Vargas e nas instituições que, no poder, necessariamente o Presidente encarna.

A paz e a segurança do Brasil dependem da vossa decisão de dizer a Vargas que se vá embora por bem — enquanto é por bem que o povo deseja se ver livre de seus crimes e da vergonha que ele cobriu, perante o mundo inteiro, a nobre nação brasileira.

O rompimento definitivo com o status quo governamental se daria a partir da adesão dos militares à ideia da queda do Presidente, como ficou expresso no "Manifesto dos Generais" de 22 de agosto de 1954:

89

⁵⁷ Citado por: SILVA, Hélio. *1954: um tiro no coração.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 345-346.

Considerando que o inquérito policial-militar, em andamento na base aérea do Galeão, já apurou, indiscutivelmente, que foi a guarda pessoal do Presidente da República, sob a chefia de Gregório Fortunato, homem de sua absoluta confiança, que o planejou e preparou, dentro do palácio presidencial, ou fez executar, o atentado em que foi assassinado o major-aviador Rubens Florentino Vaz;

Considerando que depois de haver o Presidente da República assegurado à nação que o crime seria apurado e os culpados entregues à justiça, elementos de sua imediata confiança, ainda dentro do palácio presidencial, alertaram os criminosos e lhes forneceram os meios necessários à fuga, inclusive vultosa quantia em dinheiro;

Considerando que é, assim, duvidoso que se possa chegar à punição de todos os culpados;

Considerando que as diligências do inquérito trouxeram à luz farta documentação em que se demonstra a corrupção criminosa nos círculos mais chegados ao Presidente da República;

Considerando que tais fatos comprometem a autoridade moral indispensável ao Presidente da República para o exercício de seu mandato;

Considerando, enfim, que a perduração da atual crise política-militar está trazendo ao país irreparáveis prejuízos em sua situação econômica e poderá culminar em graves comoções internas, em face da intranquilidade geral e da repulsa e indignação de que se acham possuídas todas as classes sociais do país;

Os abaixo-assinados, oficiais-generais do Exército, conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a nação, honrando compromissos públicos e livremente assumidos e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, em consciência, como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual Presidente da República, processando-se sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais.

No mesmo dia, de forma mais concisa, mas com o mesmo fim, foi publicado o "Manifesto dos Brigadeiros" 58:

⁵⁸ Citada por: CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1965)*. São Paulo: DIFEL: 1980. p. 57-58.

Os oficiais-generais da Força Aérea Brasileira, identificados com o sentimento de sua corporação, ante a evolução dos fatos criminosos revelados no inquérito policial-militar exprimem mais uma vez, o seu agradecimento à solidariedade recebida do Exército e da Marinha, e a certeza de que as Forças Armadas, dentro da ordem, da disciplina e fiéis à Constituição, não faltarão à confiança nelas depositada, para que a presente crise nacional tenha solução definitiva e digna.

Convieram, também, em que o Sr. tenente-brigadeiro Eduardo Gomes, oficial mais graduado presente à reunião, comunicasse aos Srs. ministros das pastas militares e ao marechal-chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas uma determinada decisão unânime que foi ali tomada, como capaz de restaurar a tranquilidade no país.

O período que se estendeu da década de 1950 a meados do decênio seguinte foram de profunda agitação, pairando no ar uma tendência golpista, que defendia a ruptura institucional, como forma de combater as vitórias das candidaturas populistas nos processos eleitorais. Na esfera federal, a UDN, sem sucessos nas disputas pela urna, também por diversas vezes lançou mão do artifício do golpe para buscar derrubar o vencedor no voto. Contra Vargas, objetivou inicialmente impedir a sua posse, apontando para a inexistente necessidade de superação da metade do eleitorado e, não atingindo êxito em tal intento, organizou uma oposição sistemática, sem deixar de fermentar a possibilidade golpista. A pressão chegara ao auge em agosto de 1954 e, com o apoio dos militares, a derrubada do getulismo era dada como uma certeza.

O último ato político de Getúlio Vargas, entretanto, significou uma brusca mudança em relação ao golpismo. O recurso extremo do suicídio acabou significando um momento de inflexão histórica, pois promoveu uma ferrenha manifestação popular, com ampla mobilização das massas urbanas que não aceitaram o rumo dos acontecimentos. Tanto o suicídio quanto a reação popular a partir dele desencadeada constituíram "fatos imprevisíveis" para os oposicionistas, de maneira que "a euforia da UDN" viria a transformar-se "numa vitória de Pirro". Nesse quadro, "a dramaticidade de que se revestiu o final do governo" Vargas alterou "o que se pensava ser um jogo de forças já definido", surgindo "novas variantes no quadro político". Assim, "o desaparecimento de Vargas nas circunstâncias em que se deu teve o efeito imediato de revitalizar o populismo getulista, que subsistiu e se fortaleceu sem a presença de seu líder"⁵⁹.

Foi uma morte impactante, uma vez que Getúlio, "morto, tornava-se mais presente que vivo", de forma que "toda a política da segunda metade da década e da seguinte estaria" encaminhada "em parte em função da Carta-testamento"60. O suicídio do líder político trouxe consigo um refreamento ao processo golpista, de modo que os inimigos menos e mais diretos de Vargas tornaram-se alvos da ira popular e tiveram de adiar a sua intenção de chegar ao poder por outra via que não fosse a ungida por meio dos votos. O suicídio assim surgiu como um anteparo contra o golpe e garantiu uma sobrevivência às práticas populistas que permaneceram predominantes na década que se seguiu à morte de Vargas. O

⁵⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política.* 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 142.

⁶⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 267.

próprio sentido político do getulismo permaneceu como fator de mobilização em torno das vitórias eleitorais calcadas no getulismo trabalhista.

Essa continuidade do populismo varguista ficou evidenciada a partir do conteúdo da "Carta-testamento" que — apesar de certas controvérsias, quanto à sua escritura, ainda mais pela perspectiva de Vargas já ter cogitado a possibilidade extrema de tirar a própria vida em outras oportunidades, anteriores ao 24 de agosto de 1954 — acabou constituindo o documento-síntese daquele momento político marcado pela anteposição ao golpe e pela manutenção do populismo:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

⁶¹ Citado por: SILVA, Hélio. *1954: um tiro no coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 347-348.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançaram até 500% ao ano. Na declaração de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

As heranças do getulismo já começaram a ser utilizadas imediatamente após à sua morte, tanto que, a 25 de agosto de 1954, o PTB lançava "Nota oficial" 62

⁶² Citado por: SILVA, Hélio. 1954: um tiro no coração. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 351-352.

na qual garantia que se manteria na defesa dos trabalhadores, seguindo os rumos do líder que se suicidara, e adotando os seguintes princípios:

- absoluta independência do partido, em face do governo atual, desautorizando a colaboração de qualquer de seus membros com o mesmo;
- reclamar a libertação imediata de todos os líderes sindicais e trabalhadores que se encontrem presos ou detidos, com manifesta violação dos preceitos constitucionais;
- reafirmar sua fidelidade aos ideais democráticos e o seu propósito inviolável de lutar pela ordem constitucional, que deverá ser restabelecida e preservada;
- recomendar às suas bancadas no Legislativo que protestem contra as violências praticadas pelas autoridades públicas, inclusive contra a imprensa;
- defender os princípios consubstanciados na última carta do Presidente Getúlio Vargas, que são: a) combate aos abusos do poder econômico; b) defesa do regime de liberdade social; c) luta pela libertação econômica do povo brasileiro.

A bandeira varguista ainda permaneceria ativa na vida política brasileira, tanto que, no curto prazo, o PTB conseguiria por duas vezes consecutivas eleger o Vice-Presidente da República e, a longo prazo, mesmo depois de um longo período ditatorial, entre os anos 1960 e 1980, à época da nova redemocratização, a efígie de Getúlio Vargas ainda se fazia presente em manifestações públicas, como clara alusão à sobrevivência da herança do getulismo. Entretanto, se o

suicídio de Vargas conseguira refrear as intenções golpistas, elas não deixaram de se manifestar e permaneceriam como uma força política ativa, com ações recorrentes que contribuiriam com a instabilidade política reinante. A própria sucessão ao período presidencial para o qual Vargas fora eleito já demarcaria tal processo, surgindo várias dúvidas quanto à real efetivação do resultado das urnas.

POPULISMO E DESENVOLVIMENTISMO

Inserida na era das práticas populistas na política brasileira, típica das décadas de guarenta a sessenta, esteve a administração de Juscelino de Oliveira (JK), caracterizada populismo Kubitschek por um desenvolvimentista. Nesse sentido, o governo de JK voltou-se a intentar uma modernização desenfreada do Brasil⁶³, a partir de uma visão etapista, pela qual o país precisava ganhar tempo e eliminar fases na direção do desenvolvimento, não importando os possíveis preços que o avanço dos "cinquenta anos em cinco" - seu slogan governamental - pudesse vir a custar. O progresso vislumbrado nessa época estava intrinsecamente ligado a uma visão desenvolvimentista, ou seja, os avanços pretendidos eram vinculados praticamente de modo exclusivo ao crescimento econômico, não havendo maiores preocupações com um desenvolvimento global que envolvesse, além da economia, outros fundamentos da sociedade, como o bem-estar social.

O período histórico que transcorreu entre o suicídio de Getúlio Vargas e a posse de JK foi bastante conturbado, mantendo-se a instabilidade política e a ação das forças que pretendiam o rompimento com a normalidade institucional. A função primordial do sucessor de Vargas, o Vice-Presidente Café Filho, era a de preparar o processo eleitoral, entretanto, houve uma aproximação deste

c .

⁶³ MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964). In: FAUSTO, B (dir.). História geral da civilização brasileira — o Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1981. v. 10. p. 257-294.; e BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

político com os udenistas que, refreados pelo ato do suicídio, progressivamente voltavam à ação, inclusive com a manutenção da tendência golpista. JK era um político do PSD, com a experiência de ter governado a cidade de Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais, posições em que exerceu suas práticas modernizantes e desenvolvimentistas. Ao lançar sua candidatura à Presidência da República, anunciou o plano de levar tais ações para a esfera federal. Houve uma aliança do PSD com o PTB, de modo que a candidatura à Vice-Presidência coube ao petebista João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas.

A UDN, por sua vez, buscava evitar a "dobradinha populista" entre o PSD e o PTB, ou seja, intentava vencer o somatório entre as práticas populistas de cunho desenvolvimentista e a de natureza trabalhista. Para tanto lançou a candidatura de Juarez Távora à Presidência da República, mantendo a tradição de utilizar nomes com vínculos históricos ao tenentismo e, no caso de Távora, de oposição acirrada ao getulismo. O clima de instabilidade marcou o processo eleitoral, tanto que, em dezembro de 1954, o general Teixeira Lott, Ministro da Guerra, declarava que o Exército deveria manter posição legalista na eleição presidencial, abstendo-se de interferências. Já em abril de 1955, JK mantinha o projeto calcado na perspectiva do desenvolvimento e anunciava a intenção da mudança da capital federal para o Brasil central.

A 3 de outubro de 1955 ocorreriam as eleições presidenciais, com a vitória de JK, com 36% dos votos, ao passo que Juarez Távora ficava com 30%, o político paulista Ademar de Barros, com 26% e Plínio Salgado, o antigo líder integralista que buscava retomar sua carreira política, com 8% dos votos. A vitória da chapa

PSD/PTB demarcava o caráter imbatível das candidaturas de natureza populista, embora tenha havido uma pequena vantagem percentual sobre o candidato udenista, justificada pela presença de outro candidato vinculado ao populismo, Ademar de Barros, que também obteve expressiva votação. Para a UDN restava não aceitar do resultado das urnas, intentando promover a não concretização da vitória PSD/PTB, alegando a velha questão da falta da maioria absoluta na votação de JK. Permaneciam os udenistas com sua enorme aversão ao populismo, optando pelo golpismo contra a decisão eleitoral.

A instabilidade e as incertezas quanto à continuidade dos rumos institucionais ficavam evidenciadas. Em outubro de 1955, houve um manifesto na Câmara dos Deputados, apelando para o respeito às instituições. Já a 3 de novembro, o Presidente Café Filho, acometido por problemas de saúde, foi substituído pelo Presidente da Câmara, Carlos Luz, ganhando força as tendências golpistas. Em seguida, a 10 de novembro, o General Lott demitia-se do Ministério da Guerra, em protesto contra a "inclinação golpista" do governo e, no dia seguinte utilizou-se de um dispositivo militar para promover um contragolpe, promovendo a deposição de Carlos Luz. No dia 25 de novembro, Nereu Ramos, que assumira a Presidência, como 1º Vice-Presidente do Senado Federal, promovia o estado de sítio por trinta dias. Mais uma vez o plano de rompimento com os ditames institucionais era interrompido, ficando novamente demarcado o papel dos militares em tal situação.

Vencidas as resistências, a posse de JK ficava garantida e, em janeiro de 1956, mesmo sem estar empossado, visitou vários países. No mesmo mês a justiça eleitoral confirmava o resultado da eleição presidencial. Desde cedo JK passou a implementar seu plano desenvolvimentista, chegando a criar uma estrutura governamental paralela à administração tradicional, para edificar seu projeto. Foi o caso da criação do Conselho de Desenvolvimento, em fevereiro de 1956, com a função de centralizar o planejamento econômico. Já em setembro, foi regulada a transferência da capital, com a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

A administração de JK caracterizou-se por certa estabilidade, com uma oposição menos radical e contando com o apoio e/ou a cooptação dos militares. Ainda assim, houve alguns resquícios de resistência, com duas revoltas na Aeronáutica, em fevereiro de 1956 em Jacareacanga, no Pará, e, em dezembro de 1959, em Aragarças, em Goiás. Para evitar maiores instabilidades, o governo optou por anistiar os militares revoltosos. Os fundamentos da administração juscelinista estiveram vinculados ao populismo desenvolvimentista, com a perspectiva de "subir degraus" ou de "vencer etapas", em busca de ultrapassar o subdesenvolvimento a qualquer custo. Tal ação era apontada como a única forma de melhorar as condições de vida da população e de vencer "doutrinas estranhas", em clara alusão à bipolarização típica da Guerra Fria. Para tanto houve a criação de um aparelho burocrático-administrativo, voltado a promover o "desenvolvimento" e a execução de um amplo projeto, o qual constituía uma sistematização do slogan "50 anos em 5", que marcou o governo JK.

O desenvolvimentismo juscelinista foi traduzido essencialmente na elaboração/execução do Programa/Plano de Metas. A realização do mesmo

contou com a ação efetiva do Executivo e "a atuação preponderante do Presidente", levando em conta um "comprometimento prioritário com o desenvolvimentismo", com a "sua participação direta na criação" dos dispositivos necessários à efetivação do projeto governamental⁶⁴. Tal Programa "visava a transformar a estrutura econômica do país", vindo a ser "estruturado como o principal instrumento de política econômica do governo". Dentre os objetivos gerais dessa planificação estavam o de "abolir os pontos de estrangulamento da economia", a partir de investimentos em infraestrutura por parte do Estado e a expansão da indústria de base. Nesse sentido, "a ação governamental, em seu conjunto, deveria criar melhores condições econômicas, financeiras, sociais e políticas para o florescimento da livre iniciativa". Além disso, "um dos alvos centrais do Programa era atrair o interesse de empresários estrangeiros, com seu capital e sua tecnologia". Também faziam parte dos intentos governamentais a busca por "estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo" estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo" estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo" estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo" estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo" estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo" estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo" estimular a poupa est

A estruturação do Plano de Metas resultou da busca de uma "visão geral da economia brasileira", em um quadro pelo qual, "uma vez identificados os setores e, dentro dos setores, as metas", por meio "do emprego integrado dos conceitos de pontos de crescimento, pontos de estrangulamento internos e externos, interdependência dos setores e demanda derivada". Nesse sentido, tal

⁶⁴ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 225.

⁶⁵ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. **4**.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 160 e 162-163.

planificação "procurou fixar para cada meta um objetivo", cuja "quantificação, em regra geral, foi feita" a partir da elaboração de "estudos das tendências recentes da demanda e da oferta do setor", de maneira que, "com base neles", foi projetada, "por extrapolação, a composição provável da demanda dos próximos anos, na qual também" foi considerado "o impacto do próprio Plano de Metas". Com base nos "resultados dessa extrapolação" deu-se "a fixação de objetivos quantitativos a serem atingidos durante o quinquênio". Quanto aos objetivos, eles "foram continuamente testados e revistos durante a aplicação do plano, através do método de aproximações sucessivas", o que viria a constituir "o mecanismo de *feedback* do Plano de Metas, conferindo-lhe as características de um planejamento contínuo"66.

O Programa de Metas foi assim sintetizado pelas autoridades governamentais responsáveis pela sua execução:

O Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, elaborado com os estudos e pareceres das maiores autoridades especializadas em cada assunto, constitui-se de uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do país.

Foram selecionados trinta setores, julgados prioritários, fixando-se, sempre que possível, em termos numéricos, os objetivos ou as metas a serem atingidas no fim de 1960.

Cada setor foi analisado, inicialmente, estudando-se suas tendências de evolução e suas projeções sobre a necessidade de desenvolvimento no quinquênio.

_

⁶⁶ LAFER Celso. O planejamento no Brasil – observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 37.

Paralelamente, foram analisados, para cada meta todos os projetos específicos que se destinariam a cumpri-la. (...)

Um dos aspectos mais importantes do trabalho realizado está na técnica de planejamento dinâmico e progressivo que se adotou.

O Programa de Metas não é um plano teórico elaborado sem contato com a realidade e que se escoa no tempo. É um plano em marcha. É um esforço incessante de coordenação das atividades de um grande número de entidades públicas e privadas, que executam obras, edificam empresas ou prestam outros serviços à coletividade. Por isso, sofre um processo permanente de aperfeiçoamento, tornandose cada vez mais objetivo e realista.

Sob a orientação permanente e direta do Senhor Presidente da República [que, junto de sua equipe] vem realizando uma experiência nova em nosso país.⁶⁷

Os setores que compunham o Plano de Metas estavam vinculados à energia, aos transportes, à alimentação, à indústria de base e à educação e a execução do Programa se estruturava a partir de trinta metas:

- 1 Energia elétrica
- 2 Energia nuclear
- 3 Carvão mineral
- 4 Petróleo (produção)
- 5 Petróleo (refinação)

⁶⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek* – estado do plano de desenvolvimento econômico em 30 de junho de 1958. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1958. p. 13-15.

- 6 Ferrovias (reaparelhamento)
- 7 Ferrovias (construção)
- 8 Rodovias (pavimentação)
- 9 Rodovias (construção)
- 10 Portos e dragagem
- 11 Marinha Mercante
- 12 Transporte aeroviário
- 13 Produção agrícola (trigo)
- 14 Armazéns e silos
- 15 Armazéns frigoríficos
- 16 Matadouros industriais
- 17 Mecanização da agricultura
- 18 Fertilizantes
- 19 Siderurgia
- 20 Alumínio
- 21 Metais não-ferrosos
- 22 Cimento
- 23 Álcalis

- 24 Papel e celulose
- 25 Borracha
- 26 Exportação de minério de ferro
- 27 Indústria automobilística
- 28 Construção naval
- 29 Indústria de material elétrico pesado e de mecânica pesada
- 30 Formação de pessoal técnico

A base do Programa de Metas era assim a industrialização, encarada como fator de progresso e consequente desenvolvimento, bem de acordo com a perspectiva etapista. As metas voltadas à energia se voltavam a dotar o país de uma estrutura energética que sustentasse as indústrias, bem como as vinculadas ao transporte, visavam à melhoria das vias para o escoamento da produção. Mesmo as metas destinadas à alimentação tinham por intento a modernização das atividades agropastoris, buscando também incrementos em termos industriais para as mesmas. Já a indústria de base envolvia o maior número de metas e foi o foco dos investimentos governamentais, com destaque para a indústria automobilística que se tornou verdadeiro carro-chefe do Plano. A única meta destinada a uma área mais próxima de um fundamento social, no caso o educacional, prendia-se essencialmente à formação de pessoal técnico, ou seja, de mão de obra especializada para trabalhar na efetivação das propostas

modernizantes. Como "meta-síntese" aparecia ainda a construção de Brasília, de modo que a nova capital se transformaria em verdadeiro cartão de visitas do desenvolvimentismo governamental.

Os promotores de tal Programa assim apresentavam o significado de sua realização:

As metas do governo se destinam a corporificar um certo conjunto de realizações de desenvolvimento econômico prometidas ao povo pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, desde a sua campanha eleitoral.

Em sua acepção mais ampla, compõem-se de projetos de investimentos que visam a elevar quanto antes o padrão de vida do povo brasileiro, ao máximo compatível com as condições de equilíbrio econômico e estabilidade social.

O conjunto de metas constitui um esforço de programação, preferindo-se esta denominação, por mais modesta, à de planejamento.

Vários motivos tornam impraticável, ou mesmo indesejável, qualquer tentativa de planificação integral da economia, tal como acontece nos regimes coletivistas. (...)

Por fim, um plano de alto sentido político – o da construção da nova capital em Brasília – tem também um grande significado econômico, porque possibilitará e provocará o alargamento da frente de ocupação humana sobre vastíssimas áreas da hinterlândia, incorporando ao patrimônio ativo do país regiões de ponderável valor econômico. Articulados ao Plano de Brasília estão alguns projetos, especialmente de transportes, contemplados no Programa de Metas. (...)

Na elaboração do Programa de Metas, o Conselho do Desenvolvimento exerceu a função de coordenação de diversas agências governamentais. Algumas metas foram por ele integralmente elaboradas, especialmente no setor de indústrias de base, tendo sido outras preparadas, em sua essência, pelos departamentos interessados, segundo orientação geral traçada pela Secretaria do Conselho. (...)

Ao Conselho de Desenvolvimento incumbe continuar seu esforço de coordenação, revendo, periodicamente, os vários planos em sua execução e

introduzindo novos projetos que se tornem atuais. Simultaneamente, o Conselho prosseguirá no controle da realização das metas, através de relatórios periódicos das entidades incumbidas de sua execução. (...)

Finalmente, é justo que se destaque que, durante todo o seu trabalho, o Conselho contou com a orientação direta de S. Exa., o Senhor Presidente da República, que fez questão de tomar parte ativa, não só na fixação dos princípios de política envolvidos em várias metas, como ainda no estudo dos projetos mais importantes.⁶⁸

Apesar da essência economicista presente na visão desenvolvimentista do governo JK, o Presidente da República insistia na perspectiva de que suas ações também teriam um alcance social. Nesse sentido, em sua fala ao Congresso Nacional de 1958, JK afirmava que "o esforço que custa à nação o Programa de Metas" só poderia justificar-se "na medida em que permite criar melhores condições de trabalho, de saúde, de segurança e de educação para todos os brasileiros". O Presidente declarava ainda que o escopo de sua administração seria "a liquidação do pauperismo, que ainda mantém parcelas ponderáveis do povo em condições precárias de existência", as quais, "em virtude do alto incremento demográfico, ameaçava alastrar-se cada vez mais, diluindo, pela crescente massa de marginalizados, todas as potencialidades de progresso". Dessa maneira, JK considerava que, para evitar tal avanço da pobreza, seria "imperativo marchar para a plena industrialização, multiplicando fábricas, estradas, silos, frigoríficos, laboratórios, granjas", assim "como promover a ocupação e exploração de áreas até agora inaproveitadas". Na

⁶⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO. *Programa de Metas – introdução*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Jornal do Comércio, 1958. p. 18-19 e 59-60.

mensagem de 1960 ao Congresso, JK viria a reforçar essa versão, ao destacar que "a valorização do homem brasileiro constituiu o objetivo final de todos os empreendimentos deste governo", vindo a constituir a sua "meta suprema". A autoridade pública federal considerava que, "ao lançar-se à batalha da industrialização, ao combater os pontos de estrangulamento na infraestrutura da economia, ao abrir novas frentes pioneiras", a "preocupação dominante" governamental seria "a de vencer o pauperismo, elevar o nível de vida, preparar o povo para usufruir as conquistas da civilização contemporânea" 69.

Apesar dessas constatações juscelinistas, na prática, seu plano, em termos imediatos, era puramente desenvolvimentista, sem uma visão global de desenvolvimento, voltando-se essencialmente à questão do crescimento econômico, em detrimento dos avanços sociais. De acordo com o projeto governamental, seria prioritariamente necessário vencer os atrasos, com o progresso econômico, meta para a qual seriam lançadas todas as forças governamentais, para, a partir de tal crescimento de natureza econômica, vir a, posteriormente, obter progressos no campo social. Alguns dos resultados atingidos pelo país durante a administração JK bem demonstram tal tendência, como foi o caso nos índices crescentes de produção de energia elétrica, do transporte rodoviário de carga, da produção de aço, de cimento e de borracha. Também foram crescentes no quinquênio juscelinista os investimentos líquidos

⁶⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagens presidenciais (1947-1964)*. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1978. p. 297 e 336.

na indústria de transformação e os índices de crescimento da produção industrial e o de crescimento real do país.

Por outro lado, os custos de tal desenvolvimento foram bastante significativos. Foi o caso do consumo de carvão e de óleos diesel e combustível, desequilibrado, em favor destes, assim como a preferência pelo transporte rodoviário, em detrimento do ferroviário, levando a uma crescente dependência de insumos internacionais. Durante o quinquênio JK houve um aumento desmesurado da emissão de papel moeda, o qual foi acompanhado por um grande avanço da inflação. Em outro sentido, o custo de vida crescia vertiginosamente, não sendo acompanhando pelos índices salariais, que permaneciam estagnados. Além disso, os significativos progressos na produção industrial não foram seguidos pela produção agropecuária, notadamente no que tange àquela destinada ao consumo interno, mormente de alimentos, o que levou o país à necessidade da importação de tais bens. Outro fenômeno da época foi o aumento considerável do fluxo de capital estrangeiro no país, com o aumento do endividamento externo, acompanhado pela superação das importações sobre as exportações e os resultados profundamente desfavoráveis no balanço de pagamentos nacional. Desse modo, o desenvolvimentismo juscelinista privilegiou o fundamento econômico, relegando o social a um segundo plano, uma vez que os progressos obtidos foram embasados na penetração de capital estrangeiro e na espoliação dos trabalhadores, com salários que não acompanhavam os aumentos do custo de vida.

Assim, "foi sob a égide do Plano de Metas que o país ingressou em sua fase de economia industrial avançada", vindo a concretizar-se "uma estrutura monopolista específica que articulou, de modo peculiar, a multinacional, a empresa privada nacional e a empresa pública". Nesse sentido, "operou-se uma ruptura com a orientação da política econômica anterior, sobretudo em dois níveis", que foram o "da definição de um novo setor industrial a ser privilegiado pelo Estado"; e o do "estabelecimento de novas estratégias de financiamento para a industrialização brasileira". Quanto ao primeiro nível, "a prioridade seria do setor produtivo de bens de consumo duráveis" e, no que tange ao segundo, "a opção foi a internacionalização da economia brasileira, em lugar da ênfase aos empréstimos públicos externos"⁷⁰.

Nesse contexto, no decorrer do mandato de JK, "já era visível o desenvolvimento econômico resultante de sólido e inovador programa de governo ao aliar o capital nacional aos investimentos estrangeiros"⁷¹. Nesse quadro, "Juscelino fez de tudo para obter as divisas de que precisava para realizar o seu ambiciosíssimo Plano de Metas", de modo que "o Brasil, efetivamente, teve um crescimento enorme em 1956-61". Por outro lado, "a crise econômica que se desenha no país no último ano do governo JK e durante os

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, M.Y. (org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 251.

 ⁷¹ CEDRO, Marcelo. O Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.).
 O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964
 – Terceira República (1945-1964). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 239.

três anos" do governo seguinte, "pode ser atribuída ao sobre-esforço a que a economia brasileira foi submetida"⁷².

O populismo desenvolvimentista de JK também teve reflexos na execução da política externa do período⁷³. A aproximação brasileira com os Estados Unidos teve a sua gênese nos primeiros tempos da República Brasileira. O Acordo Aduaneiro de 1891, que previa, em nome da reciprocidade, facilidades comerciais na entrada de produtos norte-americanos no Brasil e brasileiros, principalmente o café, no mercado estadunidense, se constituiria em um marco simbólico de um processo que se avolumaria com o perpassar dos anos, demarcando o crescente predomínio dos Estados Unidos sobre o Estado Nacional Brasileiro. Nesse sentido, a História do Brasil Republicano, do ponto de vista das relações exteriores, foi caracterizada pela aproximação com a potência norte-americana, por vezes, em um verdadeiro alinhamento automático, ou seja, uma quase que subserviência incontestável à hegemonia estadunidense, e, em algumas outras, com certas tendências alternativas a esse tipo de submissão absoluta, caso do "alinhamento pragmático" de Rio Branco, a "equidistância pragmática", da Era Vargas, a "Operação Pan-Americana" da administração Juscelino Kubitschek e a "Política Externa Independente", dos períodos Jânio Quadros e João Goulart. Todas essas não chegaram a estabelecer rupturas para

⁷² SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no Golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964 – visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. p. 17.

⁷³ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. Uma introdução ao estudo da Operação Pan-Americana. In: *Biblos*. Rio Grande; Editora da FURG, v.15, p.163-173, 2003.

com a política de aproximação com os Estados Unidos, mantendo, isto sim, um caráter alternador em relação aquele alinhamento.

Atrelada à visão desenvolvimentista da administração JK esteve a Operação Pan-Americana (OPA), a qual visava a obter, através do argumento da solidariedade hemisférica, o apoio no alavancar desenvolvimentista latinoamericano. A política exterior brasileira, posterior à II Guerra Mundial e à derrocada da ditadura estado-novista se caracterizaria por uma nova fase de alinhamento aos Estados Unidos, ainda mais diante da bipolarização advinda da Guerra Fria. Esse alinhamento passivo durou até a gestão JK, que lançou uma proposta de cooperação interamericana, na qual foram questionadas as inter-relações de ordem econômica dos Estados Unidos para com a América Latina, com a indicação da necessidade de uma política eficaz nesse aspecto, inclusive sob o argumento de que o fim do subdesenvolvimento se daria pelo caminho do progresso, como maneira mais adequada para se impedir a penetração de ideologias estranhas no continente⁷⁴. Os objetivos da OPA estavam intimamente ligados à política econômica adotada pelo Governo JK, que partiu de uma ideia que se considerou "realista" diante de um mundo divido. De acordo com tal concepção, a abertura do mercado brasileiro ao capitalismo internacional deveria significar também a emergência do país como

⁷⁴ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira (1822-1985).* São Paulo: Ática, 1986. p. 76-77.

representante simultâneo quer desse capitalismo em relação aos demais países da América Latina, quer dessas nações junto ao primeiro⁷⁵.

Nesse sentido, a OPA consistiu uma prática completamente coadunada ao conjunto da política desenvolvimentista juscelinista, constituindo-se em um programa de desenvolvimento econômico multilateral a longo prazo, cujo propósito real era assegurar o suporte americano para a consecução das ambiciosas metas econômicas na América Latina. Em termos políticos, esse compromisso daria aos governos praticantes de um "nacionalismo desenvolvimentista", uma fonte inestimável de apoio externo contra os seus oponentes internos, tanto da direita quanto da esquerda, que procuravam questionar as atitudes governistas⁷⁶. Nessa linha, a OPA foi a vertente para a política externa do conjunto da política empregada por JK, estando plenamente de acordo com a ideologia nacional-desenvolvimentista, muito em voga ao longo de sua administração⁷⁷.

As origens da OPA estiveram ligadas a manifestações públicas de repúdio ocorridas contra o Vice-Presidente norte-americano Richard Nixon e sua comitiva, em visita à América Latina, gerando certo mal-estar para com os Estados Unidos. JK aproveitou a oportunidade para manifestar uma proposta acerca das relações interamericanas e a primeira providência foi o envio de

⁷⁵ ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais: 1945-1964. In: MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. 13.ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 361-362.

⁷⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 215.

⁷⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977. p. 117-157.

correspondência ao presidente estadunidense, manifestando a solidariedade brasileira diante daquelas "lamentáveis ocorrências". Na carta, o Presidente brasileiro considerava que aqueles acontecimentos poderiam servir à "propaganda dos interessados no antiamericanismo", os quais procurariam "converter estes supostos desentendimentos numa incompatibilidade, mesmo numa inimizade entre os países livres da comunidade norte-americana", o que, segundo ele estaria "bem longe de se verificar" 78. Mesmo que esclarecesse que ainda não tinha um plano alternativo detalhado, JK já deixava transparecer o espírito da OPA, quer seja, a única alternativa para o pan-americanismo e para a manutenção dos países pobres no rol do "mundo livre" seria a vitória sobre o subdesenvolvimento. A resposta do Presidente norte-americano Dwight Eisenhower, ainda que não incisiva - referindo-se à tomada "de medidas que determinem, através de todo o continente, uma reafirmação de devotamento ao pan-americanismo e um melhor planejamento na promoção dos interesses comuns e do bem-estar de nossos diferentes países"79-, viria a encorajar a gestão JK a aprofundar a proposta de um novo modelo nas inter-relações americanas.

Nas palavras do próprio JK, em um livro de "memórias", a respeito de seu governo, os princípios da OPA poderiam ser resumidos em um, ou seja, o desenvolvimento efetivo de cada nação americana, visando a diminuir a

⁷⁸ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 7. p. 106-107.

⁷⁹ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 7. p. 108-109.

diferença entre os padrões econômicos, a capacidade técnica, o estágio cultural, a autonomia política interna de cada país da América, no conjunto continental. Segundo o Presidente, o intento estava ligado a possibilitar uma proporção alta e conveniente a todos, no desenvolvimento de cada nação americana, uma vez que o próprio Programa de Metas fora todo baseado na doutrina do desenvolvimento, ou em sua contrapartida, a luta contra o subdesenvolvimento, destacando daí uma "coerência", bem como a continuidade em sua ação política e administrativa, de modo que o sentido que imprimira à administração nacional no seu quinquênio de governo teria sido o mesmo que pleiteara fosse efetivado no quadro do continente, por meio da OPA⁸⁰. Assim, as linhas gerais da política exterior da época refletem a visão de conjunto da gestão JK, quer seja, a defesa do desenvolvimento econômico dos povos subdesenvolvidos, que deveriam ser financeiramente assistidos, a consolidação do prestígio do Brasil no contexto continental e a manutenção do apoio aos Estados Unidos e ao Ocidente no conflito Leste – Oeste, entre outros⁸¹.

O discurso realizado pelo Presidente da República em 20 de junho de 1958, "sobre a presente situação interamericana" constitui-se em verdadeira

⁸⁰ OLIVEIRA, Juscelino Kubistchek de. *A marcha do amanhecer*. São Paulo: Best-seller, 1962. p. 172-173.

⁸¹ BUENO, Clodoaldo. A política multilateral brasileira. In: CERVO, A. L. (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias.* Brasília: Ed. da UnB, 1994. p. 76-77.

exposição de motivos acerca da Operação Pan-Americana82, apresentando no documento as motivações e os intentos que levaram à edificação daquela tendência de política externa. Primeiramente, era manifestada uma das mais tradicionais características dos empreendimentos brasileiros a respeito de relações exteriores, quer seja, a necessidade do país conquistar um respeitável espaço no contexto internacional. Segundo essa perspectiva, era "chegada a hora de um pronunciamento claro e sincero do Brasil em relação a alguns assuntos de política internacional", ou seja, tornava-se necessário que o país manifestasse – "com maior calor e objetividade" do que tinha feito até então – seu pensamento sobre o debate que vinha se travando "entre as forças que, dividindo o mundo, se defrontam e se ameaçam, e ora se aproximam, ora se afastam, transformando a época em que vivemos num tecido de inquietações e sobressaltos". Nessa linha, o Presidente alegava que era "inadmissível que uma nação como esta não tenha que opinar com maior autoridade naquilo que põe em permanente perigo a existência das sociedades humanas", já que estariam "em jogo, necessariamente também os nossos interesses mais vitais".

Nessa perspectiva, o projeto governamental explicava que não era possível que o país continuasse em uma atitude alheia aos acontecimentos, "mais como assistente do que participante do desenrolar de um drama em cujas consequências estaremos envolvidos, como se nela tivéssemos atuado de forma

⁸² Todas as citações referentes ao citado documento foram elaboradas a partir de: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Operação Pan-Americana — Discurso do Excelentíssimo Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, de 20 de junho de 1858, sobre a presente situação interamericana. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

ativa". A visão de que a OPA constituía uma vertente alternativa ao alinhamento automático aos Estados Unidos também ficava evidenciada no documento, na afirmação de que o país já atingira "um grau no plano espiritual e material, que é forçoso reconhecer, não apenas o direito, mas a obrigação de fazer-se ouvido", de maneira que não poderia "ele continuar aceitando passivamente as orientações e os passos de uma política com a qual não é cabível esteja apenas solidário de modo quase automático", ou mesmo "solidário por hábito ou simples consequência de posição geográfica". A partir dessa ideia, se dava a reivindicação pela qual o Brasil tinha o "direito de opinar e colaborar efetivamente", pois isso significava o "imperativo da nação que se sabe adulta e deseja assumir a plenitude de suas responsabilidades numa política que é a sua própria".

No que tange à solidariedade hemisférica, a política externa proposta pela administração JK considerava que era necessária uma visão global para a mesma e não particularizada, a partir da pretensão de que o Brasil fosse um colaborador nessa mudança de perspectiva de "um entendimento geral e efetivo entre os países irmãos do continente", alegando não estar fazendo reivindicações isoladas, nem almejando qualquer tipo de liderança nessa caminhada. Negando séculos de rivalidades, o discurso presidencial propunha um novo ideal pan-americano, afirmando que "não medram entre nós competições de prestígio", devendo todos visar "a um esforço conjunto para o fim exclusivo de transformar o pan-americanismo em realidade viva, numa política de ardente fraternidade e de indestrutível unidade continental", para o

que seria preciso – tendo em vista "a possibilidade de êxito de uma empresa tão grande como esta, que pretende a revisão de toda uma política" – concentraremse os países "na energia pertinaz e no desprendimento dos egoísmos".

A argumentação chave em direção a um novo tratamento de parte dos Estados Unidos para com a América Latina, à semelhança do apoio concedido à recuperação europeia também se fez presente no discurso sobre a OPA, com a apresentação de uma analogia entre "reconstrução" - no caso da Europa - e "desenvolvimento" – para a América. Segundo tal perspectiva, não seriam achados "nas páginas da história universal, exemplos de assistência tão desinteressada quanto a do Plano Marshall e dos programas de ajuda e de empréstimo executados" pelo governo norte-americano, após o encerramento da Segunda Guerra Mundial. Nesse quadro, se tornava importante destacar "que quase toda a ênfase foi posta na reconstrução, sem que suscitasse igual interesse o seríssimo problema do desenvolvimento dos países de economia ainda rudimentar". Nesse sentido, surgia a reclamação quanto a um verdadeiro abandono da potência norte-americana para com a América Latina. O documento que apresentava a OPA dizia que, nos "treze anos que se seguiram ao fim da luta contra o totalitarismo, os Estados Unidos" tinham voltado "o melhor de sua atenção e recursos para os pontos do globo onde mais acesa se apresentava a disputa Leste-Oeste", de modo que a "América Latina, que também contribuíra para a vitória democrática, viu-se, em pouco, em situação econômica mais precária e aflitiva do que a das nações devastadas pela guerra", passando a constituir o "ponto mais vulnerável da grande coligação ocidental".

Segundo a versão dos promotores da OPA, a função básica dessa política era a de advertir quanto aos riscos que o subdesenvolvimento vinha trazendo aos países pobres, em constante ameaça a um "verdadeiro" pan-americanismo. Nesse sentido, afirmava-se que não se poderia "prestar maior serviço ao ideal pan-americano do que o de tentar eliminar a sua grande chaga - o subdesenvolvimento". De acordo com a concepção que orientava a OPA, não seria possível coadunar as ideias de democracia - como oposição ao "mundo socialista" - com a pobreza generalizada que campeava nos países latinoamericanos, sob o argumento de que seria difícil "difundir o ideal democrático e proclamar a excelência da iniciativa privada no mundo", no momento em que "hemisfério predominam condições econômico-sociais, reflexos do subdesenvolvimento, conducentes do estatismo". Na mesma linha, era defendido que também não seria "justo nem concebível que nos intitulemos defensores e nos declaremos dispostos a lutar pela moral cristã", se não fosse realizado "um esforço no sentido de erradicar o sofrimento que pesa sobre tantas vidas".

A manifestação sobre a situação interamericana considerava que a verdadeira solidariedade hemisférica não seria possível enquanto perdurassem as desigualdades entre os países do continente americano, a partir da declaração de não poderia haver "alguma possibilidade de êxito em fundarmos uma sólida união, se diversos elos da cadeia continuarem tão desigualmente resistentes". Os propalados *perigosos exemplos* do "mundo socialista" seriam retomados para justificar a necessidade de providências para aplacar a pobreza

latino-americana, com a premissa de que não havia "tempo a perder, nem gastos irreprodutivos no combate à doença do subdesenvolvimento", com base nos argumentos de que, "se procedentes alguns cálculos que apresentam índices impressionantes de um crescente desenvolvimento dos países opostos ao nosso sistema democrático", não haveria "de fato imprudência maior do que a de não atacar de frente a anemia econômica que debilita zonas inteiras deste lado do mundo". Desse modo, quanto a essas regiões, considerava-se que saneá-las, "revigorá-las, torná-las mais prósperas equivale a usar medidas preventivas e estratégicas de grande sabedoria, alcance e segurança".

A identidade com o pensamento desenvolvimentista ficava ainda mais evidenciada quando o discurso presidencial fazia referências à necessidade de maior alocação de capitais investidos na América Latina, a partir da defesa de que "deveria ser intensificado o investimento pioneiro em áreas economicamente atrasadas do continente", com a finalidade "de contrabalançar a carência de recursos financeiros internos, e a escassez do capital privado". Além disso, era destacada a consideração de que, "simultaneamente, para melhorar a produtividade e, por conseguinte, a rentabilidade deste investimento, desdobrar-se-iam os programas de assistência técnica", bem como, "de igual significação e de grande urgência seria a adoção de medidas capazes de proteger o preço dos produtos de base das excessivas e danosas flutuações que o caracterizam". As políticas dos órgãos de fomento também deveriam ser revistas, de acordo com a proposta da OPA, ao apontar a necessidade de se "atualizar os organismos financeiros internacionais, mediante ampliação de

seus recursos e liberalização de seus estatutos, com o objetivo de facultar-lhes maior amplitude de ação".

O apelo à luta contra o subdesenvolvimento como arma única da "causa" ocidental", contra o perigoso inimigo ideológico advindo da Guerra Fria, constituía o argumento de legitimação fundamental da OPA. Partia-se assim da consideração de que "consentir que se alastre o empobrecimento neste hemisfério é enfraquecer a causa ocidental", ou seja, "não recuperar, para um nível de vida compatível com os foros da dignidade humana, criaturas que englobamos na denominação de povos irmãos" equivaleria a "semear males em terreno propício para as mais perigosas germinações". Segundo tal forma de pensamento, a maior responsabilidade na vitória contra o subdesenvolvimento estava nas mãos das "nações mais avançadas", sendo, portanto, "preciso que os mais favorecidos se dediquem a esta causa de fundamentos políticos, éticos e econômicos", devendo, para tanto, formar-se "um ambiente continental receptivo, uma atmosfera de compreensão capaz de suprimir resistências negativas provocadas por longa intimidade com a desesperança". Dessa maneira, o discurso presidencial exortava que "não há missão mais elevada do que essa", pois "não há mais nobre cruzada para os que se tornaram poderosos e fortes graças ao espírito de iniciativa e ao trabalho criador".

Conclusivamente, o discurso que explicava a OPA voltava a apelar para o risco das "doutrinas estranhas" encontrarem campo fértil advindo do subdesenvolvimento, além disso, ficava evidenciada a visão etapista de desenvolvimentismo, pela qual o país deveria queimar etapas – a qualquer

preço – em direção ao "progresso". Nesse sentido, o documento explicitava que não haveria dúvida de que as nações americanas saberiam "encontrar um dia a sua redenção econômica, mesmo que não se efetive a operação de unidade e colaboração mútua como a que se tenta planejar", porém, longo seria "o caminho e muitas gerações serão sacrificadas numa penosa espera", abrindo-se possíveis arestas pelas quais "a causa ocidental sofrerá inelutavelmente se lhe faltar apoio no próprio hemisfério em que o avanço do sistema materialista encontra resistências morais mais decididas". O argumento fundamental era o de que o tipo de pan-americanismo ali pregado seria a única arma na luta contra as ideologias do "mundo oriental", uma vez que "é impossível empenharem-se numa mesma campanha, integrarem-se no mesmo combate, povos de condições de vida tão díspares", fazendo-os "adotar os mesmos valores, e experimentar as mesmas reações diante de certas ocorrências e doutrinas". Finalmente, aparecia a conclusão de que as ideias ali expressas poderiam constituir uma das únicas alternativas da continuidade do conjunto dos países latino-americanos no rol das nações pertencentes ao "mundo livre", já que "uma verdade que necessita ser reconhecida e proclamada enquanto é tempo", era a de que "a união das Américas, além de um ideal, é um imperativo da nossa sobrevivência".

Assim, resumidamente, os objetivos básicos da OPA foram a reafirmação dos princípios de solidariedade hemisférica; o reconhecimento do subdesenvolvimento como um problema de interesse comum; a adaptação dos órgãos de fomento à ação para acelerar a luta contra o subdesenvolvimento; a

assistência técnica para aumento da produtividade; as medidas para estabilizar o mercado de bens primários; a reafirmação da iniciativa privada na luta contra o subdesenvolvimento; e a revisão de cada país de suas políticas fiscais e econômicas com o propósito de assegurar meios de promover o desenvolvimento econômico⁸³. Uma vez colocada em prática como uma tendência alternativa de política externa, a OPA geraria certa polêmica quanto a seus reais alcances. Em médio prazo, a política exterior de JK traria como resultados a formação de uma Comissão Especial junto à OEA, a criação do BID, a instituição da ALALC e, num prazo ainda maior, a reorientação da política norte-americana conhecida como Aliança para o Progresso⁸⁴.

Também no que tange aos alcances da OPA são apontadas várias contradições dessa política. Ao objetivar compelir os Estados Unidos a

⁸³ QUINTANEIRO, Tania. *Cuba e Brasil: da Revolução ao Golpe (1959-1964) – uma interpretação da política externa independente.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1988. p. 24.

Nesse contexto, "o resultado imediato da OPA foi a constituição da Comissão Especial dos representantes dos 21 membros da Organização dos Estados Americanos. Outra resposta, a esta política exterior foi a criação de uma instituição regional de financiamento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com capitais destinados ao financiamento e à assistência técnica. Relaciona-se também à OPA, a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, com os objetivos de garantir a estabilidade e a ampliação do intercâmbio comercial, o desenvolvimento de novas atividades, o aumento da produção e a substituição das importações dos países não-membros, não se tratando, no entanto, de uma união aduaneira. Finalmente, inter-relacionada à OPA, como uma resposta mais tardia, esteve a implementação da política norte-americana da Aliança para o Progresso, pela qual, tendo em vista os acontecimentos em Cuba, os Estados Unidos passariam a dar maior atenção aos problemas latino-americanos" (CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ática, 1986. p. 260-262).

modificarem concretamente os termos de suas relações com a América Latina, a preocupação com a segurança do continente, explícita na OPA, constituía uma forma de buscar sensibilizar os norte-americanos para os problemas do subdesenvolvimento, como fator de instabilidade política e de ameaça aos regimes ditos democráticos, o que poderia favorecer a expansão do comunismo, na medida em que gerava as condições para a revolução social. No entanto, havia uma enorme discrepância entre a definição de segurança dos norteamericanos para aquela sustentada pelo Brasil, pois, para os Estados Unidos, a segurança da América Latina consistia, essencialmente, na defesa de seus interesses no que tange à proteção das fontes de materiais estratégicos, bem como das linhas de acesso a elas, a fim de garantir o abastecimento de suas indústrias. Qualquer iniciativa que, porventura, afetasse esses interesses, era considerada como hostil e confundida com uma ameaça à segurança. Por outro lado, o desenvolvimento pretendido pelo Brasil, como condição de segurança nacional e coletiva, implicava a adoção de algumas diretrizes contrárias, de um modo ou de outro, aos interesses particulares dos Estados Unidos, cujas políticas econômicas, orientadas tão somente pelo egoísmo nacional, estavam a solapar as próprias bases do sistema capitalista, ao permitirem e/ou mesmo concorrerem para a coexistência da extrema riqueza e da extrema miséria nas Américas⁸⁵.

_

⁸⁵ BANDEIRA, Moniz. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 86-88.

Nesse sentido, podem ser observados vários limites em relação ao conjunto dos intentos almejados pela OPA, revelando-se as próprias restrições de uma proposta advinda de um país periférico em relação a uma potência hegemônica. A repercussão da proposta na América Latina, causada pelo peso do Brasil e o prestígio granjeado por JK, criou a necessidade de se mandar ao país o próprio Secretário de Estado norte-americano, o qual veio "explicar" de novo a doutrina vigente da Guerra Fria, segundo a qual os latino-americanos precisavam mesmo era de segurança policial-militar para combater a subversão comunista, de modo que, nos embates diplomáticos, JK obteve algumas pequenas satisfações, mas no conjunto a OPA revelou-se inviável. No entanto, isso não levou o presidente a uma radicalização antinorte-americana, condição impensável tendo em vista a tradicional dependência brasileira para com a hegemonia estadunidense⁸⁶.

Nessa linha, havia muito de ilusão no que pretendia JK, uma vez que o imperialismo norte-americano não patrocinaria, conscientemente, a industrialização do Brasil ou de qualquer outro país da América Latina, nas circunstâncias apontadas pela proposta brasileira. Dessa maneira, não havia possibilidade de outro Plano Marshall, além do que a instalação do Comitê dos 21, criado para desenvolver a OPA, trouxera o desengano, pois os Estados Unidos prometeram cooperação econômica, mas não especificaram qualquer medida transcendental, como as delegações latino-americanas esperavam. No mesmo

⁸⁶ MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubistchek*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 95-96.

sentido, o Brasil pretendia que os Estados Unidos aprovassem sensacional política e se comprometessem em levar avante gigantesco programa de assistência a longo prazo aos países da América Latina, entretanto, os estadunidenses desejavam apenas discutir projetos específicos (como a criação do BID), a cooperação técnica e a forma de ampliar a corrente de investimentos privados para as zonas menos desenvolvidas. Assim, além da fundação do BID, o Governo de Washington restringiu-se a prometer apoio moral e material à criação de um mercado comum latino-americano e, somente a conjuntura histórica advinda da Revolução Cubana traria algumas modificações nessa política para com a América Latina⁸⁷. Dessa forma, nem mesmo o apelo à salvação do "mundo livre" traria maiores resultados, de modo que, malgrado os constantes avisos sobre a "ação desagregadora da miséria" e a respeito do uso que "as ideologias materialistas" dela poderiam fazer, a proposta só começou a receber atenção depois do movimento cubano⁸⁸.

Assim, tal política exterior foi crida na forma de "um instrumento de combate à subversão comunista no hemisfério por meio da luta contra o subdesenvolvimento" e também, "como uma arma crucial do Ocidente" no ambiente da Guerra Fria⁸⁹. A OPA se inseriria nos quadros da política

⁸⁷ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história*). 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 389-390.

⁸⁸ QUINTANEIRO, Tania. *Cuba e Brasil: da Revolução ao Golpe (1959-1964) – uma interpretação da política externa independente*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1988. p. 27.

⁸⁹ LOUREIRO, Felipe. A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de

desenvolvimentista juscelinista, calcada na ideia de que o desenvolvimento constituiria um fator fundamental à defesa dos valores democráticos, mas ficaria demarcada em seus resultados pela desigual relação de forças entre o proponente e o alvo principal da proposta, ou seja, no primeiro caso, o Brasil, no segundo, os Estados Unidos, desigualdade essa que se evidenciaria a partir da nova política externa colocada em prática pelos Estados Unidos com a Aliança para o Progresso⁹⁰. Aproveitando-se do "espantalho comunista", ou seja, diante

Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964).* 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 188.

90 No que tange à ideologia desenvolvimentista, à OPA, aos seus resultados e às suas relações com a Aliança para o Progresso: "A comparação com os povos adiantados (...) contribui para formar nos subdesenvolvidos a percepção da sua precariedade, o que é para eles difícil de aceitar. O despertar das regiões pobres para a sua situação no mundo não é um processo sem consequências, nem estas são simples e inteiramente controláveis. Desencadeia um profundo mal-estar social, bastante próximo da intranquilidade política, ainda mais quando política e ideologicamente aproveitado, o que não raro se verifica (...). Este tipo de compreensão do problema do subdesenvolvimento faz com que o governo coloque a necessidade de atuar no sentido de impedir que aquela intranquilidade possa vir a ser canalizada de forma organizada, possa vir a se constituir em força perturbadora. É preciso atacar o mal e da perspectiva juscelinista a melhor forma de fazê-lo é atacando-o pela raiz. Se é a inferioridade econômica que dá margem ao surgimento destas alterações, para preveni-las deve-se tudo fazer para o fortalecimento econômico das nações sujeitas aquele processo. (...) Parece que uma análise deste tipo é que fundamenta muito da orientação desenvolvimentista. A OPA parte de concepções como esta, mostrando uma percepção política acurada, capaz de se adiantar aos próprios fatos, o que nem sempre acontece com as nações dominantes, quando dados novos passam a reclamar reorientação de políticas. Assim é que o funcionamento efetivo da OPA através da nova formulação em que os princípios que defende são postos em prática - com a Aliança para o Progresso, proposta pelo governo norte-americano - só ocorre quando acontecimentos importantes marcam a esfera internacional, como o caso cubano. O que parece constituir a do clima de Guerra Fria, JK buscou demonstrar que a pobreza e o atraso trariam por consequência arestas pelas quais poderiam traspassar resquícios de doutrinas "estranhas", "estrangeiras", "subversivas", "esquerdizantes", entre várias outras denominações típicas da época, ou seja, ideias que poderiam ameaçar o mundo "livre", "cristão" e "ocidental". Nesse sentido, os promotores da OPA defendiam que a potência norte-americana deveria fomentar (não só ideologicamente, mas também financeira e tecnicamente) um novo panamericanismo, em outras palavras, sustentar o avanço econômico dos países latino-americanos. A OPA, dessa forma, restringia-se a seu caráter de política alternativa — e não de ruptura — para com os Estados Unidos, não se opondo à natureza de hegemonia/submissão que orientava as inter-relações brasileiro-estadunidenses.

A nova proposta adotada a partir de 1958 para dirigir os rumos da política exterior brasileira traduzia em si um projeto mais amplo, correspondente à conjuntura das práticas desenvolvimentistas colocadas em vigor à época da administração JK. De acordo com esse plano, o progresso econômico era a única alternativa para resolver os problemas nacionais e vencer a pobreza crônica que assolava os países subdesenvolvidos. Nessa busca desenfreada pelo

diferença entre as duas propostas – a OPA e a Aliança para o Progresso – é a perspectiva de que partem, a primeira fundada no econômico, apresentando uma finalidade política; a segunda voltada primordialmente para as garantias políticas, consideradas como elementos indispensáveis à manutenção e expansão do poderio econômico ocidental. Não é de estranhar que a OPA tenha sido proposta pelos países subdesenvolvidos e a Aliança para o Progresso pelos Estados Unidos" (CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ.* 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 131-133).

desenvolvimento, a orientação das relações exteriores também apresentaria transformações, com a criação da OPA, conjunto de princípios que visava à cooperação econômica, através da solidariedade hemisférica. Nessa linha, tal proposta pan-americanista inseria-se a contento na perspectiva de um desenvolvimento com ordem e com segurança, ou seja, o progresso como alternativa para impedir o incremento de ideologias "estranhas" e "não-democráticas". Assim, a OPA, em suas intrínsecas relações com o contexto histórico da época de sua execução, viria a constituir-se em mais uma das facetas do desenvolvimentismo juscelinista.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional de 1959, JK reforçava e sintetizava as intenções na realização da OPA:

Chegara a hora de um brado de alerta contra a estagnação econômica que aflige a América Latina, e impunha-se uma ação conjugada, multilateral, para dar ao problema do subdesenvolvimento a primazia que nunca pudera ter, na pauta política do continente. Assumimos, sem vacilar, uma posição nova, baseada no princípio de que não deverá o Brasil, em caso algum, deixar de se solidarizar com os interesses vitais das nações americanas, a que o ligam poderosos vínculos geográficos, históricos, políticos, econômicos e culturais. Desde o início, proclamamos que a Operação Pan-Americana tomaria a forma que lhe quisessem dar os países participantes. Não pretendíamos ditar normas e dispusemo-nos, como sempre, a nos inclinar perante a vontade soberana do hemisfério. Contudo, insistimos e insistiremos na ideia fundamental de que a luta contra o subdesenvolvimento, na forma em que foi proposta, não comporta adiamentos, nem admite paliativos. Teve a iniciativa grande repercussão, como é fato público. E, nos entendimentos que, desde então, se têm processado, novos esquemas de cooperação econômica se formularam, em torno de problemas comuns, suscetíveis de ser

imediatamente considerados em bases multilaterais. Pode dizer-se, pois, que a Operação Pan-Americana triunfa em toda a linha.⁹¹

Ainda quanto ao desenvolvimentismo juscelinista, sua "meta-síntese" era representada pela construção de Brasília, cujo objetivo original seria o de promover um processo de integração nacional, levando a capital federal para os rincões do centro do Brasil, ou seja, servindo como um elo entre as diferentes regiões do país. Nesse sentido, o Presidente afirmava que "Brasília impôs-se como um fulcro econômico e cultural", em torno do qual deveria "girar, disciplinadamente, o processo de desenvolvimento", tornando-se, portanto, "uma necessidade inadiável e inevitável, como complemento das metas". A autoridade pública federal lembrava que a edificação da nova capital não trazia consigo apenas o cumprimento de uma determinação constitucional, mas também uma "clara consciência" da "realidade econômica e geopolítica" brasileira, surgindo o seu erguimento como "um imperativo de sobrevivência, uma condição para que o Brasil cumpra a sua vocação unitária", não vindo "a faltar ao seu destino de grande nação". Nesse sentido, segundo a avaliação governamental, com Brasília, "do pantanal mato-grossense ao planalto central e à Amazônia, milhões de quilômetros quadrados" seriam "incorporados validamente à economia e à cultura nacional", a partir da "ação vigorosa" da nova capital, "como entroncamento de nossas vias de progresso e de expansão

⁹¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagens presidenciais (1947-1964).* Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1978. p. 302-303.

interna". O surgimento de Brasília era comparado a uma "revolução fecunda", representando "a mudança na rota de um país empenhado em transpor a barreira do subdesenvolvimento e ocupar, entre os povos do mundo, o lugar" que lhe caberia, "pela sua extensão, pelas suas riquezas, pelo valor dos seus filhos". Além disso, a capital em inauguração era caracterizada como "a novel metrópole" que "já vai libertando a nossa hinterlândia do cativeiro da pobreza e do abandono"⁹².

As práticas populistas e desenvolvimentistas ficavam bem evidenciadas no discurso de JK na Praça dos Três Poderes, dirigindo-se aos operários que construíram a Brasília, pronunciado a 20 de abril de 1960:

Meus amigos e companheiros de lutas, soldados da epopeia da construção de Brasília, recebo, profundamente emocionado, a chave simbólica da cidade filha do nosso esforço, da nossa crença, de nosso amor a este país. Sou apenas o guardião desta chave. Ela é tão minha quanto vossa, quanto de todos os brasileiros. Falei em epopeia, e retomo a palavra para vos dizer que ela marcará, sem dúvida, uma época, isto é, "o lugar do céu em que um astro atinge o seu apogeu". Chegamos hoje, realmente, ao ponto alto da nossa obra. Criando-a, oferecemos ao mundo uma prova do muito que somos capazes de realizar e a nós próprios nos damos uma extraordinária demonstração de energia, e mais conscientes nos tornamos das nossas possibilidades de ação.

Entre o Presidente da República, que vos fala, e vós, trabalhadores de várias categorias — técnicos, empreiteiros, fornecedores, mestres-de-obras, operários e aprendizes, homens da iniciativa privada, que para cá vos transferistes e me ajudastes — nestes anos de labor incessante, pelos dias e pelas noites, se formou tal

⁹² CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagens presidenciais (1947-1964)*. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1978. p. 319 e 340.

vínculo de amizade, se estreitou tal estima, se estabeleceu tal corrente de compreensão, que nos ligamos todos para o mesmo objetivo, que se nos faziam comuns os problemas de cada um. A irmanação de quantos aqui trabalham lembra a construção das catedrais da Idade Média, quando artistas anônimos, mestres, aprendizes se animavam pela fé em Deus, em cuja honra se levantaram esses poemas arquitetônicos.

Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender o que será amanhã, porque a fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos (...). Eis o produto de nossas angústias, de nossos riscos e do amor de nossas lidas, eis a cidade, que o extraordinário Lúcio Costa disse já nascer adulta. Ei-la plantada no coração do Brasil, o seu lugar exato. Eis as estradas abertas permitindo que os brasileiros de todos os Estados da Federação, venham à sua Capital. Começamos a transportar a civilização para o interior. Brasília começou a crescer. O Brasil começou a crescer também, mais rapidamente, para recuperar o tempo perdido. 93

Ainda que a construção de Brasília trouxesse consigo um projeto integracionista, com a localização da nova capital no mais profundo cerne brasileiro, de modo que, a partir dela se promoveria toda uma rede de transportes para as demais regiões, com ênfase para as pouco povoadas norte e centro-oeste, buscando a sua incorporação definitiva ao todo nacional, sua edificação também carregava outros sentidos. Um deles fazia parte do projeto de promoção pessoal de JK, mostrando aos brasileiros e ao exterior sua capacidade inovadora, ao erguer em meio ao quase desabitado planalto central uma cidade de linhas arrojadas, modernizantes e até futuristas, não é para menos que a

⁹³ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 7. p. 145-150.

inauguração de Brasília foi realizada, mesmo que açodadamente, ainda em seu período presidencial. Por outro lado, a nova localização da capital promovia trazia consigo um isolamento do poder federal, afastando-o da pressão popular tão presente nos grandes centros urbanos, como era o caso do Rio de Janeiro. Assim, por fatores geopolíticos, propagandísticos e geoestratégicos, Brasília transformava-se na pedra de toque da administração JK.

A política desenvolvimentista de JK também trouxe consigo práticas pouco ortodoxas perante o olhar dos órgãos de fomento internacional. Nesse sentido, em março de 1958, uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) estabeleceu condições para concessão de novo empréstimo pedido pelo Brasil. As exigências do órgão eram no sentido na contenção dos gastos públicos, constituindo um fator plenamente incompatível com as práticas governamentais juscelinistas em suas ambições por progressos contínuos. Nessa linha, em junho do mesmo ano, o Presidente determinava o rompimento com o FMI. Mais tarde, em dezembro, mantendo o plano do desenvolvimento também no plano regional, a administração JK criava a SUDENE. Assim como a OPA, a ruptura com o FMI constituiu uma estratégia em busca de novos investimentos para o Brasil, tanto que, em maio de 1960, houve a retomada do diálogo com o órgão internacional de fomento, bem como a concessão de um novo empréstimo.

A ação juscelinista em prol do desenvolvimento revelava o viés que tal político empreendeu em torno das práticas populistas. Mostrar um "Brasil grande", capaz de grandes transformações e a colocação em prática do slogan

dos "50 anos em 5" transformaram-se nos grandes motes de propaganda governamental, ainda mais que JK tinha um projeto bem estabelecido de voltar a concorrer à Presidência da República, após a passagem da administração que lhe sucedesse. O populismo em torno do desenvolvimentismo ficava evidenciado nas tentativas de JK de aproximar-se do povo, sem a necessidade de intermediários e no personalismo aplicado às medidas governamentais, como foi o caso do Programa de Metas e da OPA, políticas governativas altamente identificadas como de autoria e contando com a plena participação presidencial. Por outro lado, os altos custos sociais do desenvolvimentismo trouxeram certo desgaste político ao Presidente, com uma crescente onda de insatisfação e de movimentos grevistas. A elevação dos gastos públicos com o projeto de crescimento econômico e com a construção de Brasília, as acusações de corrupção, notadamente na execução das obras públicas, os processos desenfreados de inflação e do aumento do custo de vida foram alguns dos fatores que impactaram o governo JK. Tratava-se de um momento de inflexão histórica no Brasil, com um recrudescimento do êxodo rural, o qual levaria a uma progressiva inversão na distribuição populacional brasileira, do âmbito rural para o urbano e os novos governantes teriam de conviver com tais circunstâncias e para elas buscar soluções.

CAMINHOS PARA A CRISE DO POPULISMO

No período dominado pelos governos populistas, entre os anos 1950 e 1960, Juscelino Kubitschek (JK) foi o único que conseguiu ser eleito e chegar ao final de seu mandato, encerrando sua administração e fazendo planos de retornar no período imediatamente seguinte ao governante que lhe substituía. As grandes discussões da campanha da sucessão juscelinista estiveram em torno dos custos do desenvolvimentismo, com o aumento do custo do vida, a contenção salarial, o crescimento dos índices inflacionários e o incremento no endividamento externo. Para as eleições presidenciais foi mais uma vez formada a aliança PDS e PTB, com a candidatura de Teixeira Lott, militar que garantira a continuidade institucional quando da eleição de JK e a manutenção de João Goulart para a busca da reeleição ao cargo de Vice-Presidente. A UDN, que só amargara derrotas eleitorais desde a redemocratização, resolveu associar-se ao populismo, apoiando um candidato que seguia tal prática, mas mantinha um tom conservador em suas manifestações. Era Jânio Quadros, um político, cuja carreira até então seguira uma trajetória meteórica. Ainda que demonstrasse um comportamento difuso e com poucas possibilidades de uma definição unívoca, Quadros poderia ser caracterizado como o praticante de um "populismo moralista", ou seja, que visava a criar mecanismos de controle de despesas e apontava para os desmandos da máquina pública. O grande mote de campanha de Jânio Quadros foi o ataque aos altos preços do desenvolvimentismo, acusando o excesso de gastos, o descontrole orçamentário e a corrupção associada à administração que se encerrava. As atitudes de Quadros bem demonstravam a inexistência de um único modelo populista no Brasil e sim de "estilos" de populismo ou diferenciadas práticas populistas. A

essência da ação janista era calcada em uma "moralização" da política e das verbas públicas, não é para menos que o conteúdo simbólico de sua campanha embasou-se na figura de uma vassoura, com a qual pretendia "varrer" a corrupção no país. Sua candidatura foi baseada em "performances", associando discursos, imagem e mídia na busca do convencimento dos eleitores.

Ao longo de sua carreira, Jânio Quadros buscou colocar-se como um político e/ou governante "acima" dos partidos, intentando promover um contato direto com as massas, bem de acordo com as práticas populistas. Desde a redemocratização, sua ascensão política foi avassaladora e mostrou-se independente das filiações partidárias. Nesse sentido, sua projeção política iniciou em 1947, como Vereador, na cidade de São Paulo, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Mas, no ano seguinte, em 1948, igualmente pelo PDC, tornou-se Deputado Estadual, pelo Estado de São Paulo. Já em 1953, foi eleito Prefeito da cidade de São Paulo, em um coligação do PDC com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). O avanço prosseguia e, em 1954, sua eleição foi para Governador do Estado de São Paulo, em chapa formada pelo PSB e uma pequena agremiação denominada Partido Trabalhista Nacional (PTN). No ano de 1958, Jânio Quadros obteve a eleição como Deputado Federal pelo Estado do Paraná, ao concorrer pela sigla do PTB. Finalmente em sua candidatura à Presidência da República, Jânio concorreu em uma coligação formada pelo PTN e a UDN. UDN percebia a possibilidade única de obter uma vitória sobre a "dobradinha" PSD/PTB e resolvia combater as práticas populistas com uma candidatura calcada no populismo. Diante da previsão da possível vitória de Quadros, surgiu

uma improvável campanha em nome de uma propalada chapa denominada "Jan-Jan", ou seja, para Presidente, Jânio Quadros e para Vice, João Goulart, cujo apelido era Jango. Tal artifício foi viável tendo em vista que as eleições para a Presidência e a Vice-Presidência não eram unificadas, de modo que se abria a possibilidade da eleição de candidatos com propostas significativamente diferentes entre si, além de manterem uma postura claramente oposicionista quanto a suas respectivas propostas. Tal incongruência política acabaria por se confirmar a partir do resultado das urnas. Para Presidente, Jânio Quadros foi eleito com pouco mais de 48% dos votos, ficando Lott, com 32% e Ademar de Barros, político populista paulista, com 20%. Já para a Vice-Presidência, João Goulart ficou com pouco mais de 41% da votação, superando o candidato udenista, Milton Campos, por uma margem de aproximadamente 1%. Ainda que Quadros não tivesse atingido os 50% da votação, dessa vez a UDN não promoveu nenhuma reclamação, sendo legitimada com tranquilidade a posse do vencedor. A eleição de Jânio, "em larga medida" foi promovida "como reação à política de Juscelino, sobretudo por parte das sempre politicamente flutuantes camadas médias urbanas", uma vez que o político "tornou-se uma expressão e ídolo da crescente massa dessa pequena burguesia urbana"94. Além disso, as práticas janistas também flertaram com o operariado e com parcelas do empresariado⁹⁵.

⁹⁴ LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 773.

⁹⁵ QUELER, Jefferson José. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência

Encaminhado o triunfo nas urnas, Jânio Quadros, utilizando-se de um expediente que se tornaria uma de suas marcas registradas – a redação de "bilhetinhos" – expressou uma breve mensagem à nação, conclamando todos para a "construção nacional". O conteúdo de tal documento era:

– "Convoco a todos, sem prevenções, sem ódios, para a obra de construção nacional que nos aguarda. Unidos, pensando somente na pátria, nos seus filhos, na sua grandeza e na sua predestinação, haveremos de fazê-la, sob as bênçãos de Deus, mais tranquila, mais justa e mais cristã, ao longo de nossas esperanças, de nossa fé e das nossas convicções democráticas. Aos meus irmãos de todo o país, o meu maior abraço e o meu reconhecimento. Não os decepcionarei."96 –

Uma vez empossado, Jânio Quadros proferiu discurso em sessão solene do Tribunal Superior Eleitoral, no qual destacou o valor do voto popular e o papel da Justiça Eleitoral, assim como enfatizou o significado de sua vitória, a qual estaria a representar um inédito triunfo em se tratando da tradicional política brasileira:

Senhor Presidente, Srs. Ministros.

Muitos são os caminhos para a conquista do Poder. Viciosos, porém, se me afiguram todos aqueles que se apartam do voto do povo, deitado nas urnas soberanas.

democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 384-385.

⁹⁶ Citado em: CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 7 out. 1960, a. 60, n. 20.717, p. 1.

Percorri a estrada legítima. E, por isso, a Justiça Eleitoral do meu país, mais uma vez, proclama esta verdade simples: a democracia só se define, só se afirma e consolida através do sufrágio.

É o direito à opção que faz os cidadãos responsáveis e as nações poderosas e permanentes.

De advogado que postulava interesses individuais a administrador dos interesses coletivos se não foi longa a minha jornada, foi ela suficientemente áspera para ensinar-me que a Justiça não é apenas um dos Poderes da República, mas constitui, isto sim, essência desse mesmo regime.

Não há justiça onde as prerrogativas inalienáveis da condição humana possam ser postergadas por minorias que se afirmem pela força de um poder ocasional, ou pela implantação de uma filosofia de empréstimos.

Nesta hora em que países e povos secularmente dominados se levantam e se libertam da opressão colonialista, minha eleição para a Presidência tem um aspecto que merece destaque na História: a oposição chega ao governo em obediência à vontade popular expressa no pleito.

O sentido dessa vitória é a condenação final e derradeira à política que conduzia ao poder os candidatos escolhidos pelas cúpulas permanentes instaladas na administração do país.

O povo brasileiro pôs fim a um esquema inadmissível que a fortuna e os privilégios de alguns desejavam se perpetuasse. Tal era a convicção de que vingariam, para o futuro, as práticas que minavam os alicerces da nação, que se propagou, como verdade, a legenda de que no Brasil as oposições apenas triunfariam até as vésperas das eleições. (...)

A Justiça Eleitoral teve de passar entre nós pelos estreitos caminhos da evolução e do aprimoramento, a que estão sujeitos todos os órgãos político-sociais. Contra poderosos fatores adversos, contra interesses mesquinhos e particularistas, pelo próprio viço da sua natureza ética, pela própria armadura moral dos seus componentes, conseguiu finalmente esta instituição atingir aquele grau de isenção e solidez que faz dela, a um tempo, símbolo e sustentáculo das garantias constitucionais vinculadas ao exercício do voto.

O aperfeiçoamento desta Justiça é a nossa grande conquista dos últimos tempos, aquela que mais fundamentalmente responde pela verdade, pela pureza, pela segurança do sufrágio.

Honra-me ser o primeiro Chefe de Estado a receber, nesta nova capital, o seu diploma, e na pessoa do ínclito Ministro Presidente, rendo as minhas homenagens a todos os dignos juízes que ilustram a Justiça Eleitoral brasileira. A eles, e só a eles, deve a instituição o elevado e merecido conceito que desfruta.

Meus Senhores!

O preço da liberdade, que o voto dos meus patrícios me outorgou, é a servidão à causa pública. Dentro da lei e em estrita obediência à lei, serei livre para impor e exigir de todos o exato cumprimento do dever.

Dessa liberdade, faço a minha escravidão.97

Outra manifestação do novo Presidente, pronunciada igualmente no dia de sua posse, foi divulgada por meio do rádio e da imprensa escrita e tinha por conteúdo essencial ferrenhas críticas ao governante que lhe antecedera⁹⁸. Na abertura do discurso, Quadros dizia que fora elevado à Presidência pela "inequívoca determinação do povo brasileiro", agradecendo a este pelo "voto de esperança" que recebera, em um ato qualificado como "o triunfo dos seus anseios cívicos". O político recém-empossado dizia que o povo estava consigo e com ele governaria, vindo a constituir ao mesmo tempo "a bússola e o destino" da nova administração.

No que se refere à moralidade administrativa que defendera na campanha, o Presidente declarava que não haveria ninguém, nem mesmo nos "mais altos escalões administrativos", que pudesse ficar de "fora das normas de exação, compostura e integridade" que deveriam caracterizar "os negócios

⁹⁷ Citado por: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil.* 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 7. p. 187-188.

⁹⁸ Citada em: JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1º fev. 1961, a. 70, n. 27, p. 4.

públicos" no quinquênio janista. Em relação ao governo anterior, garantia que derrogaria "até o limite extremo" de suas "forças a contrafação do sistema político-administrativo que infelicitou a pátria", a partir da "alternância de ações irresponsáveis e de emissões em confiança". Nessa linha, sustentava que, "no combate a essa adulteração, a essa corrupção que infecciona e debilita o regime", não daria quartel, de modo que "a vassoura que o povo" lhe confiara seria utilizada nos "serviços empreitados", em consonância com suas promessas e com as reclamações que recebia.

Ainda quanto aos resultados da administração juscelinista, Jânio afirmava que era "terrível a situação financeira do Brasil", lançando mão de diversos dados estatísticos para comprovar sua apreciação, com os quais detalhava questões em torno do custo de vida, da emissão de papel-moeda, da dívida externa, do déficit dos bancos públicos, da produção nacional e dos altos investimentos na edificação de Brasília. Em clara manifestação populista, o novo Presidente lamentava que os efeitos de tal crise econômico-financeira recaíssem sobre o "povo opresso pelo subdesenvolvimento, roído pela doença e pelo pauperismo", o qual constituiria exatamente aquele que seria despojado "dos últimos níqueis para honrar dívidas postas no nome do Brasil". O político se referia assim a uma "sangria imposta ao povo nestes últimos anos", tudo como custo de um sonho calcado em "inocente ou malicioso ufanismo", de modo que "o vencimento destes encargos bate às nossas portas", com "o quadro deplorável das nossas finanças".

Em seu discurso, Jânio Quadros explicitava que, "tão graves como a situação econômica e financeira" era "a crise moral, administrativa e políticosocial" em que estaria mergulhado o país. Nesse sentido, referia-se a uma "administração emperrada pela burocracia e manietada por uma legislação obsoleta"; às respectivas classes erquendo-se "contra a coletividade"; aos "escândalos de toda a natureza"; e ao "favoritismo, filhotismo e compadrio sugando a seiva da nação e obstando o caminho dos mais capazes". Também destacava "o grau de dissolução" a que chegara o país, o qual derivara "em parte da crise de autoridade e de austeridade de poder", vindo também a ser "comprometido" em "seu prestígio por um rol consternador de escândalos oficiais, incentivados pela mais arrepiante impunidade". Em relação a tais aspectos, Quadros anunciava que faria um governo que representaria "um paradeiro definitivo e último" perante tais elementos. Uma proposta diferenciada quanto à política externa que marcaria a curta administração janista já apresentava alguns de seus indícios na fala presidencial. Nessa linha, Quadros se propunha a, "no plano internacional, proporcionar ao Brasil a posição a que faz jus no concerto das nações", tarefa que poderia ser viabilizada por meio de "uma política soberana no sentido real e amplo diante de todas e quaisquer potências". De acordo com a manifestação do novo governante, o Brasil permaneceria "fiel à sua origem, às suas tradições, às suas tendências, à sua geografia", vindo a ratificar "todos os seus compromissos legais e genuínos". A proposta governamental ia ao encontro da ideia de o Brasil abrir seus braços "a todos os países do continente", bem como "às velhas coletividades europeias e asiáticas, sem prevenções político-filosóficas". Dessa maneira, a conclusão era a

de que o país tinha "plena consciência" de sua "pujança", estando pronto a "tratar com quem quer que seja".

Na mensagem presidencial ao Congresso Nacional, referente ao ano de 1961, Jânio Quadros buscaria deixar evidenciada sua postura oposicionista em relação ao governo que o antecedera, apontando aquilo que considerava com erros do mesmo:

Recebi o governo do país em aparente normalidade política. Um balanço das reais e subjacentes condições do momento nacional mostra, entretanto, que a sua estabilidade político-social se acha seriamente ameaçada pela difícil situação econômico-financeira; pelas tensões resultantes da inflação, que vem acompanhando um processo de desenvolvimento parcial e desequilibrado, e alimentadas por injustas desigualdades na distribuição da renda nacional; pelo desajuste do aparelho institucional às novas exigências de um Brasil em rápida evolução; e pela inadequação dos padrões de comportamento no exercício de funções públicas e na gestão dos dinheiros do povo. (...)

A situação descrita e o conhecimento das tendências inferidas do passado marcam a envergadura dos problemas com que depara a nação e as dificuldades que devemos vencer no imediato futuro. (...)

A acumulação de erros de orientação ou decisão e — mais importante — o acervo de problemas sem solução, na vã tentativa de conciliar contraditórios e auferir benefícios, sem pagar os seus custos, põem em risco não só a continuidade de um processo sem alternativa para a nação, mas as próprias conquistas já incorporadas às nossas tradições. A situação social e econômica não mais comporta o clima fácil da ambiguidade e das transigências com o futuro. E é pela capacidade de afrontá-lo e pôr-lhe cobro que se medirá a grandeza de um novo governo.⁹⁹

⁹⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagens presidenciais (1947-1964).* Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1978. p. 345-346.

Quadros intentava demonstrar as falhas do desenvolvimentismo juscelinista, propalando a ideia da busca por progresso e desenvolvimento não fundada apenas no aspecto econômico, mas também no social. Apontava também que a política em busca de tal desenvolvimento não deveria ter por meta o prestígio eleitoral, como fizera seu antecessor, mas, supostamente, na procura da "prosperidade comum":

Será a do desenvolvimento a nossa política. Mas a do desenvolvimento do homem.

Uma política de governo se define em função de objetivos e do projeto que esses mesmos objetivos impõem ao processo histórico. É a partir de um destinatário único e exclusivo – o homem – que se afirmam o esforço nacional e a necessidade de promoção social, econômica e institucional da coletividade. Esforço a se orientar por um planejamento global que atenda à multiplicidade das suas exigências e à unidade do seu fim. (...)

O que devemos buscar é a implantação de uma sociedade realmente funcional, à medida do homem na qual todos os comprometimentos coletivos encontrem as condições do seu aperfeiçoamento: a economia, em crescente produtividade; a vida social, na realização de um bem-estar equitativamente repartido; e as instituições, na sua máxima representatividade, em um regime de liberdade responsável.

A realização dessa tarefa, que é encargo histórico de todo o governo, só se pode perseguir, nas circunstâncias atuais, num clima de austeridade. Não como atitude heroica, porém estéril, mas como instrumento necessário para alcançar condições sociais que têm como prêmio a prosperidade comum¹⁰⁰.

¹⁰⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagens presidenciais (1947-1964).* Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1978. p. 347-348.

A administração de Jânio Quadros à frente da Presidência do Brasil seria tremendamente exígua e carregada de contradições. Nesse sentido, sua gestão parecia não conseguir distinguir entre a política estrutural exigida para administrar o país, com os pequenos detalhes que chamavam a atenção do Presidente. Ele envolveu-se em questões de menor expressão e não diretamente vinculadas ao seu cargo, como as rinhas de galos, as corridas de cavalo, o tamanho dos maiôs nos desfiles de misses e nos anúncios, o uso do lançaperfume e a instituição do uso de uniformes para o funcionalismo público. Desse modo, o moralismo janista parecia não ser direcionado apenas à administração pública, mas também na busca do controle da moral e dos bons costumes da sociedade. Ao mesmo tempo, manteve a tradição de governar com o uso de "bilhetinhos" que eram repassados a seus subordinados. Por outro lado, a autoridade presidencial manteve uma ortodoxia monetarista, caracterizada pela sujeição ao Fundo Monetário Internacional. Já no campo internacional, promoveria mais uma prática alternativa em relação ao tradicional alinhamento automático aos Estados Unidos, inaugurando a Política Externa Independente (PEI).

Em termos econômicos, a administração Jânio Quadros "lançou um programa anti-inflacionário", vindo a anunciar "uma reforma do sistema cambial, simplificando as múltiplas taxas e desvalorizando o cruzeiro em cem por cento". Em seu governo ocorreu ainda "uma drástica redução de subsídios para importações essenciais tais como trigo e gasolina" levando ao aumento do custo do pão e do transporte público. Ele também "prometeu reduzir o déficit

governamental e fez novos investimentos no setor exportador a fim de ajudar a superar a 'insuficiência crônica das exportações' brasileiras". Tais "reformas contribuíram para obter a aprovação do FMI, dando a Quadros o pré-requisito para renegociação das dívidas". Desse modo, o Presidente "começava a desenvolver o que pregara em sua campanha", ou seja, "uma restrição financeira dolorosa a fim de estabelecer, mais tarde, as bases de um novo desenvolvimento"¹⁰¹.

Quadros poderia ser considerado "um individualista que passou por quase todos os partidos políticos, grandes ou pequenos, sentindo grande desprezo por eles". Nessa linha "se inscrevia em suas filas, adotava seus lemas e logo os abandonava¹⁰²". De acordo com tal perspectiva, "pairando acima dos partidos, fugindo ao esquema 'esquerda e direita'", Jânio Quadros "significava, para seus defensores, o encontro da ordem com o progresso, a revolução política sem violência ou ilegalidade". Mas "a realidade seria bem diversa", pois, "através da política dos 'bilhetinhos' Jânio converteria seus ministros em meros executores de determinações presidenciais". Por meio de órgãos especiais no seio da máquina pública, o projeto janista buscou "anular qualquer mediação entre a Presidência e o poder regional e local", além disso, "pelo tratamento dispensado aos parlamentares e empresários, revelaria o desprezo implícito por tudo aquilo que não fosse emanação direta de sua própria autoridade", a qual era

¹⁰¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 240.

IGLÉSIAS, Francisco. Breve historia conteporánea del Brasil. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 159-160.

"supervalorizada por um voluntarismo quase místico, na crença absoluta no 'mandato independente'", até porque aquele fora "o governo que prometera" ser "sem donos nem influências'"¹⁰³.

No campo administrativo, intentando levar em frente suas promessas de campanha quanto à limpeza da coisa pública, Quadros "procurou reformular e disciplinar a atuação do funcionalismo público". Nesse sentido, "estabeleceu horário integral de trabalho nas repartições federais e exonerou uma série de funcionários". Promoveu "sindicâncias para apurar irregularidades em instituições públicas" e "militares foram incumbidos de encabeçar comissões de investigações". Assim, "a ação da vassoura recaiu em uma série de empresas estatais, ministérios, institutos e órgãos governamentais"¹⁰⁴. Além disso, "adotou extremo rigor quanto aos gastos públicos", os quais "deveriam ser contidos com a dispensa de funcionários, severidade nas concessões de benefícios previstos" e "contenção salarial", já que, na sua concepção, "o empregado público era a ovelha negra"¹⁰⁵.

As práticas políticas de Quadros e sua independência em relação aos ditames partidários foram criando forte oposição ao seu governo. A UDN

¹⁰³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Jânio Quadros.* 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 31-32.

OUELER, Jefferson José. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 389.

¹⁰⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 279.

apercebeu-se progressivamente que o apoio a Jânio não significara a sua subordinação à agremiação, dando-se conta que seu projeto de poder ruíra, diante das atitudes incontroláveis do Presidente. Nessa linha, Jânio Quadros mantinha sua feição populista, moralizante no micro e no macroestrutural, e sustentava um "bonapartismo apartidário", como demonstrara sua carreira política até então, colocando-se acima dos partidos e sem intermediários em relação a seus eleitores. As "excentricidades" e as orientações "independentes" do Presidente trariam consigo uma crescente carga oposicionista, inclusive com óbices no campo do Poder Legislativo. A PEI constituiu um processo decisivo para o acirramento da oposição, notadamente da UDN, vinculada à perspectiva da submissão aos Estados Unidos. A proposição de uma abertura ao mundo, independente das disputas ideológicas, o que envolvia inclusive o bloco liderado pela União Soviética, desagradou profundamente as forças conservadoras. A condecoração de Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul significou a culminância das resistências às atitudes janistas.

Diante disso, Jânio Quadros lançou mão de uma estratégia ousada e, após apenas sete meses de governo, pediu a renúncia do cargo presidencial. Seu projeto foi embasado na perspectiva de um forte apoio popular, que exigiria o seu retorno, bem como da possibilidade do parlamento negar seu afastamento e ainda das forças mais conservadoras e mesmo segmentos no meio militar intentarem a sua continuidade, tendo em vista a aversão ao populismo trabalhista, encarnado na figura do Vice-Presidente, João Goulart, que, pela ordem institucional, viria a sucedê-lo. Tal atitude vinha ao encontro das

tendências golpistas que marcaram aquele período histórico¹⁰⁶. A renúncia de Quadros seria anunciada por meio de uma mensagem, em que acusava "forças terríveis" que estariam prejudicando o seu governo. O "bilhete-testamento" de Jânio Quadros, datado de 25 de agosto de 1961, buscava obter efeito próximo da última mensagem de Vargas, excetuando-se o suicídio, visando a promover grandes manifestações populares, que promovessem a sua volta "nos braços do povo" e com maiores poderes em suas mãos:

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior.

Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria confiança e tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício de minha autoridade.

Creio mesmo que não manteria a própria paz pública. Encerro assim com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

OUELER, Jefferson José. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 394-399.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que, comigo, lutaram e me sustentaram, dentro e fora do governo e, de forma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos; de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno, agora, ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir à nossa pátria¹⁰⁷.

O plano de Jânio Quadros resultou frustrado, pois o Congresso Nacional aceitou sua renúncia e o Executivo foi assumido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. O ato janista, entretanto, agravou o quadro de instabilidade nacional, gerando várias contradições quanto aos destinos da Presidência da República. De acordo com as normas institucionais, o poder deveria ser repassado ao Vice-Presidente eleito João Goulart, mas não faltaram controvérsias no seio da vida política nacional. As forças conservadoras que vinham fermentando o clima golpista nos últimos anos retomaram suas ações ainda com maior intensidade, visando a impedir de qualquer modo o retorno do populismo trabalhista. Por outro lado, outros segmentos intentaram sustentar a normalidade constitucional, defendendo a posse de Goulart, como foi o caso do Movimento da Legalidade, ampla mobilização que se antepunha ao projeto

¹⁰⁷ Citado por: CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1965)*. São Paulo: DIFEL: 1980. p. 181-182.

golpista¹⁰⁸. João Goulart encontrava-se em missão oficial à China e seu trajeto de retorno foi marcado por uma série de negociações e enfrentamentos no sentido de viabilizar ou impedir a sua posse. A partir da renúncia de Jânio Quadros, entraria "o país em gravíssima crise política e militar", uma vez que "os três ministros militares, insatisfeitos" com a posse de João Goulart, "tramaram um golpe de baixo custo contra as instituições democráticas". Os chefes militares buscaram coagir "o Congresso Nacional a decretar o *impeachment* de Jango", entretanto, "os partidos políticos recusaram a intimidação militar" e "as principais lideranças no Congresso defenderam a posse de Goulart". Nesse quadro, ocorreria uma "resistência democrática", pela qual "o país foi mobilizado por uma cadeia de rádios" e "a sociedade respondeu com entusiasmo no sentido de preservar a Constituição" com a ação de "sindicatos de trabalhadores", da União Nacional dos Estudantes, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que "defenderam a ordem legal"¹⁰⁹.

Um dos importantes promotores do Movimento da Legalidade foi o político petebista gaúcho Leonel Brizola. Em manifestação de 26 de agosto de 1961, tal liderança declarava sua "inalterável posição ao lado da legalidade

¹⁰⁸ FERREIRA, Jorge. Crise da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 365-372.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 404.

constitucional", uma vez que não pactuava "com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra a liberdade pública". Segundo ele, a supressão dos ditames constitucionais "representaria uma regressão ao obscurantismo". Dois dias depois, Brizola enfatizava sua postura em exortação promovida através das emissoras de rádios da denominada "Cadeia da Legalidade", na qual pregava a congregação de todos, "patrícios, democratas e independentes", propondo-se a formar uma "cidadela" de resistência, em nome "da liberdade, dos direitos humanos, da civilização, da ordem jurídica" e "contra a violência, o absolutismo" e "os atos dos prepotentes". Diante da possibilidade de sua deposição e mesmo da prisão de Goulart, o líder petebista propunha-se a resistir e apelava aos militares para que sustentassem as determinações constitucionais¹¹⁰.

A 30 de agosto de 1961, os três ministros militares publicaram manifesto abertamente contrário à posse de João Goulart, sustentado várias acusações contra este, visando a associá-lo ao comunismo:

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus ministros, manifestaram (...) a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente, Sr. João Goulart. (...)

Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos

155

¹¹⁰ Citadas por: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil.* 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 7. p. 331-332 e 342-347.

evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras.

E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chaves da sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores.

E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China Comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime destes países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional em que vive dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas — avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil.

País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes (...) — não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil.

As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, com tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval já esperado das intrigas e das acusações despudoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil.

E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.¹¹¹

Em franca oposição a esse pronunciamento dos ministros militares, se fez público o manifesto dos intelectuais¹¹², promovendo o ideário legalista. Tal documento condenava:

- a intervenção de ministros militares no sentido de impor ao Poder Legislativo qualquer forma de violação do texto constitucional, que assegurava ao povo brasileiro a prerrogativa de ser governado pelos que foram eleitos nas urnas, de modo que a ordem e a paz só seriam asseguradas com a posse de João Goulart;
- os sofismas e manobras de todas as espécies, destinadas a evitar que se executasse um dispositivo constitucional, que era indiscutível pela sua perfeita clareza;
- os governos títeres de emergência, as intromissões indébitas nos pronunciamentos do Congresso e a censura como um abuso de poder contra a liberdade de expressão;

157

¹¹¹ Citado por: CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1965)*. São Paulo: DIFEL: 1980. p. 183-184. ¹¹² Citado por: SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* 3.ed. Porto Alegre: L&PM, 1978. p. 449-450.

- o processo em marcha pelo qual alguns chefes militares se atribuíam missão que não lhes competia, pois nenhum poder para isso lhes fora conferido pelo povo;
- todas as manobras de cúpula subversivas que levaram à renúncia de um Presidente da República e tentavam impedir a posse do seu substituto legítimo, uma vez que nenhum cidadão poderia sentir-se livre neste país se dois Presidentes, eleitos pela soberania nacional em plenitude, se vissem impedidos de exercer suas funções e prerrogativas constitucionais.

Ocorreriam ainda outras manifestações a favor da posse de Goulart, bem como permaneceram sendo engendrados projetos para evitá-la a qualquer custo. Nesse momento, não houve consenso no meio militar quanto à ruptura institucional. No campo político foi traçada uma estratégia que buscava ser conciliatória e mediadora entre as duas vertentes em conflito, estabelecendo que a ascensão de João Goulart só seria possível com a implantação de um sistema parlamentarista, o qual limitaria os seus poderes em relação aos ditames presidencialistas da Constituição. Os seguidores de Goulart, apesar da manobra rompendo a ordem institucional, acabaram aceitando a emenda constitucional que estabelecia o parlamentarismo, notadamente a partir da perspectiva de reverter o quadro posteriormente. Já os adversários de Jango, diante da falta da integralidade do apoio militar, tiveram de refrear o espírito golpista e concordar ao menos com o solapar de parte do poder presidencial.

As agremiações partidárias, "para superar o impasse, chegaram a um acordo", construindo-se uma "solução de compromisso", pela qual "o

parlamentarismo garantiu a continuidade do processo democrático, mas restringiu poderes políticos" de Jango¹¹³. Além disso, "o parlamentarismo foi uma solução institucional adequada aos conservadores interessados em conter o movimento pró-reformas". Com "a maioria conservadora no Congresso, o novo sistema era uma garantia adicional contra a implementação de um programa rápido de reformas", bem como, tal "garantia era reforçada pelo dispositivo do ato adicional que impedia a dissolução do Congresso"¹¹⁴.

A Emenda Constitucional Nº 4, de 2 de setembro de 1961¹¹⁵, que instituía o sistema parlamentar de governo, determinava, entre outros fundamentos:

- o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política de governo, assim como da administração federal;
- o Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados pela política do governo e pela administração federal, e cada Ministro de Estado individualmente pelos atos que praticar no exercício de suas funções;

¹¹³ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964).* 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 405.

¹¹⁴ FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia & reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964 - visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. p. 49.

¹¹⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1961. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

- todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de validade;
- o Conselho de Ministros, depois de nomeado, comparecerá perante a Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de governo;
- os Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando esta lhes for negada;
- o Vice-Presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960, exercerá o cargo de Presidente da República, nos termos deste Ato Adicional, até 31 de janeiro de 1966;
- poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de governo ora instituído, mediante leis votadas, nas duas casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos seus membros; tal lei poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial.

Essa "experiência parlamentarista, frágil e de caráter um tanto suspeito", teve amplas limitações, pois "ninguém a desejava e ninguém confiava em sua eficácia". Foi uma imposição ao novel governo, que, "desde o princípio se

sustentou em bases instáveis"¹¹⁶. Assim, essa "fase parlamentarista não deve ser encarada como experiência séria", já que "resultou de um expediente para evitar guerra civil", e "não da convicção de superioridade do sistema" recémimplantado¹¹⁷. Perante tal circunstância, a posse de João Goulart deu-se a 7 de setembro de 1961 e no seu discurso de investidura diante do Congresso Nacional, o novo Presidente demarcava a aceitação da mudança de sistema de governo, mas enfatizava que sua chegada ao poder ocorrera graças ao apoio popular:

Assumo a Presidência da República consciente dos graves deveres que me incumbem perante a nação.

A minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional.

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada.

Considero-me guardião dessa unidade nacional e a mim cabe o dever de preservá-la, no patriótico objetivo de orientá-la para a realização dos altos e gloriosos destinos da pátria brasileira.

Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios, a solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a lei, a ordem e a democracia. (...)

¹¹⁶ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve historia conteporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 180.

¹¹⁷ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 287-288.

Permitam, entretanto, Srs. Congressistas, neste momento, uma reflexão que suponho seguramente tão sua quanto minha.

Souberam V. Exas. resguardar, com firmeza e sabedoria, o exercício e a defesa mesma do mandato que a nação lhes confiou. Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo o poder dele emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular, que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê seu referendum supremo às decisões políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante. (...)

Srs. Congressistas, reclamamos a união do povo brasileiro e por ela lutaremos com toda a energia, para, sob a inspiração da lei e dos direitos democráticos, mobilizar todo o país para a única luta interna em que nos devemos empenhar, que é a luta pela nossa emancipação econômica contra o pauperismo e o subdesenvolvimento. (...)

Srs. Congressistas, o destino, numa advertência significativa, conduziu-me à Presidência da República na data da independência política do Brasil.

Vejo na coincidência um simbolismo que me há de inspirar e orientar na mais alta magistratura da nação. Peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à pátria com todas as forças, com energia e sem temores, e defender, como nossos maiores souberam fazê-lo, a independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro. 118

Apesar da posse de Jango, já "nas semanas iniciais de seu governo, começou a conspiração civil e militar articulada pelos grupos políticos mais conservadores e direitistas", ou seja, "os mesmos que haviam conspirado em 1954, 1955 e 1961". No entanto, tais grupos ainda "não tinham bases políticas, sociais e, sobretudo, militares para levar adiante os planos". Nesse sentido, "os conspiradores" precisariam vir a "convencer e arregimentar a maioria da

¹¹⁸ Citado por: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil.* 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 7. p. 489-491.

oficialidade a aderir ao golpismo". Por outro lado, "Goulart herdou uma pesadíssima crise econômico-financeira", com um significativo "crescimento dos índices de inflação", de modo que o novo Presidente precisaria lançar grandes esforços para combater a "difícil situação econômica" vigente¹¹⁹.

A gestão de João Goulart, quanto às relações exteriores, deu continuidade ao projeto de seu antecessor, com a busca de práticas alternativas ao alinhamento automático com os Estados Unidos, promovendo o que a Política Externa Independente (PEI). Tal política não significava uma ruptura para com a tradicional aproximação aos Estados Unidos, tanto que pregava a manutenção do país na efetivação da solidariedade hemisférica e em sua posição "no mundo livre", entretanto, visava a uma ampliação dos horizontes diplomáticos brasileiros, que passariam a voltar-se a uma conjuntura global mais ampla. Assim como a juscelinista Operação Pan-Americana, a PEI propunha uma maior aproximação com os vizinhos latino-americanos, mas ampliava essa perspectiva para um contexto mundial. Os principais tópicos da PEI¹²⁰ eram:

- respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre;
- ampliação dos contatos com todos os países inclusive os do mundo socialista;

¹¹⁹ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 406-407.

¹²⁰ QUINTANEIRO, Tania. *Cuba e Brasil: da Revolução ao Golpe (1959-1964) – uma interpretação da política externa independente*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1988. p. 39.

- contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais quer no plano regional, quer no mundial;
- expansão do comércio externo brasileiro;
- apoio decisivo ao anticolonialismo;
- luta contra o subdesenvolvimento econômico;
- incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
- reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia;
- estabelecimento e estreitamento de relações com os estados africanos;
- fidelidade ao sistema interamericano;
- continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
- apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;
- a mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;
- relações de sincera colaboração com os Estados Unidos em defesa do progresso democrático e social das Américas;
- apoio decisivo e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.

Na manutenção da PEI, uma das primeiras manifestações do Governo Goulart quanto à política externa brasileira¹²¹ propunha:

- atitude de independência em relação a blocos político-militares, que não pode ser confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição, e que não nos desvincula dos princípios democrático e cristão, nos quais foi moldada a nossa formação política;
- preservação da paz mundial e promoção do desenvolvimento econômico, ou seja, da rápida eliminação da desigualdade econômica entre os povos, objetivo que relacionamos não apenas ao dever primário de promoção de um nível mais elevado de bem-estar para a humanidade, mas também à preservação da ordem democrática e das instituições livres;
- mais íntima e cordial cooperação com todos os Estados americanos, prestando o seu apoio e colaboração ao desenvolvimento da organização regional em que eles se integram;
- anticolonialismo, a partir da posição de crescente solidariedade com os povos que aspiram à independência econômica e política;
- manutenção nas Nações Unidas de uma linha de constante defesa dos povos subdesenvolvidos, alargando a área de sua própria responsabilidade política,

165

¹²¹ FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 170-178.

tomando decisões próprias sobre problemas que dizem respeito à causa da paz e da segurança mundial;

- promoção da normalização das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e todos os Estados, inclusive os que constituem o chamado bloco socialista;
- manutenção das bases em que tradicionalmente assentava a política brasileira em relação aos Estados Unidos da América e às demais potências ocidentais, resguardada a linha de absoluta independência, pela qual se pautariam as decisões do governo no terreno da política bilateral ou multilateral.

Nesse sentido, a administração de João Goulart considerava a PEI como uma prática articulada com a gestão interna do país e como uma política que contava com o apoio popular:

A política exterior independente (...) não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as ideias. As atitudes, depois de assumidas em face de situações concretas (...) patentearam uma coerência interna, que permitiu a sua unificação em torno de um pensamento central de governo.

Não quer isso dizer que a sua elaboração tenha sido empírica ou casual. Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava presente uma constante: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira: I — ao desenvolvimento e à emancipação econômica; e II — à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.

Esse foi, desde o primeiro instante, o princípio gerador da política externa e a razão determinante de sua unidade. Passados alguns meses, em que episódios

dramáticos puseram à prova a coerência e a resistência da Chancelaria, o povo brasileiro se deu conta, e todos os países compreenderam, que o Brasil havia fixado uma posição internacional, e que essa posição não era arbitrária nem provisória, mas correspondia a interesses e aspirações permanentes da nacionalidade.

Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras. A essas três atitudes se reduzem as críticas formuladas, entre nós, à política exterior independente. O povo a aplaudiu, entretanto, e rapidamente a assimilou, incorporando-a ao seu ideário político, nela se apoiando para formular, na área da política interna, reivindicações paralelas ou complementares. 122

Na execução da PEI, "uma premissa central era a de que o Brasil", diante de "seu tamanho continental, sua abundância de recursos naturais, população crescente e intensificação do processo de desenvolvimento", mormente em relação ao "avanço de sua industrialização", não estaria a desempenhar, "no plano global, um papel à altura de sua importância". Dessa maneira, "para buscar concretizar os princípios por trás da PEI, o país precisaria, em primeiro lugar, contribuir para que a Guerra Fria não ameaçasse a paz global", ao passo que, "em segundo lugar", deveria "lutar para impulsionar o desenvolvimento dos países pobres, inclusive do Brasil", o qual, "apesar dos avanços das décadas

¹²² DANTAS, Santiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 3.

anteriores", ainda era "identificado como uma das nações subdesenvolvidas do mundo"¹²³.

Assim, a PEI era constituída "por um conjunto de ideias que provinham do nacional-desenvolvimentismo-populista", à época predominante, e, dentre seus fundamentos estavam a "mundialização das relações internacionais do Brasil, isto é, não circunscrevê-la às Américas e à Europa Ocidental"; a "atuação isenta de compromissos ideológicos, não obstante a afirmação de que o Brasil faz parte do Ocidente"; a "ênfase na bissegmentação do mundo entre Norte e Sul e não Leste — Oeste"; a "busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais, o que explica a procura da Europa Oriental e do Oriente"; o "desejo de participação nas decisões internacionais"; a "luta pelo desenvolvimento, pela paz e pelo desarmamento"; a "adoção de posição claramente contrária à realização de experiências nucleares"; e a "adoção dos princípios de autodeterminação dos povos e da não-intervenção"¹²⁴.

As práticas governamentais de João Goulart voltaram-se à concretização dos ideais calcados no populismo trabalhista e no nacionalismo. Tanto a continuidade da PEI quanto a busca por medidas restritivas ao capital

¹²³ LOUREIRO, Felipe. A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964).* 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 189.

¹²⁴ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2002. p. 311-312.

internacional no país levaram ao acirramento da oposição, nomeadamente a udenista, bem como crescente insatisfação de parte do governo norte-americano, inclusive com a restrição de apoios financeiros. A partir da pressão popular e de acertos no Congresso Nacional, foi aprovado o plebiscito para a apreciação do sistema de governo. Era a chance de Goulart de retomar os plenos poderes presidenciais, desenvolvendo-se ampla campanha pelo retorno do presidencialismo, na qual foi acompanhado por vários políticos, interessados na sua sucessão. A 6 de janeiro de 1963, ocorreria a votação plebiscitária, a qual deu ampla vitória ao retorno do presidencialismo.

A partir daí, um dos pontos essenciais do governo foi a implementação de um planejamento de natureza socioeconômica, denominado de Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social¹²⁵, previsto para o período entre 1963 e 1965. Os objetivos gerais de tal Plano eram:

- assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida que motivam o povo brasileiro;
- reduzir progressivamente a pressão inflacionária, para que o sistema econômico recupere uma adequada estabilidade de nível de preços;
- criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população;

¹²⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965).* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

- intensificar substancialmente a ação do governo no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica e da saúde pública;
- orientar adequadamente o levantamento de recursos naturais e a localização da atividade econômica, visando a desenvolver as distintas áreas do país e a reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem com isso aumentar o custo social do desenvolvimento;
- eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional responsáveis pelo desgaste de fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas, em determinados setores produtivos;
- encaminhar soluções visando a refinanciar adequadamente a dívida externa;
- assegurar ao governo uma crescente unidade de comando dentro de sua própria esfera de ação, submetendo as distintas agências que o compõem às diretrizes de um plano que vise à consecução simultânea dos objetivos anteriormente indicados.

O Plano Trienal tratava de temas como o "alcance da planificação em uma economia subdesenvolvida" e os "objetivos gerais da planificação da economia brasileira", os quais eram sintetizados pela "manutenção de uma elevada taxa de crescimento do produto"; pela "redução progressiva da pressão inflacionária"; pela "redução do custo social do desenvolvimento e melhor distribuição de seus frutos"; e pela "redução das desigualdades regionais de níveis de vida". Tal planejamento abordava ainda as "decisões gerais de política

econômica prévias ao planejamento", as "características e tendências do desenvolvimento recente", as "projeções globais e condições de estabilidade", as "correções dos desiquilíbrios regionais e as "diretrizes para as reformas de base requeridas pelo desenvolvimento econômico", as quais envolviam a reforma administrativa, a bancária, a fiscal e a agrária. Já a "programação setorial" do Plano Trienal abrangia as seguintes áreas:

- aperfeiçoamento do fator humano:
 - * educação
 - * saúde
- ampliação do conhecimento dos recursos naturais:
 - * estudos e política de cartografia
 - * pesquisas de recursos naturais
- investimentos infraestruturais:
 - * transportes e comunicações
 - * energia elétrica
 - * energia nuclear
 - * petróleo
 - * carvão mineral
- desenvolvimento das atividades agrícolas e de abastecimento:

- * programa de desenvolvimento
 - produção
 - ¬ produtos alimentares
 - produtos de exportação
 - matérias-primas
 - ¬ pesca
- * a ação governamental
- * bens de produção para a agricultura
- desenvolvimento das atividades industriais
 - * siderurgia
 - * metalurgia dos não ferrosos
 - * indústrias químicas
 - * indústrias de bens de capital
 - * outras indústrias manufatureiras
 - * indústria extrativa mineral (minério de ferro)

Um dos pontos essenciais na realização do Plano Trienal era o de "receitar uma fórmula que garantisse rápido crescimento econômico,

juntamente com uma razoável estabilidade de preços". Nesse sentido, "o governo de Jango empenhou-se num programa mais ambicioso do que qualquer outro regime brasileiro de após-guerra", ou seja, pretendia manter "um ritmo de crescimento no nível dos melhores anos de Juscelino, reduzindo ao mesmo tempo o aumento dos preços, a um nível nunca igualado desde Dutra". Ao mesmo tempo, a administração de Goulart buscaria empreender "reformas de base", insistindo na "necessidade de 'reformas estruturais no Brasil"¹²⁶. Dessa maneira, a ação governamental "passou a empunhar de forma enérgica a bandeira das reformas de base", ao considerar que tais "reformas eram indispensáveis a fim de que o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento"¹²⁷. Esse Plano "enfrentaria dificuldades e resistências", pois, "com o corte nos créditos e a contenção salarial, empresários e sindicalistas demonstraram contrariedades". Diante do progressivo esgotamento do Plano Trienal, o Presidente voltou-se essencialmente para as reformas¹²⁸.

_

¹²⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 272 e 288.

¹²⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964 – visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. p. 35.

¹²⁸ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964).* 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 421 e 423.

A partir de tal perspectiva, os projetos governamentais se reforçavam, com a busca pela consolidação de reformas, como no caso da estrutura fundiária brasileira. Em setembro de 1962, o Governo Goulart promoveu a instalação do Conselho Nacional de Reforma Agrária. Entretanto, a 4 de agosto de 1963, a Câmara dos Deputados rejeitava o Estatuto da Terra, revelando as resistências aos planos governistas, ainda mais ao tratar de assuntos profundamente delicados como a propriedade da terra, em um país no qual as oligarquias agrárias continuavam a manter significativa parte do poder de mando. Por outro lado, as décadas de 1950 e 1960 constituíram um dos momentos em que as organizações de trabalhadores urbanos e rurais atingiram o ápice de sua estruturação, criando-se um espaço para incrementar as forças reivindicatórias por mudanças sociais. Nesse sentido, as greves e as manifestações de insatisfação espocavam por todo o país, no seio dos mais variados segmentos profissionais, até mesmo no meio castrense, como foi o caso do levante de sargentos da Marinha e da Aeronáutica, em Brasília, no mês de setembro de 1963, movimento que muito desagradou as lideranças militares.

Na fala presidencial ao Congresso Nacional de março 1964, João Goulart explicitava o seu plano de governo embasado em reformas de base. Nesse sentido, o Presidente declarava que se fortalecia entre os brasileiros "a convicção" de que "força alguma, interna ou externa", seria "capaz de conter o ímpeto criador de um povo, consciente, afinal, de suas condições de atraso e, por isso mesmo, inconformado com a ignorância e a miséria", se mostrava, "mais do que nunca, deliberado a progredir". Diante disso, Goulart garantia que,

"consciente das distorções verificadas ao longo do processo de transformação social" brasileiro e "da necessidade imperiosa de reformas estruturais e institucionais", assumiria "a responsabilidade de comandar a luta pela renovação pacífica da sociedade brasileira". De acordo com tal perspectiva, Jango apontava como pontos essenciais de tal reforma estrutural, elementos como: a administração pública, as finanças, a siderurgia, a energia elétrica, os transportes, as comunicações, os recursos minerais, o petróleo, a educação, a saúde, a habitação, o saneamento, o desenvolvimento regional, o planejamento como norma de governo, o reescalonamento da dívida externa, a remessa de lucros, a defesa do patrimônio mineral, o monopólio de importação, a reforma bancária, a sonegação fiscal, o salário móvel, a energia hidrelétrica, as telecomunicações, a expansão da Petrobras, o sistema ferroviário, a reforma agrária, a reforma política, a reforma universitária, a delegação legislativa e a soberania popular¹²⁹.

O esforço fundamental do governo então se concentraria na aprovação das reformas pelo Congresso, buscando promover ampla mobilização de forças para a realização de tal intento. Em síntese eram as seguintes as reformas de base¹³⁰:

¹²⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagens presidenciais (1947-1964)*. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1978. p. 376-435.

¹³⁰ LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 779.

- reforma urbana, visando a definir uma Lei do Inquilinato, que servisse para melhorar as condições de vida das classes médias não-proprietárias e dos trabalhadores;
- reforma agrária, trazendo acesso à terra aos trabalhadores rurais e atacando os latifúndios improdutivos, com a instituição do princípio do *uso lícito* da terra;
- reforma político-eleitoral, com a introdução do voto dos analfabetos;
- reforma educacional, buscando ampliar a rede pública, de maneira a assegurar a todos direito à educação de qualidade e ensino de caráter laico;
- reforma administrativa, no intento de modernizar o funcionalismo público, racionalizar a máquina estatal e combater a corrupção;
- reforma bancária, no sentido de ampliar crédito e financiamento às forças produtivas, com a redução e controle de juros;
- reforma tributária, objetivando corrigir as distorções de tributação entre proprietários e assalariados;
- reforma militar, permitindo a participação de suboficiais na política;
- reforma nos planos de contrato com empresas multinacionais, a partir da Lei de Remessa de Lucros.

As manifestações presidenciais em torno das reformas de base ganhariam um teor mais radical, fenômeno que chegou à sua culminância no

comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, reunindo uma enorme massa de pessoas para escutá-lo no Rio de Janeiro, que, mesmo perdendo a categoria de capital federal para Brasília, era ainda uma verdadeira caixa de ressonância dos anseios do país. Em seguida, a 16 de março, o Comando Geral dos Trabalhadores ameaçava tomar "medidas concretas" caso o Congresso Nacional não aprovasse as reformas encaminhadas pelo Presidente. As propostas janguistas logo trariam consigo forte reações, como a 7 de março, com a manifestação da Federação das Indústrias, da Federação das Associações Comerciais e do Sindicato dos Bancos contrária ao clima de agitação. Já a 19 de março, realizava-se em São Paulo a primeira de várias manifestações antigovernamentais, promovidas sob a designação de "Marcha da Família com Deus pela Liberdade".

As forças conservadoras e o espírito golpista voltavam a se articular com maior vigor e a possibilidade de ruptura institucional tornava-se cada vez mais efetiva. A 20 de março de 1964, o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, expedia circular aos generais conclamando-os a agirem "contra a subversão". Por outro lado, a 27 de março, marinheiros amotinavam-se e se reuniam na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, enquanto a tropa de Fuzileiros Navais, enviada para reprimi-los, acabaria por aderir ao movimento. Era um ponto de inflexão em relação ao conservadorismo brasileiro e, fundamentalmente, no seio da hierarquia militar, com a rebelião no meio castrense e, ainda por cima, associada às forças sindicais. Diante disso, a 28 de março, era marcada a data do levante militar, em Juiz de Fora, com a presença

do marechal Odílio Denys, do general Mourão Filho e do governador Magalhães Pinto, demarcando a perspectiva de que o golpe institucional tinha uma base militar apoiada por diversos políticos civis, notadamente os adversários das práticas populistas, com ênfase ao populismo trabalhista. No dia 30 de março, em assembleia dos sargentos no Rio de Janeiro, Jango acusava os militares de reacionarismo.

O Presidente da República se via premido entre as forças políticas atuantes no país, umas exigindo o aprofundamento do programa reformista, e outras tentando refrear tal processo, acusando Jango de buscar estabelecer uma "República sindical". Nesse sentido, "o clima político estava tomado por suspeitas, acusações e contra-acusações", em um quadro pelo qual, "enquanto a direita responsabilizava o Presidente por fomentar a revolução, a esquerda aguçava seus ataques sobre sua 'política de conciliação'"131. Os grupos mais à esquerda exigiam uma radicalização ainda maior das atitudes presidenciais. As forças reacionárias e golpistas tinham mais uma grande oportunidade de promover a ruptura institucional. E, dentre a maioria da oficialidade militar, crescia a insatisfação diante daquilo que demarcavam como quebra da disciplina e da hierarquia no meio castrense, responsabilizando diretamente a figura presidencial. Além disso, havia a oposição norte-americana para com a política nacionalista de Goulart, como outro dos fatores essenciais para a

¹³¹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 197-198.

instabilidade de seu governo¹³². A bandeira do "perigo vermelho" voltaria a ser utilizada para a instalação de um regime de força.

Mais uma vez os militares apareciam como o fiel da balança nos destinos da nação brasileira. Mesmo que responsáveis pela manutenção das instituições e das determinações constitucionais e, ainda mais, estabelecendo um discurso que propalava a manutenção das mesmas, sob a justificativa de que seria o Presidente Goulart quem estaria atentando contra elas, as lideranças militares brasileiras aderiram definitivamente ao golpe. Nessa linha, a 31 de março/1º de abril de 1964, eclodia o golpe militar, a partir de Minas Gerais, sob a liderança de Mourão Filho. a 1º de abril, o general Amaury Kruel (II Exército) lançava manifesto apoiando o golpe. Enquanto isso, Jango deixava o Rio de Janeiro, viajando para Brasília, ao passo que as rádios controladas pelo governo tentavam formar a "rede da legalidade". As tropas do IV Exército dominavam o Pernambuco e prendiam o Governador Miguel Arraes.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 435-475.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 75-186.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 101-132.; e PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Golpe Militar de 64 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964 – visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. p. 83-99.

Apesar da presença do Presidente da República no país, o Congresso Nacional consideraria o cargo vago e, a 2 de abril de 1964, o Presidente da Câmara dos Deputados voltava a assumir a Presidência. Nesse meio tempo João Goulart viria a refugiar-se no Uruguai e as possibilidades de reação ao golpe foram debatidas, entretanto o forte dispositivo militar que apoiara o golpe parecia desaconselhar tal intento. Daí em diante iniciava-se uma onda repressiva, com prisão de líderes políticos, sindicais e camponeses. A 6 de abril, o general Castelo Branco, liderança intelectual do movimento militar, aceitaria sua indicação para a Presidência. O incremento à repressão era notório e, a 11 de abril, o Comando Revolucionário recentemente formado transferia para a reserva mais de cem oficias das três Forças Armadas. Já a 15 de abril, Castelo Branco, promovido a marechal, assumia a Presidência da República. Mantendose a tendência repressiva, a 15 de julho, o governo suspenderia por dez anos os direitos políticos de mais de trezentos cidadãos.

A partir dos acontecimentos de março/abril de 1964, os militares não só exerceram um papel discricionário quanto ao norte institucional do país, derrubando um governante, como assumiram para si o protagonismo nas decisões dos destinos da nação. Os promotores de tal ruptura institucional insistiram em propalar que estariam realizando um ato em defesa da ordem constitucional e chegaram a buscar caracterizar o movimento perpetrado como uma revolução. Tal ideário por eles qualificado como "revolucionário" e, portanto, segundo essa concepção, legitimado e contando com o apoio da nação, ficava bem expresso a partir do preâmbulo do Ato Institucional Nº. 1, de 9 de

abril de 1964, um dos tantos dispositivos legais que os novos mantenedores do poder colocaram em prática na sustentação do novo regime:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da nação, representam o povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas, que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o

governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do país. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao país um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte Ato Institucional.¹³³

¹³³ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL - 1964. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

O SURGIMENTO DE MAIS UMA DITADURA

Desde 1889, com a proclamação de uma nova forma de governo, intensificou-se progressivamente a ação dos militares na vida política brasileira. A própria instauração da república foi fruto de um golpe militar e os dois primeiros presidentes, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, foram militares que imprimiram um caráter autoritário aos seus governos. Durante o período da República Velha, no qual predominou a alternância entre chefes do executivo paulistas e mineiros, dentre as poucas exceções, um militar, Hermes da Fonseca, chegou à presidência. Na crise dos anos vinte que promoveu crescentes fissuras no modelo oligárquico, os militares tiveram participação importante, constituindo o tenentismo uma das grandes frentes contestatórias ao sistema vigente.

A significativa transformação institucional ocorrida no Brasil em 1930, com o início da Era Vargas, teve nos militares um papel essencial, pois foram eles que derrubaram o último presidente da República Velha, Washington Luís, e deram apoio aos novos detentores do poder. O grupo liderado por Getúlio Vargas iria dominar a política nacional por cinco lustros consecutivos. Tanto o Governo Provisório/Revolucionário, quando o Constitucional tiveram suas existências garantidas pelo aparato militar, o mesmo que deu apoio inconteste à instalação da ditadura estado-novista e, ao final dessa, foram fator fundamental para a desintegração do Estado Novo e a abertura para a redemocratização.

Um dos períodos mais agitados da formação histórica brasileira foi aquele entre 1946 e 1964, conhecido como República Populista. O modelo predominante foi o populismo, prática política em que há uma interação/aproximação do

político com as massas populares, ou ao menos com alguns de seus anseios. No Brasil, foram exercidas diferenciadas práticas populistas, como o populismo trabalhista de Getúlio Vargas, que voltaria ao poder, eleito diretamente, no início dos anos cinquenta; o populismo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que ocupou a presidência na segunda metade da década de cinquenta; e o populismo moralista de Jânio Quadros, durante sete meses, no início dos anos sessenta. Foram vários os modelos populistas, mas todos com resultados eleitorais expressivos, de modo que o populismo tornou-se imbatível nas eleições presidenciais do período.

A partir de tal força do populismo, foi gerada uma significativa força antipopulista que, sem sucesso eleitoral, buscava outros meios para chegar ao poder. Tais frentes contrárias ao populismo lançaram mão de vários artifícios, notadamente insuflando um espírito golpista contra as instituições vigentes. Em suas pretensões, esses grupos intentaram amplamente utilizar-se do apoio dos militares, não é para menos que os candidatos presidenciais que representavam as forças antipopulistas, derrotados nas eleições, foram representantes do setor castrense.

A cada eleição vencida pelo populismo, correspondia uma reação de seus opositores, buscando deslegitimar o resultado das urnas, gerando um clima de instabilidade política. Vargas para retornar ao poder, teve de consultar os militares se aceitariam sua candidatura, sua vitória eleitoral e cada passo de seu governo foram fortemente contestados pela oposição, gerando uma crise final que, na iminência de ser apeado do poder, inclusive pelos militares, optou pelo

suicídio. A eleição de Juscelino Kubitschek foi também fortemente contestada e, para manter a estabilidade durante seu período de governo, o presidente teve de manter vários acertos com o setor militar. Outro momento de grande instabilidade deu-se com a renúncia de Jânio Quadros, quando houve forte resistência nos meios civis e militares para que se garantisse a via legal, ou seja, a posse do vice-presidente João Goulart (Jango), herdeiro do getulismo e representante do populismo trabalhista.

Nesse sentido, no período entre 1946 e 1964, a cada momento de inflexão histórica, dava-se a possibilidade do golpe, invariavelmente com o suporte de segmentos militares. Uma das mais intensas dentre essas crises foi exatamente aquela que levou à posse de Jango, repudiado pelos setores antipopulistas, tanto que a renúncia de Jânio Quadros deu-se a 25 de agosto de 1961 e João Goulart só assumiu a Presidência a 7 de setembro, após a resistência em nome da legalidade e de uma série de negociações que resultaram em um acordo que visava a diminuir os poderes presidenciais, com a instalação de um sistema parlamentarista. Durante seu governo, Jango teve de equilibrar-se entre o programa reformista avançado e a resistência das forças conservadoras. Em janeiro de 1963, consegue, por meio de plebiscito, o retorno ao presidencialismo. Sua política volta-se a elementos constitutivos complexos na sociedade brasileira como a revisão das relações com o capital internacional e a reestruturação da propriedade fundiária.

Premido pelas oposições antipopulistas, João Goulart acabaria por aprofundar seu programa de reformas de base, descontentando ainda mais os segmentos conservadores. Esta guinada política agudizou-se nos primeiros meses de 1964 e, pari e passu, seguiram-se as reações oposicionistas. A 13 de março ocorreria o denominado "comício monstro" na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no qual, frente a um público extremamente numeroso, Jango defende as reformas. Em 16 de março, o Comando Geral dos Trabalhadores ameaçava tomar medidas concretas caso o Congresso não aprovasse as reformas encaminhadas pelo presidente. No dia seguinte, houve a manifestação da Federação das Indústrias, da Federação das Associações Comerciais e do Sindicato dos Bancos contra o clima de agitação. Na mesma linha, a 19 de março, realizou-se em São Paulo, a manifestação antigovernamental "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". As críticas oposicionistas avolumavam-se, com ênfase para os governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros que se tornariam arautos das cruzadas anticomunistas, assim como a agremiação partidária União Democrática Nacional (UDN).

Nos derradeiros dias do governo de Jango, a tensão avolumava-se. A 20 de março, o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, expedia circular aos generais conclamando-os a agirem contra a subversão. Já a 27 de março, marinheiros se amotinavam, reunindo-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, ao passo que a tropa de Fuzileiros Navais enviada para reprimilos, aderia ao movimento. No dia seguinte, foi marcada a data do levante militar, em Minas Gerais, com a presença do marechal Odílio Denys, do general Mourão Filho e do governador mineiro Magalhães Pinto. O governo acabaria por aplacar as punições aos revoltosos e, em 30 de março, na assembleia dos sargentos no

Rio de Janeiro, Jango acusava setores militares de reacionarismo. Na virada de 31 de março para 1º de abril estourava o golpe, partindo de Minas e encontrando adesão em várias regiões militares. A reação que se esperava no Rio Grande do Sul não ocorreria e Jango partia para o exílio.

Os principais atores políticos daquele momento histórico lançariam seu pensamento através dos manifestos lançados à população brasileira¹³⁴. João Goulart, em um primeiro momento, ainda pensou na resistência, expedindo a 31 de março de 1964, um Comunicado da Presidência da República, no qual dizia que, perante a sedição de parte da guarnição federal sediada em Minas Gerais contra a ordem constitucional e os poderes constituídos, ele recomendara a tomada de todas as providências necessárias para debelar a rebelião. Segundo o presidente, aquele movimento subversivo se filiava às mesmas tentativas anteriores de golpe de Estado, sempre repudiadas pelo sentimento democrático do povo brasileiro e pelo espírito legalista das Forças Armadas, estaria condenado a um igual malogro, ficando o Governo Federal no aguardo para poder comunicar oficialmente, dentro em pouco, o restabelecimento total da ordem no Estado. Jango ainda buscava demonstrar certa confiança, afirmando que não poderia merecer senão o mais veemente repúdio da nação a atitude daqueles que procuravam instaurar a desordem e ferir as instituições democráticas, no momento em que o governo, com apoio do povo e das Forças Armadas, se achava empenhado em encaminhar, pacificamente, através do

¹³⁴ Todas as citações foram extraídas de: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil.* 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 7. p. 903-929.

Congresso Nacional, as reformas e medidas necessárias à recuperação econômica e social do país. O presidente garantia que a nação poderia permanecer tranquila, pois o governo manteria intangível a unidade nacional, a ordem constitucional e os princípios democráticos e cristãos em que ele se inspirava, pois contava com a fidelidade das Forças Armadas e com o patriotismo do povo brasileiro.

Mas as garantias de Jango não se confirmariam, assim como a fidelidade dos militares que agudizaram o movimento. A visão dos militares ficava expressa no Manifesto do general Mourão Filho À Nação e às Forças Armadas, no qual afirmava que fazia mais de dois anos que os inimigos da ordem e da democracia, escudados na impunidade assegurada pelo Chefe do Poder Executivo, vinham desrespeitando as instituições, enxovalhando as Forças Armadas, diluindo nas autoridades públicas o respeito que lhes era devido em qualquer nação civilizada e, ainda, lançando o povo em áspero e terrível clima de medo e desespero. De acordo com Mourão Filho, organizações espúrias de sindicalismo político, estimuladas pelo presidente, procuravam infundir em todos os espíritos a certeza de que falavam em nome do operariado brasileiro, quando era certo que falavam em nome de um estado estrangeiro, a cujos interesses imperialistas estavam servindo em criminosa atividade subversiva, para traírem a pátria brasileira, tão generosa e cavalheiresca. O militar dizia que o governo de Jango estaria servindo a essas organizações, dando-lhes apoio oficial ou oficiosamente, de maneira que acusava o presidente de estar divorciado dos preceitos constitucionais, negando solene juramento, ao

pretender transformar o Brasil, de nação soberana, em um ajuntamento de *subomens*, que se submeteriam a seus planos ditatoriais. Para o general, Jango estaria a promover o aniquilamento das liberdades cívicas, negando-se a cumprir seus deveres constitucionais, tornando-se, ele mesmo, chefe de governo comunista, e, portanto, não merecendo ser considerado como guardião da Lei Magna, diante do que haveria de ser afastado do poder do qual abusava, para, de acordo com a lei, operar-se a sua sucessão, mantida a ordem jurídica.

O pensamento dos militares foi também sintetizado no Manifesto do general Amauri Kruel, de 1º de abril de 1964, o qual declarava que aquele movimento tinha o objetivo de salvar a pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho, uma vez que se tornara por demais evidente a atuação acelerada do Partido Comunista para a posse do poder, bem como o grau de infiltração comunista no seio militar. Nesse sentido, ressaltava o intenso trabalho dos comunistas, desenvolvido principalmente nos círculos das praças e objetivando a induzi-las à indisciplina, trazendo em seu bojo um princípio de divisão de forças que refletia o enfraquecimento de seu poder reparador na garantia das instituições. Kruel explicava que o movimento perpetrado seria despido de qualquer caráter político-partidário, visando exclusivamente a neutralizar a ação comunista, sendo fiel à constituição. O militar resumia aquele ato como uma luta contra os comunistas, sendo o seu objetivo o de romper o cerco do comunismo, que comprometia e dissolvia a autoridade do presidente e seu governo.

Também a 1º de abril, João Goulart lançava mais um manifesto no qual reafirmava a sua inabalável decisão de defender intransigentemente o povo, em uma luta sem tréguas contra as arremetidas da prepotência da pressão do poder econômico. O presidente lembrava seu programa reformista, mormente no que tange às restrições ao capital estrangeiro e à reforma agrária, bem como suas práticas voltadas ao controle dos preços, destacando que tais ações despertaram o antagonismo daqueles que sempre se locupletaram com a miséria do povo. Na mesma linha, explicava que seus atos estavam consubstanciados na política autenticamente popular, decorrente da sua fidelidade ao diário de Vargas e aos compromissos do seu passado, em lutas nacionalistas, contra os quais se somaram forças políticas e econômicas desavindas entre si, mas que se uniram na impatriótica tentativa de impedir que ao povo brasileiro fossem assegurados melhores padrões de cultura, de segurança econômica e de bem-estar social. O presidente argumentava ainda que seus inimigos mistificaram com a supervalorização do perigo comunista, como se o Brasil não fosse uma democracia plantada no coração de sua gente.

O apelo de Goulart não encontrou eco e houve a resistência não se efetivou. Logo a 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional considerava a presidência vaga e a mesma é assumida por Ranieri Mazzilli, enquanto Jango refugiava-se no Uruguai. Já nessa data iniciava-se uma onda repressiva, com a prisão de líderes políticos, sindicais e camponeses. Em 6 de abril, o general Castelo Branco aceitava sua indicação para a presidência, a 11 do mesmo mês, o Comando Revolucionário transferia para a reserva setenta e sete oficias do

Exército, quatorze da Marinha e trinta e um da Aeronáutica. A 15 de abril, consolidava-se o novo regime, pois Castelo Branco, promovido a marechal, assumia a presidência, iniciando-se um longo período em que, sem eleições diretas, uma série de marechais-presidentes ocupariam o cargo máximo do executivo brasileiro.

Eram apenas os primórdios de um longo período em que um regime autoritário tomou conta da vida brasileira. Em um primeiro momento, havia alguns militares que pretendiam executar uma prática saneadora para, em seguida devolver o poder aos civis, entretanto, acabaria por prevalecer aqueles de uma tendência conhecida como linha dura, que agudizaram o autoritarismo e defenderam ardorosamente a continuidade no poder. Daí em diante seguiu-se uma ditadura que norteou a existência nacional com uma política econômica predominantemente desenvolvimentista, uma prática política de busca a qualquer custo da permanência no poder, com a atrofia crescente das instituições e do sistema eleitoral e com um ferrenho controle social, embasado na censura e na extrema repressão. Os militares que desde a instalação da república tinham exercido influência direta nos vários governos, a partir de 1964, passaram a uma ação mais exponencial, ocupando o poder diretamente. Era a culminância de um contexto histórico no qual os militares constituíam verdadeiro fiel na balança do poder, ou seja, governantes com apoio da totalidade dos militares sobreviviam, com apoio de parte dos mesmos, tinham chance de sobrevier e, sem apoio nenhum, estariam condenados a perecer politicamente. Entre meados de março e os idos de abril de 1964, o Brasil vivera

um dos ápices de suas práticas populistas e, em reação, vivenciou o nascimento de um dos regimes mais duros que marcou a sua existência.

Estudo de caso: Quando uma ditadura observa a instalação de outra – o Golpe de 1964 sob o prisma da imprensa portuguesa

As fortes inter-relações entre Brasil e Portugal prendem-se às profundas e tradicionais raízes históricas que unem ambos os países desde a época colonial. Essas seculares relações estenderam-se bem além da própria emancipação política brasileira, tendo períodos cíclicos de aproximação, afastamento e até ruptura, predominando uma tendência mais harmônica entre as duas nações. Após a independência, a perspectiva predominante era a de rompimento, mas logo falaram mais alto os laços em comum, mormente no que tange à forma de governo e à dinastia reinante, além da formação de uma vasta colônia lusa em território brasileiro. A transição para a nova forma de governo no Brasil e as várias crises daí advindas traria um clima de desacertos entre a jovem república e o monárquico estado luso, resultando, inclusive, no fechamento das interfaces diplomáticas. Tal situação de certo antagonismo seria vencida paulatinamente, com fatores de reaproximação como o reatamento diplomático, a arbitragem lusitana na questão anglo-brasileira em torna da posse da Ilha da Trindade e

das comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, culminando com a implantação da república portuguesa, colocando os dois países sob a égide do republicanismo. A partir de então, ambas nações passariam por períodos de predomínio de modelos liberal-democráticos e/ou autoritários, como o foram, no Brasil, o Estado Novo, a república populista e os Governos Militares e, em Portugal, a I República, o Estado Novo e a redemocratização.

Essas perenes relações, constantes interfaces e pontos de intersecção ou refratários no que tange a formas, sistemas e regimes de governo constituíram fatores essenciais que fomentaram um constante interesse de cada país na realidade vivenciada pelo outro, havendo, normalmente, uma mútua abordagem em termos de práticas jornalísticas. Nesse sentido, as transformações e processos históricos pelos quais o Brasil perpassou encontraram um extraordinário eco junto à imprensa portuguesa, de modo que muitas das ocorrências do outro lado do Oceano Atlântico serviam de mote e até mesmo pautavam os jornais lusitanos. Tal processo ocorreu também por ocasião da implantação do regime autoritário no Brasil em 1964, tema discutido à extenuação pelo periodismo lusitano. O contexto histórico luso era de predomínio de um modelo ditatorial nos últimos decênios, de modo que os representantes do jornalismo tinham de estar alinhados com o Estado Novo ou, ao menos, submeterem-se aos seus desígnios e ao controle discursivo calcado na censura e na coerção governamental. Nesse ambiente esteve inserido um dos mais antigos, relevantes, perenes e tradicionais jornais portugueses, o então

centenário *Diário de Notícias*, cuja construção discursiva acerca do período entre março e abril de 1964, época marcada pela transição para o autoritarismo no Brasil, bem refletia o contexto histórico vivido por Portugal.

Apesar da longa duração e do espírito de contestação predominante nos anos sessenta, o regime autoritário lusitano persistia, opondo-se a qualquer alteração substancial, não hesitando em reprimir severamente todo o esboço de resistência¹³⁵, insistindo em manter-se impermeável à "histeria política" mundial¹³⁶ e sustentando-se na empreitada da conservação de seus princípios básicos francamente contrários aos modelos liberais, democráticos e comunistas¹³⁷. O Estado Novo instituiu um complexo mecanismo de controle político, que passava não apenas por meios repressivos – como aniquilamento das liberdades públicas, banimento dos partidos políticos e da oposição organizada, polícia política, tribunais especiais, medidas de segurança policiais e prisões especiais – mas também pela institucionalização do monopólio do acesso aos cargos e funções públicas e pela depuração política do aparelho do Estado¹³⁸. Os dirigentes de tal regime, desde cedo, se aperceberam da importância de disciplinar a circulação dos discursos, de modo que a questão foi logo circunscrita à esfera do político, materializando-se numa sucessão de

-

¹³⁵ MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – o Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo do Livro, 1994. v. 7. p. 541.

¹³⁶ GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *O Estado Novo de Salazar*. Alfragide: Texto Editores, 2010. p. 90.

¹³⁷ TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, Salazarismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 318.

¹³⁸ MEDINA, João (dir.). *História de Portugal*. Barcelona: Clube Internacional do Livro, 1995. p. 175.

medidas tendentes a assegurar o efetivo controle governamental da imprensa, privilegiado meio de expressão das oposições¹³⁹.

Dessa maneira, a censura teve um âmbito de atuação muito alargado, vigiando de perto toda manifestação que pusesse em causa os princípios do Estado Novo e da sua ideologia única, mormente no que tange aos jornais, numa conjuntura pela qual a atividade censória sabia o que fazia e colocava-se numa posição político-cultural própria de um regime que não queria infiltrações de qualquer espécie¹⁴⁰. Assim, o controle governamental da circulação do discurso político, maioritariamente concretizado por meio do instrumento da censura prévia à imprensa, foi uma prática que se manteve ativa desde o alvorecer até a queda do Estado Novo¹⁴¹. De acordo com tal perspectiva, havia uma repressão generalizada, com a supressão, na prática, das liberdades fundamentais e coercitivo controle de parte das autoridades públicas, bem como a atuação da censura em largo espectro¹⁴². Além da censura e da coerção sobre o jornalismo, dava-se também uma outra linha estratégica do poder relativamente à imprensa, de modo que a tentativa de influenciar a opinião pública não se faria apenas pela ocultação da informação, mas, já em um plano superior de

¹³⁹ SERRÃO, Joel & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (dirs.). *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960).* Lisboa: Presença, 1992. v. 12. p. 439.

¹⁴⁰ TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de História Política e Cultural.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009. p. 402.

¹⁴¹ ROSAS, Fernando & BRITO, J. M. Brandão de (dirs.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. v. 1. p. 139-140.

¹⁴² MARTINS, Manuel Gonçalves. *O Estado Novo e a oposição (1933-1974)*. Sintra: Pedro Ferreira – Editor, 2000. p. 48-52.

manipulação, pela veiculação das posições governamentais sobre determinados acontecimentos¹⁴³. Nesse contexto, não havia espaço para jornais que se opusessem ao regime, pois os que não o acataram foram pura e simplesmente silenciados¹⁴⁴.

Um desses periódicos era o já centenário *Diário de Noticias* o qual representou um verdadeiro divisor de águas na formação histórica do jornalismo português. Desde sua origem, ele foi um dos mais importantes jornais lusos de modelo noticioso. Seu programa foi editado ao final de 1864 e o primeiro número passou a circular em Lisboa, a 1º de janeiro do ano seguinte¹⁴⁵ e, em seguida, se afirmaria como um dos mais relevantes periódicos lusitanos. Sua lógica de produção levava em conta que, se a tiragem aumentasse, as despesas gerais conservavam-se sensivelmente as mesmas e, portanto, o preço de custo de cada exemplar seria menos elevado, de modo que, com maior tiragem haveria mais anúncios que poderiam render mais. Dessa maneira, para auferir maiores lucros, bastaria baixar o preço e dirigi-lo a uma mais vasta camada de leitores, não como um jornal de opinião, mas meramente noticioso. Seus avanços na prática jornalística voltaram-se também à questão da venda e distribuição, estabelecendo um contingente sempre crescente de vendedores

-

¹⁴³ TENGARRINHA, José. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2006. p. 57.

¹⁴⁴ LEMOS, Mario Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário.* Coimbra: Ariadne Editora / CEIS20, 2006. p. 69.

¹⁴⁵ RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. v. 1. p. 252.

ambulantes, atividade facilitada pelo preço acessível do exemplar. Além disso, houve também um incremento na quantidade de anúncios editados pelo *Diário*, fenômeno igualmente essencial à estruturação financeira da empresa jornalística, uma vez que era normalmente à publicidade que competia cobrir uma parte ou a totalidade dos custos da produção do jornal. Outra marca registrada da publicação foi o crescimento vertiginoso de suas tiragens, com o aprimoramento tecnológico em sua produção, lançando-se mão de máquinas rotativas cada vez mais evoluídas e com maior capacidade de impressão, bem como sua tipografia foi a primeira no contexto luso a utilizar-se das máquinas de compor. Tais práticas empresariais serviriam de modelo a um grande número de periódicos que surgiriam no contexto luso, de modo que o *Diário* viria a figurar entre os jornais mais antigos e de maior prestígio em Portugal¹⁴⁶.

No lançamento do periódico, a redação afirmava que promovera tal publicação convencida da sua necessidade e utilidade, pois visava a um único fim — interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas, e compreensível a todas as inteligências. Declarava também que o seu próprio título dizia o que seria, ou seja, uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades. Pretendia ser um noticiário universal, em estilo fácil, e com a maior concisão, informando o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo, à última hora todas as novidades políticas, científicas,

¹⁴⁶ TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. p. 213, 215, 221, 222, 225-229, 231 e 234.

artísticas literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas. Anunciava que eliminaria o artigo de fundo, não discutindo política, nem sustentando polêmica, apenas registrando com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor que comentasse ao seu sabor, quaisquer que fossem os seus princípios e opiniões¹⁴⁷. Já no primeiro número em circulação, o *Diário de Notícias* destacava que tivera uma boa aceitação de parte do público, o que estaria a demonstrar que se em Portugal não se lia comparativamente tanto como em outras nações, era pelo motivo de que não havia publicações baratas, e ao alcance de todas as bolsas, e não porque os seus concidadãos fossem menos ilustrados¹⁴⁸.

A partir do lançamento, o *Diário de Notícias* se afirmaria constantemente vindo a constituir-se no mais antigo diário da imprensa portuguesa e é considerado o precursor do jornalismo moderno no país. Já ao surgir, operou uma verdadeira revolução no panorama jornalístico nacional, pois era um jornal popular em termos de preço, de estilo ao alcance de todos, essencialmente noticioso e sem filiação partidária. Seu espantoso êxito, que cresceria exponencialmente, derivava da combinação do baixo preço e da aparente "independência" perante as correntes políticas, com os avanços tecnológicos e as elevadas tiragens, reduzindo o custo unitário da produção e os rendimentos com a publicidade, além de aprimorar os modelos de distribuição. A "objetividade" e a "imparcialidade" com que se iniciou e pretendeu apresentar ao

¹⁴⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 29 dez. 1864. N. programa. p. 1.

¹⁴⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 1º jan. 1865. A. 1. N. 1. p. 1.

longo da sua existência, na verdade camuflavam habitualmente uma posição conservadora de apoio ao poder estabelecido. Já durante o Estado Novo, sua redação migrou para o campo do salazarismo, transformando-se o jornal num órgão oficioso do regime¹⁴⁹. Tal posicionamento refletiria as reações do *Diário* diante dos acontecimentos no Brasil entre meados de março e abril de 1964.

O jornal lisbonense manifestava aversão a uma possível quinada para a esquerda que estaria sendo perpetrada pelo presidente João Goulart (Jango), e, já a 13 de março, fazia referência ao comício que se preparava para a noite, que seria coordenado pela Comissão Permanente das Organizações Sindicais, apontada pelo periódico como mera fachada do Partido Comunista, descrevendo os detalhes planejados para o evento. Segundo o diário, o presidente discursaria depois que a fina-flor dos próceres revolucionários arengasse as massas e, após, assinaria no próprio palanque o decreto que declarava expropriáveis as terras às margens de vias públicas e as saneadas pelo governo. Tal fato era comentado como uma ação presidencial pela qual se dava a preferência por prestigiar a "rapazola irresponsável" que atacara que atacara tão rudemente o Legislativo, assinando o decreto por ele elaborado com a supervisão do Partido Comunista. A atitude do presidente era qualificada como um estardalhaço, promovido no meio de discursos incendiários e provocativos, como seriam sempre aqueles pronunciados em praça pública, constituindo tudo isso em algo sumamente insensato, além de perigoso para a segurança das instituições nacionais. De acordo com tal percepção, o *Diário* passava a discorrer sobre a inviabilidade do

¹⁴⁹ TENGARRINHA. 2006. p. 214.

projeto governista de reforma agrária, qualificando-o e reduzindo-o a um ato demagógico¹⁵⁰ [Figura 1].



- Figura 1 -

Em continuidade, o periódico publicou manchete destacando que o Brasil encontrava-se ameaçado por onda de subversão comunista [Figura 2], mas, alinhavava, que o patronato brasileiro tomava providências para a defesa de seus interesses. Diante do comício presidencial, a folha noticiava que setores ligados às entidades patronais haviam se reunido para estudar uma ação a ser empreendida para impedir os atentados à propriedade privada e ao direito de

¹⁵⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 13 mar. 1964. A. 100. N. 35212. p. 16 e 18.

livre empresa que estariam se produzindo com a cumplicidade do governo. De acordo com o diário, em tal congresso, vários delegados fizeram intervenções agressivas contra Jango, uma vez que o mesmo fazia o jogo da subversão, provocado pelo comunismo, criando no país um ambiente de insegurança, de modo que fora elaborado um manifesto, qualificado como autêntico libelo contra as autoridades federais, além do que, se criara um grupo de choque geral que, mediante comitês regionais, organizaria uma frente de resistência contra as forças adversárias da liberdade de iniciativa. A publicação de Lisboa apontava ainda para a ocorrência de manifestações que agitavam o Brasil, uma delas, inclusive, com os integrantes gritando vivas a Fidel Castro¹⁵¹.



- Figura 2 -

Em seguida, o *Diário de Notícias* passava a promover um verdadeiro denuncismo em relação ao Brasil, dizendo que a democracia estaria à beira da

¹⁵¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 14 mar. 1964. A. 100. N. 35213. p. 1 e 11.

morte, uma vez que o presidente passara a pregar a luta de classes [Figura 3]. A principal fonte do jornal português era a Tribuna da Imprensa que, sob a égide de Carlos Lacerda, constituía um dos próceres no combate ao governo de João Goulart. Nesse sentido, era afirmado que haviam caído as máscaras no Brasil e a guerra revolucionária começara, num quadro pelo qual o chefe aparente do partido da subversão seria o próprio presidente, até que os comunistas entendessem por bem substituí-lo. As atitudes presidenciais eram também qualificadas como provocações totalitárias que deveriam ser superadas, pois, acima das ambições e das loucuras de um governo irrefletido, haveria a constituição e a tranquilidade do povo brasileiro. Citando outras publicações oposicionistas a Jango, o periódico lisboeta enfatizava que a democracia fora humilhada em praça pública no Rio de Janeiro e que a constituição brasileira estaria sob grave ameaça, além do que a unidade nacional poderia correr o maior risco e a revolução comunista estaria sendo escancaradamente preparada. Entre outras acusações aos governantes brasileiros, era feita também uma analogia, pela qual no Brasil poderia repetir-se o trágico destino da Espanha, mas, era prognosticado que, diante de uma insurreição comunista, inevitavelmente, ocorreria uma intervenção estrangeira, pois, de nenhuma forma e sob nenhum pretexto, o mundo ocidental, tendo à frente os Estados Unidos, admitiria que se formasse e progredisse no continente americano um novo regime vermelho¹⁵².

¹⁵² DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 15 mar. 1964. A. 100. N. 35214. p. 1 e 9.



- Figura 3 -

Mais uma vez trazendo informações acerca do Brasil, o *Diário* destacava que o presidente estaria encaminhado ao Legislativo uma remodelação radical das instituições, permanecendo fiel às promessas feitas no último comício aos sindicatos, no sentido de se colocar à frente da batalha pelas reformas, que, se fossem aprovadas, transformariam a democracia brasileira liberal, de tipo clássico, no sentido popular. Com reprovação, o jornal citava tais reformas como a extensão do direito de voto aos analfabetos, a elegibilidade de todos os eleitores e a autorização de uma reforma agrária sem obrigatoriedade de indenização aos proprietários, fazendo clara alusão a ideias consideradas como do Partido Comunista. Na concepção da folha, Jango pretendia rasgar a constituição e garantir a sua continuidade no poder, qualificando a atitude presidencial como uma autêntica mensagem de combate. Diante das propostas

governamentais, a publicação portuguesa dava grande ênfase à ação dos parlamentares oposicionistas, que poderiam requerer o afastamento do presidente por desrespeito à constituição [Figura 4]. Como num jogo de forças, o periódico dizia que o chefe de Estado decidira retomar a função de chefe da esquerda, estando disposto a forçar a mão dos parlamentares para que aprovassem suas medidas¹⁵³.



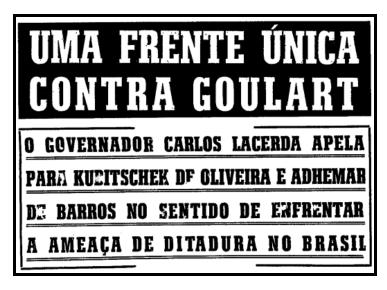
- Figura 4 -

Um dos líderes oposicionistas, Carlos Lacerda, voltaria a ser protagonista nas páginas do *Diário de Notícias* que o apresentava como articulador de uma

¹⁵³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 17 mar. 1964. A. 100. N. 35216. p. 15 e 16.

coligação de combate à ditadura [Figura 5]. De acordo com o jornal, Lacerda, apresentado como chefe do anticomunismo militante no Brasil enviara mensagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek e ao governante paulista Ademar de Barros visando a formação imediata de uma frente de união nacional contra as ameaças ditatoriais, antes que fosse demasiado tarde. Citando o autor da proposta, a folha narrava que, perante os acontecimentos provocados pela ação comunista, com a cumplicidade do presidente, seria indispensável colocar a defesa da liberdade acima de todo e qualquer interesse puramente eleitoral. Ainda seguindo a mesma fonte, o periódico enfatizava que a liberdade e a paz interna do Brasil já haviam sido praticamente destruídas pela guerra revolucionária, a agitação oficial e a decisiva influência dos comunistas no seio do governo. A publicação noticiava ainda que o apelo daquele oposicionista dirigira-se também ao congresso para que não se deixasse envolver por dispositivos de guerra revolucionária, e às forças armadas para que respeitassem a democracia e não os demagogos e para que garantissem a paz com liberdade e honra e não a paz com medo e coação¹⁵⁴.

¹⁵⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 18 mar. 1964. A. 100. N. 35217. p. 1 e 5.



- Figura 5 -

O ex-presidente e senador Juscelino Kubitschek de Oliveira foi presença marcante nas páginas da edição seguinte do *Diário*, notadamente por sua afirmação de que os trabalhadores brasileiros, por serem católicos, não eram comunistas [Figura 6], além de citar pontos da política externa que defendera quando à frente da presidência, segundo a qual, em resumo, uma ação policial não seria suficiente para impedir o comunismo na América Latina, de modo que só um grande desenvolvimento industrial o conseguiria, para o que seria necessário aporte de investimentos internacionais, notadamente norte-americanos. Continuando a referenciar tal homem público, o jornal citava que existia certamente influência comunista nos sindicatos brasileiros, mas a

maioria dos trabalhadores não o era tendo em vista o predomínio do catolicismo, de modo que, se fossem satisfeitas as necessidades da classe trabalhadora, não haveria problema comunista no Brasil. Além disso, o expresidente teria afirmado que apoiaria parcialmente o projeto reformista de Jango, bem como não acreditava que este tivesse projetos de continuidade no poder. Por outro lado, o periódico alarmava para a permanência da agitação no contexto brasileiro, havendo, inclusive, mobilização de trabalhadores e ameaça de greve, caso houvesse qualquer medida que intentasse anular alguns poderes presidenciais¹⁵⁵.



- Figura 6 -

O clima de instabilidade no Brasil era mais uma vez enfatizado pelo *Diário* de *Notícias*, ao descrever que o país assistia estarrecido ao permanente

¹⁵⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 19 mar. 1964. A. 100. N. 35218. p. 1 e 5.

desrespeito à constituição e às leis, num quadro em que se deturpava o direito de greve com o aliciamento ostensivo à desordem, em reivindicações comandadas quase sempre por organismos espúrios, sendo apontado o estranhamento que o presidente atuasse mais como um chefe de partido do que como supremo magistrado da nação. O comício de 13 de março era ainda um tema comentado pela folha ao apontar que, dentre os discursos ali pronunciados, alguns o foram em puro estilo "fidelista". O jornal destacava também que haveria planos subversivos a partir daquela concentração popular, cujas manobras poderiam levar a caminhos arriscados como uma assembleia constituinte eleita por plebiscito e integrada por operários, camponeses, estudantes, políticos progressistas, sargentos e oficiais nacionalistas. Diante de tal quadro, a publicação lusa concluía que as interrogações acumulavam-se no horizonte do Brasil, com grossas nuvens anunciadoras de tempestade¹⁵⁶.

As mobilizações anticomunistas levadas a efeito no contexto brasileiro seriam enfatizadas pela folha lisbonense [Figura 7]. Nesse sentido, noticiava que uma manifestação monstro, com a participação de quinhentas mil pessoas, ocorrera em São Paulo contra os planos de João Goulart de alterar a constituição, de modo que os manifestantes "por Deus e pela liberdade" incluíam delegações de todas as cidades do estado e gritavam estribilhos contra a política do governo central. Era ainda descrito que no desfile as pessoas empunhavam cartazes com dizeres como: "Reformas, sim — Jango, não!", "Abaixo o cancro vermelho" e "Verde e amarelo, sem foice nem martelo". Ao passo que o periódico

¹⁵⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 20 mar. 1964. A. 100. N. 35219. p. 17 e 18.

dava amplo destaque para o caráter pacífico e ordeiro de tal passeata, logo em seguida, passava a noticiar a intranquilidade de uma manifestação de desempregados que, em Brasília, teriam chegado a apedrejar policiais¹⁵⁷.



- Figura 7 -

Em uma edição cuja abordagem sobre o Brasil concentrava-se ainda mais na transcrição de informações, através de breves notas, o jornal lisboeta mantinha o seu posicionamento quantos ao clima de instabilidade no contexto brasileiro. A notícia de maior destaque foi o lançamento da candidatura à presidência de Juscelino Kubistchek, apontando que tal escolha poderia constituir uma solução estabilizadora para a incerteza nacional e, sobretudo, de repúdio ao comunismo. Outra nota se referia a declarações do governante

¹⁵⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 21 mar. 1964. A. 100. N. 35220. p. 1 e 10.

paulista Ademar de Barros, para o qual a crise brasileira dificilmente seria resolvida sem derramamento de sangue, considerando a guerra civil como inevitável. A folha trazia à baila também possíveis riscos envolvidos nas declarações consideradas mais radicais do líder trabalhista Leonel Brizola e suas ideias de formação de um governo popular e nacionalista. O periódico destacava também as greves e a possibilidade do governo Goulart fazer represálias contra as publicações opositoras, por meio do estabelecimento do monopólio da importação de papel jornal. Foi enfatizada ainda uma declaração da União Democrática Nacional (UDN), maior força oposicionista ao governo, apresentando a sua forma de ver a reforma agrária, seus princípios contrários a quaisquer progressos dos movimentos comunistas de guerra revolucionária e sua missão de impedir a infiltração comunista, que teria a pretensão de estabelecer no Brasil um regime totalitário com supressão das liberdades¹⁵⁸.

Já ao final de março, o *Diário de Notícias* mais uma vez dava voz ao líder oposicionista brasileiro Carlos Lacerda, enfatizando suas intenções de concorrer à presidência e seus ataques ao governo João Goulart. A folha, citando tal político, destacava que o presidente estaria colonizado pelos comunistas, julgando poder servir-se destes extremistas para conseguir ficar no poder além do termo legal do seu mandato, mas, na realidade, seriam os comunistas que estariam a utilizá-lo. Segundo tal concepção, o Partido Comunista ainda se encontrava fora da lei, mas já estava no poder, e, sinteticamente, era prognosticado que ou se conservavam o regime e as liberdades públicas, ou

¹⁵⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 22 mar. 1964. A. 100. N. 35221. p. 1 e 8.

seria o domínio do comunismo. Com a manutenção do tom extremamente crítico em relação ao governo, era afirmado que o fascismo sem ordem que Goulart queria instaurar levaria ao comunismo e tudo estaria perdido, bem como a sua presidência, além de ser administrativamente nula, fazia um mau jogo ao tentar lançar o povo contra a democracia. Além disso, o jornal fazia referência a formação de uma Frente Popular, voltada a dar apoio ao plano reformista de Jango, a qual era qualificada como despropositada, ou ainda uma criança nascida fora do tempo¹⁵⁹.

À medida que mais se aproximava o fim do mês, maior era a inserção de notícias sobre o Brasil nas páginas do diário luso. Um dos informes se referia à demissão do ministro da Marinha que teria sido provocada pela indisciplina de algumas centenas de fuzileiros navais. Ao abordar tal tema, o jornal enfatizava a insubordinação, a quebra de hierarquia, a tentativa de subversão e a presença de elementos estranhos aos quadros que criavam um ambiente de incompreensão nos meios militares como fatores que só serviam para agravar o quadro nacional de instabilidades. Além disso, a folha continuava dando guarida às acusações de Carlos Lacerda contra o governo, o qual teria voltado a exclamar que o presidente havia se aliado aos comunistas para permanecer no poder. Nessa linha, mais uma vez repassando as palavras do líder oposicionista, o periódico destacava que, desde o comício de 13 de março, Goulart passara a dar um show totalitário, um espetáculo demagógico completo, anunciando medidas que não resistiam à análise. O presidente era acusado também de permitir a

¹⁵⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 26 mar. 1964. A. 100. N. 35225. p. 1 e 2.

infiltração de comunistas na máquina do Estado, através de cargos públicos, assim como no ensino das escolas primárias, de modo que já estariam a reescrever a História do Brasil, que deixaria de ter datas, nomes, batalhas e episódios, para dar lugar à rígida ideologia que o comunismo queria impor à juventude¹⁶⁰ [Figura 8].

¹⁶⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 27 mar. 1964. A. 100. N. 35226. p. 1 e 5.



- Figura 8 -

A revolta dos marinheiros foi tema marcante no Diário de Notícias que chamava atenção mais uma vez para a instabilidade reinante no Brasil, que, segundo o jornal, estaria passando por uma Páscoa perturbada [Figura 9]. A questão-chave levantada pela folha era a de que ocorrera uma insubordinação com a qual o presidente teria compactuado ao ser condescendente com os insurgentes. O periódico não deixava de enfatizar a aproximação dos militares insubordinados com organizações sindicais e de esquerda, construindo a imagem de marinheiros amotinados que se tinham barricado no Sindicato dos Metalúrgicos, descrevendo que, ao retirar-se daquele local, com certas garantias presidenciais, os marinheiros teriam sido aplaudidos e animados por um grupo de sindicalistas, trabalhistas e comunistas que tinham vindo demonstrar sua solidariedade a ele. Segundo a publicação lisbonense, a operação militar estabelecida para coibir a revolta fora contida por ordem presidencial, o que teria provocado significativa insatisfação dentre muitos comandantes militares. Na versão do jornal, a presença constante de líderes sindicais e de frentes esquerdistas, além das mulheres dos amotinados levando-lhes mantimentos, viria a constituir uma "feira da insubordinação", agravando a crise hierárquica que tanto desagradava o oficialato e aumentando o abismo entre estes e o presidente¹⁶¹.

¹⁶¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 28 mar. 1964. A. 100. N. 35227. p. 11 e 12.



- Figura 9 -

O periódico anunciava em manchete um confronto aberto entre os militares e o presidente, a partir dos episódios em torno da revolta dos marinheiros. De acordo com o jornal, já havia muito tempo que a maioria dos oficiais encarava com desagrado a política socializante de Goulart e, em particular, a complacência das autoridades federais para com as reivindicações dos elementos subalternos das forças armadas. Noticiava ainda que, no Brasil, a marinha era um foco de agitação, pois a maior parte dos oficiais era hostil a Jango, enquanto seus subordinados lhe eram favoráveis. Para a folha, a desorganização da marinha convinha à política presidencial, ainda mais que o problema disciplinar continuava sem solução e o balanço da crise era considerado impressionante, uma vez que os marinheiros que durante três dias desafiaram a autoridade de seus superiores hierárquicos, foram libertados e

postos "em férias". A ação governamental para com os insubordinados era apontada como incontestavelmente uma atitude de esquerda, e, para a publicação lisboeta, os elogios que os sindicatos e o partido comunista fizeram ao presidente seriam o melhor testemunho do que todas as análises acerca do tema. Descrevia ainda que eram numerosos os observadores que entendiam estar o caminho livre para uma viragem à esquerda da política governamental¹⁶².

Tal tema foi mais uma vez pauta do *Diário de Notícias*, ao anunciar que os oficiais da marinha haviam dado um ultimato ao governo, exigindo o castigo daqueles que denominava como marinheiros comunistas rebelados [Figura 10]. O clima de desconfiança era revelado a partir da proposição de que os amotinados eram marinheiros com um período de serviço muito breve, o que faria pensar que foram propositadamente alistados pelos comunistas para promover a subversão. Citava o jornal que o motim da Páscoa devera-se a elementos totalmente estranhos à marinha, tendo os oficiais lamentado a decisão do governo de anistiar os insubordinados, pois, agindo assim, teria perturbado a hierarquia e, talvez, impossibilitado o futuro exercício do comando. Na mesma linha, destacava que os últimos acontecimentos haviam demonstrado de maneira flagrante a infiltração de agentes da subversão nas forças armadas, não devendo ser subestimado o perigo que tal situação representava para as instituições e para o Brasil. Na mesma edição, ao transcrever trechos de periódicos brasileiros, a folha portuguesa concluía que a

¹⁶² DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 29 mar. 1964. A. 100. N. 35228. p. 15 e 16.

revolução estava em marcha no país sob a direção do próprio Goulart e nada poderia detê-la a não ser uma intervenção das forças armadas. A publicação lisbonense enfatizava ainda a aproximação de várias frentes políticas brasileiras em torno da ideia de promover um repúdio ao extremismo revolucionário e às manobras contra a legalidade constitucional, denunciando que muitas das atitudes dos governantes brasileiros não passavam de determinações dos comunistas que eles repetiam como papagaios vermelhos¹⁶³.



- Figura 10 -

No número seguinte, o *Diário* noticiava que a oficialidade do exército se solidarizara à da marinha na exigência de que os "marinheiros comunistas"

¹⁶³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 30 mar. 1964. A. 100. N. 35229. p. 1, 5, 15 e 16.

recebessem justo e enérgico castigo por indisciplina. A meta de tais oficiais seria a de efetuar todos os esforços e sacrifícios pelo restabelecimento da disciplina e da obediência, com respeito pela ordem e pela constituição. Segundo tal perspectiva, os marinheiros haviam se amotinado por estarem insidiosamente doutrinados pelos dirigentes sindicais, às ordens de Moscou, além do que estaria a formar-se uma conjuntura para a "comunização" do Brasil, havendo um "namoro" do presidente Goulart com os comunistas. Para o jornal, as possíveis providências do governo brasileiro no que tange à provável abertura de um inquérito para apurar as responsabilidades pela "insurreição da Páscoa", não passava de uma procrastinação para ganhar tempo. O teor denunciatório da folha chegava a apontar a projeção de um filme soviético como fator que influenciara grandemente a atitude dos rebelados, referindo-se ao Encouraçado Potemkin que parecia ter sido uma das centelhas que fizera eclodir o motim dos marinheiros e fuzileiros navais, o que fora narrado por um sargento que tecia comentários como: "Vede o que se pode fazer para derrubar os opressores. Faríamos bem em imitar os nossos colegas russos"164.

A partir da deflagração do golpe no Brasil, a cobertura do *Diário de Notícias* tornou-se ainda mais detalhada, com grande ênfase ao papel de Minas Gerais no espocar do movimento [Figura 11]. A narrativa do jornal persistia em mostrar a imagem de João Goulart como um presidente intransigente, que não se afastaria de sua linha de conduta por coisa alguma e, ao mesmo tempo, destacava a publicação de um manifesto de oficiais do exército condenando a

¹⁶⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 31 mar. 1964. A. 100. N. 35230. p. 14 e 16.

política extremista de Jango, que estaria a ofender e desrespeitar a constituição, de modo que nenhum brasileiro poderia ficar indiferente perante a atitude do governo contrária à legalidade. A promessa de promoções para todos os sargentos que teria sido feita por Goulart era vista como uma medida para conquistar partidários à sua causa e realizada por motivações esquerdistas. A tônica geral do jornal eram as graves ameaças às instituições democráticas no Brasil, fazendo referências à presença de comunistas em postos-chave da administração federal, aos conselheiros comunistas de Jango e às denúncias da UDN e do presidente do senado de que Goulart aliara-se aos comunistas, diante do que todos deveriam erguer-se vigorosamente contra os agentes do comunismo internacional, cuja audácia aumentava diariamente, por pensarem que a resistência democrática não conseguiria se organizar no Brasil¹⁶⁵.

¹⁶⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 1º abr. 1964. A. 100. N. 35231. p. 1 e 7.



- Figura 11 -

Na edição seguinte, a publicação lisboeta dedicou toda a sua primeira página aos acontecimentos no Brasil [Figura 12]. A maior dúvida do noticiário ligava-se aos destinos do presidente deposto que abandonara Brasília. Em linhas gerais, o jornal traduzia em seus escritos um clima de aceitação geral do golpe, fazendo referência aos dez mais poderosos estados que estariam ao lado dos "rebeldes", à primeira reação nas ruas de São Paulo, onde uma multidão compacta teria manifestado o seu repúdio ao comunismo e ao "delírio em Copacabana", na qual se reunira ampla manifestação para celebrar a "vitória da democracia". Alguns dos promotores do movimento apareciam como

protagonistas nas páginas do periódico, caso de Ademar de Barros e seu manifesto contrário à infiltração de Moscou, de Pequim ou de Havana, a qual deveria ser repudiada no Brasil. Outro personagem central era Carlos Lacerda que teria eletrizado o Brasil a partir da bandeira da luta contra o comunismo, vindo, segundo a folha, a decidir a situação, com seu apoio aos "revoltosos". A folha fazia ainda um *feedback* em relação às origens daqueles acontecimentos, citando as reformas de fundo no domínio agrário, a revisão constitucional num sentido popular e à viragem à esquerda na orientação do governo Goulart, sintetizando tais ideias a partir da manifestação de um jornal brasileiro, pelo qual o presidente era acusado de tentar proceder à "comunização" do país, a pretexto de executar reformas de base¹⁶⁶.

¹⁶⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 2 abr. 1964. A. 100. N. 35232. p. 1 e 7.



- Figura 12 -

O jornal português passaria a demonstrar uma adesão enfática para com a nova situação brasileira, dedicando mais uma vez a integralidade de sua primeira página ao que sua manchete sintetizava na frase: "A calma volta ao Brasil" [Figura 13]. O periódico noticiava a mudança de presidente como algo corriqueiro que ocorrera apenas em oito minutos, havendo o afastamento de Goulart, que teria reconhecido a derrota, e a eliminação de possíveis focos de resistência. Mais uma vez Carlos Lacerda ocupava posição primordial, fazendo referência a uma suposta ampla aceitação da "revolta" por vários segmentos da sociedade brasileira e pregando que, a partir daquele momento, o Brasil dobrara uma esquina de sua história. Na concepção da folha, Jango havia assinado sua sentença de morte a partir da guinada dada em direção às esquerdas e, ainda mais, por sua postura diante da insubordinação dos marinheiros. Referindo-se a um contexto de amplas adesões ao movimento, o Diário anunciava em manchete uma suposta alegria dos brasileiros por terem sido salvos dos perigos do comunismo e citava o caso do Rio de Janeiro, descrevendo que, na antiga capital do Brasil, um dos baluartes da democracia e do movimento militar que se iniciara em Belo Horizonte, fora recebida com verdadeiro delírio a notícia da vitória das forças armadas e da saída de Goulart do país. Fazia referência, assim, à organização de uma nova "Marcha da família com Deus e pela liberdade", organizada pelas associações católicas e patrióticas a qual teria se transformado numa procissão de ação de graças para agradecer a Deus por ter salvo o Brasil do comunismo¹⁶⁷.

¹⁶⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 3 abr. 1964. A. 100. N. 35233. p. 1 e 7.



- Figura 13 -

A estabilidade nacional foi um dos destaques na cobertura do contexto brasileiro de parte do *Diário de Notícias* ao noticiar que a situação do Brasil era de calma em todo o país, dando ênfase à retirada de Goulart [Figura 14]. Mais uma vez eram destacadas declarações de Ademar de Barros, como a de que os brasileiros só guardariam as armas quando o país estivesse completamente limpo de comunistas, ou ainda a denúncia de que o presidente obtivera na Rússia bolsas para estudantes brasileiros, matéria complementada por outra de tendência denunciatória referindo-se à prisão de terroristas chineses que pretenderiam matar militares brasileiros. A tendência geral do periódico era dar voz aos vencedores, destacando que a imprensa brasileira estaria a dizer que, graças à decisão e ao heroísmo das forças armadas, o Brasil fora afastado dos rumos contrários à sua vocação e tradições para onde era arrastado, ideia concluída pela asserção de que o movimento vitorioso não pertencia a ninguém, pois era da pátria, do povo e do regime. Ainda que fossem publicadas manifestações que tendiam à conciliação, como a de Juscelino Kubitschek, o predomínio nas páginas da publicação portuguesa era o dos promotores do movimento, apontado como coeso e disciplinado, ao assumir atitude de grave responsabilidade, com o objetivo de salvar a pátria em perigo, libertando-a do "jugo vermelho" 168.

¹⁶⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 4 abr. 1964. A. 100. N. 35234. p. 1 e 7.



- Figura 14 -

Consolidado o golpe, o *Diário* buscava demonstrar que os acontecimentos no Brasil passavam a caracterizar-se por uma normalidade e uma continuidade, sem referências à ruptura institucional, tanto que tranquilamente anunciava os novos rumos da vida brasileira, com a reunião do congresso para decidir quem concluiria o mandato presidencial, apontando para a preferência da escolha recair sobre um militar [Figura 15]. Noticiava a chegada de Jango ao exílio, mas, ainda assim, sugeria a possibilidade da formação de um "exército de resistência" de parte do presidente deposto. Dava destaque à "Marcha pela vitória", ocorrida no Rio de Janeiro, na qual os manifestantes demonstraram repúdio ao comunismo e com bandeiras brasileiras, cartazes, dísticos e cânticos religiosos, festejaram a queda de Goulart. Referindo-se à política de expurgos que passaria a ser dominante no país, a folha expressava as recomendações dos oficiais superiores das forças armadas no sentido de expulsar os comunistas de todos os setores da vida pública brasileira. Nesse sentido, apontava para as determinações de expulsar os comunistas dos meios militares e do país, devendo medidas idênticas serem tomadas contra funcionários civis de obediência comunista, bem como os parlamentares comunistas deveriam ser privados de seus direitos políticos. Além disso, noticiava que os dirigentes sindicais comunistas deveriam ser processados ao título de legislação da segurança do Estado e a direção dos sindicatos restituída aos "verdadeiros trabalhadores"169.

¹⁶⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 5 abr. 1964. A. 100. N. 35235. p. 1 e 7.



- Figura 15 -

Mantendo o discurso da normalidade e até de uma suposta legitimidade, a folha lusitana ressaltava que era praticamente vitoriosa a candidatura do general Castelo Branco à presidência, uma vez que era defendida pelos sete principais governadores. O militar era apresentado como um dos artífices da "revolução constitucionalista" do Primeiro de Abril – que teria ocorrido, segundo a sua concepção, para salvar a constituição e a disciplina das forças armadas –, bem como um homem enérgico e acérrimo anticomunista. As opiniões de Ademar de Barros novamente apareciam em destaque, desta vez a revelar pormenores do "movimento revolucionário", afirmando que o seu objetivo era por termo à desastrosa influência de Pequim, de Moscou e de Havana no Brasil.

Segundo tal testemunho, reproduzido pelo jornal, Goulart aumentara a influência comunista ao entregar os postos-chaves a esquerdistas confessos e ao dar todo o seu apoio às organizações dos estudantes e dos trabalhadores comunistas, de modo que os dirigentes militares teriam se convencido plenamente do perigo que o país corria e, para não tolerar tais injúrias, fora tomada a decisão do recurso ao movimento armado¹⁷⁰.

O presidente Goulart aparecia nas páginas do jornal em bem menor destaque, notadamente no que tange ao seu exílio em terras estrangeiras, mas a abordagem predominante voltava-se aos responsáveis pelo movimento, chegando a folha a apresentar a versão de um militar na descrição do devir histórico dos acontecimentos [Figura 16]. O periódico noticiava ainda que, no Rio de Janeiro, dez mil pessoas haviam aclamado como "herói da revolução brasileira", o general Castelo Branco. A respeito do crescente processo de perseguições e cassações no Brasil, a publicação lusa justificava que as operações de polícia visavam exclusivamente os militantes comunistas culpados de atividades subversivas. Segundo o diário lisbonense, as autoridades brasileiras estariam estupefatas perante a amplidão da infiltração comunista em toda a administração e, além disso, na indústria e na Petrobras em particular, de modo que era contínua a prisão de elementos das esquerdas¹⁷¹.

¹⁷⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 6 abr. 1964. A. 100. N. 35236. p. 1 e 5.

¹⁷¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 7 abr. 1964. A. 100. N. 35237. p. 1 e 5.



- Figura 16 -

Para o *Diário de Notícias*, o Brasil regressava tranquilamente à uma suposta normalidade institucional, anunciando que fora aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, a lei que regulava a eleição presidencial, aparecendo como franco favorito o general Castelo Branco. O correspondente do jornal no Brasil reproduzia tal perspectiva editorial, ao afirmar que, antes da ação dos militares, uma pequena minoria estava a comandar, atrevida e artificialmente, este gigantesco país. Era noticiado que tudo retornara à normalidade depois da manifestação de delirante entusiasmo que rebentara no momento exato em que nos aparelhos de rádio e de televisão surgira o primeiro som liberto do filtro vermelho, sinal iniludível do triunfo das forças armadas, uma vez que a população nas ruas exteriorizara com júbilo a derrocada do governo Goulart e os seus desmandos, bem como fizera uma saudação à vitória sobre a ameaça comunista. Unindo política e religião em uma mesma abordagem, a folha apresentava os acontecimentos no Brasil como semelhantes a um milagre de ressureição, ocorrido bem à época da Páscoa, constituindo

aquele num prodígio dos brasileiros, mobilizados contra a ameaça comunista, apoiando uma arrancada irresistível e avassaladora, pela qual as forças armadas teriam salvo a nação brasileira. Em outra notícia, aparecia a declaração de que a "rebelião no Brasil" evitara um golpe de Estado preparado pelos comunistas, tendo sido descobertos documentos e esconderijos de armas, planos de assassínios de militares, preparação de uma greve geral que paralisaria o país e envio de dinheiro de Cuba para financiar o golpe de força comunista¹⁷².

Na edição seguinte, o jornal continuava a abordar a possibilidade de um golpe comunista que ensanguentaria o Brasil e que fora evitado pela atitude dos militares, de modo que a "revolução" havia se antecipado à ação comunista que estaria marcada para o dia 2 de abril, com a deflagração de um "golpe vermelho" [Figura 17]. O periódico destacava também a descoberta de grande quantidade de petrechos subversivos, tendo sido apreendidas quinze toneladas de material de propaganda, armas e munições. A folha fazia referência também às prisões dos suspeitos ao regime, à existência de provas de que Cuba e China estavam envolvidas no auxílio aos comunistas brasileiros, com dinheiro e armas, e ao início da instrução de processos de dirigentes sindicalistas e comunistas que continuavam presos. Anunciava ainda que estavam sendo planeadas as formas como se levaria a cabo a depuração dos comunistas, que seria uma meta essencial dos chefes da "revolução constitucionalista"¹⁷³.

¹⁷² DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 8 abr. 1964. A. 100. N. 35238. p. 1 e 8.

¹⁷³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 9 abr. 1964. A. 100. N. 35239. p. 1 e 5.



- Figura 17 -

inauguração dos atos institucionais mecanismos como governamentais para mobilizar o aparelho repressivo era noticiada pelo Diário, que traduzia tais dispositivos autoritários como uma atribuição de poderes especiais, voltados a libertar o Brasil dos comunistas [Figura 18]. De acordo com a folha lisboeta, os chefes militares e os dirigentes políticos da "revolução" constitucionalista" haviam promovido tal medida no sentido de permitir a depuração rápida do parlamento, da administração e das forças armadas em relação aos "elementos comunistas", autorizando os novos governantes a pronunciar a cessação dos mandatos parlamentares ou a privação dos direitos políticos fora de qualquer recurso judiciário. O jornal continuava encarando tais procedimentos como normais, uma vez que teriam se originado de um movimento que visara desembaraçar-se de um governo que, deliberadamente, se dispunha a "bolchevizar" o país. Assim, relatava que os novos governantes teriam poderes para expulsar dos cargos oficiais os "comunistas e filocomunistas", suspender as garantias constitucionais, anular os mandatos parlamentares, proibir associações ou partidos políticos e revogar os mandatos do Supremo Tribunal, além de dispor de outros poderes à margem da constituição¹⁷⁴.



- Figura 18 -

A suposta normalidade institucional pela qual estaria passando o Brasil, segundo a percepção do *Diário de Notícias*, teria a sua culminância com a escolha do general Castelo Branco, apontado como um dos chefes da "revolução", para a presidência da república [Figura 19]. Embora tal preferência tenha sido promovida a partir de um depurado congresso nacional, o jornal

¹⁷⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 10 abr. 1964. A. 100. N. 35240. p. 1 e 5.

mantinha a linha de garantir cores constitucionais ao acontecimento, passando a descrever dados biográficos do novo empossado no poder, referindo-se a altos feitos militares na campanha da Itália, à época da II Guerra Mundial, tendo sido condecorado por heroísmo em combate, bem como caracterizando-o como um intelectual que poderia conversar acerca de literatura ou de civilizações antigas tão facilmente como sobre assuntos militares. A partir de fontes ligadas ao novo presidente, a folha destacava que ele seria um governante forte e independente, dedicando-se a combater o comunismo e a melhorar as condições de vida dos trabalhadores agrícolas. Ainda no mesmo número, a publicação lusitana anunciava que continuava a depuração dos comunistas e esquerdistas no governo federal e nos governos locais¹⁷⁵.



- Figura 19 -

¹⁷⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 12 abr. 1964. A. 100. N. 35242. p. 1 e 8.

A escolha de um civil para a vice-presidência, a exigência do corte de relações com Cuba e a continuidade da depuração dos inimigos do regime viriam em conjunto a constituir manchete do Diário [Figura 20]. A eleição do mandatário no congresso mantinha a versão do jornal quanto à continuidade de uma suposta ordem institucional no Brasil. No que tange às perseguições políticas, a folha limitava-se a apresentar um rol quantitativo, especificando o número de "oficiais esquerdistas" das três armas que haviam sido passados para a reserva, muitos dos quais tinham relações íntimas com o "regime de Goulart", bem como o de congressistas expulsos pelo "governo revolucionário". A publicação chamava atenção também para a descoberta feita pela polícia brasileira de um plano de inspiração comunista chinesa para promover uma revolução no nordeste, prevendo, inclusive, a morte de oficiais; relatando ainda que, no Rio de Janeiro, funcionários da embaixada soviética teriam sido vistos queimando papéis e filmes. Noticiava que, por inspiração de poderes legislativos regionais e por tendência do pensamento do "comando supremo da revolução", tudo indicava que o Brasil romperia relações com Cuba, pois tal ato seria exigido pela opinião pública, devendo o novo governo dar uma satisfação ao povo e confirmar que o objetivo das autoridades era extinguir o comunismo no Brasil¹⁷⁶.

¹⁷⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 13 abr. 1964. A. 100. N. 35243. p. 1 e 5.



- Figura 20 -

Assim, entre meados de março e de abril de 1964, ou seja, desde o comício que marcou a guinada discursiva do governo João Goulart até efetivação do regime militar com a escolha de um general-presidente, o *Diário de Notícias* apresentou aos portugueses, sob o manto do jornalismo dito informativo, uma versão bem específica dos acontecimentos. As informações e opiniões expressas pelo *Diário* tinham significativa repercussão no contexto lusitano, pela longevidade e pelo conceito que o jornal conquistara junto à opinião pública, tratando-se de uma das mais importantes publicações do país naquela época, mantendo, inclusive, no seu cabeçalho o dístico "a maior tiragem e expansão de todos os jornais portugueses". O periódico lisbonense refletia em

suas páginas a própria conjuntura lusa de então, e, ao abordar o Brasil, dava voz aos opositores de Jango e não a seus aliados, defendia, nas linhas e/ou nas entrelinhas, a questão da segurança nacional e da propriedade privada, opondose à reforma agrária e denunciando constantemente os riscos do avanço comunista. A folha compactuava com a ideia de que as práticas populistas de Goulart constituíam uma agitação subversiva, fomentada em ideais esquerdizantes e, a partir do golpe, mostraria que o país teria sido "salvo do perigo vermelho", de modo que a crise fora substituída pela tranquilidade, construindo a imagem de uma transição "normal", como se não tivesse ocorrido uma ruptura institucional e apoiando os novos detentores do poder, como se ali estivessem legitimamente. Nesse sentido, o centenário *Diário de Notícias* trazia em seu discurso a afinidade com o regime vigente em Portugal e demonstrava as identidades entre os modelos ditatoriais que vigoravam no aquém e no alémmar¹⁷⁷.

¹⁷⁷ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. O Golpe de 1964: brevíssima contextualização. In: ALVES, Francisco das Neves & MONICO, Reto. *Brasil 1964: ecos do Golpe no mundo*. Lisboa: CLEPUL, 2017. p. 9-14.; e ALVES, Francisco das Neves. Ditaduras d'aquém e d'além mar: o Golpe Militar no Brasil na visão de um centenário periódico português (marçoabril de 1964). In: *Historiae*. Rio Grande; Editora da FURG, v.5, n. 2, p. 9-43, 2014.

DA DITADURA A UMA NOVA REDEMOCRATIZAÇÃO

A partir de 1964, a formação histórica brasileira passaria por um novo período ditatorial. Dessa vez, os militares que até então tinham se contentado em atuar como "árbitros" da vida política nacional, afastando ou sustentando governantes, assumiram para si a própria execução do poder. As frentes políticas mais conservadoras conseguiram finalmente levar em frente o espírito golpista, implementando-se um regime cívico-militar de cunho autoritário. A perspectiva de alguns dos promotores do golpe era a de promover um propalado saneamento, para a posterior devolução do poder aos civis. Entretanto, dentre os militares, havia uma tendência pela permanência nos postos de mando do Estado e foi esta, representada pelos denominados "linha dura" que venceu, com a prorrogação do autoritarismo até uma a retomada de uma lenta abertura que daria espaço a uma nova redemocratização.

Ao contrário da ditadura estado-novista, que foi planejada e estruturada com antecipação, de modo que quando foi perpetrado o golpe, o regime já estava pronto para ser aplicado, a ditadura militar foi se moldando progressivamente, com uma tendência crescente de agravamento do Estado autoritário. A essência fundamental era manter, ou ao menos anunciar, as aparências de um "modelo democrático", com a permanência da Constituição de 1946 e a continuidade de funcionamento do Congresso Nacional, ainda que depurado dos possíveis inimigos do regime. Desde o início, entretanto, as eleições presidenciais baseadas no voto direto foram suspensas, de modo a evitar possíveis retomadas do modelo populista; ao passo que as eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados permaneceram diretas, após a cassação dos políticos considerados

suspeitos pelo regime. Apesar dessa aparência de institucionalidade constitucional, progressivamente os novos detentores do poder foram ampliando as medidas autoritárias, colocando em prática dispositivos cada vez mais restritivos, que aprofundavam o regime ditatorial. Esse modelo ditatorial pode ser analisado a partir do estudo de suas estruturas político-ideológicas e socioeconômicas.

Um dos pontos essenciais da vida política sob o regime ditatorial que se estendeu da década de 1960 a de 1980 foi a depuração dos agentes políticosociais considerados como adversários ou simplesmente suspeitos diante do regime. As cassações constituíram uma das primeiras atitudes governamentais, afastando dos cargos, perseguindo e aprisionando políticos, lideranças de movimentos, militares e cidadãos em geral que, por qualquer motivo, pudessem ser colocados no rol dos não-coadunados com as forças governativas. Além disso, foram criados mecanismos de pleno cerceamento da sociedade, limitando as liberdades civis e os direitos individuais e controlando a população. A intenção geral era calar e tornar o mais inativa possível qualquer força que viesse a se opor ao status quo, com a criação de mecanismos voltados à coerção.

Nessa linha, "os expurgos foram diversos e em sua maioria concentrados em 1964". Eles eram "divulgados em listas sucessivas", atingindo "políticos de renome nacional, sindicalistas, intelectuais, militares e funcionários públicos". Ainda "no primeiro ano, o Poder Legislativo foi atingido com o afastamento de cinquenta parlamentares, o que modificou consideravelmente a configuração do Congresso Nacional", enquanto "o Judiciário perdeu dezenas de juízes". Já "na

Um dos dispositivos mais utilizado pela ditadura para promover o modelo autoritário foi o Ato Institucional (AI), colocado em prática à medida que os novos governantes buscavam aprofundar o autoritarismo, visando a cada vez mais promover a concentração do poder nas mãos do Executivo, a centralização político-administrativa e o controle da vida política e social do país. O primeiro AI foi implementado nos primeiros dias de instalação do regime, a 9 de abril de 1964 e, em seu preâmbulo, os novos detentores do poder buscavam comprovar que sua atitude poderia ser encarada como uma "autêntica revolução",

¹⁷⁸ D'ARAUJO, Maria Celina & JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização — Quarta República (1964-1985).* 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 18-19.

promovida de acordo com "o interesse e a vontade da nação", intentando demonstrar que contavam com um propalado apoio popular. Nesse sentido, consideravam que "a revolução vitoriosa" estaria investida de um "poder constituinte", de modo que poderia adotar as medidas que considerassem necessárias, de maneira que assim estariam instituindo o AI-1¹⁷⁹. A essência de tal Ato estava vinculada à manutenção da Constituição de 1946, a eleição indireta para a Presidência da República, a possibilidade do Executivo legislar, a eliminação de certas liberdades individuais e a possibilidade das forças governativas suspenderem direitos políticos e cassar mandatos. Ficavam desse modo já demarcadas em tal dispositivo algumas das características fundamentais do novo regime. Dentre as determinações do AI-1 estavam¹⁸⁰:

- são mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato;
- a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal;
- o Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição;

¹⁷⁹ Ver o encerramento do capítulo "Caminhos para a crise do populismo" neste livro.

¹⁸⁰ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1964. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

- o Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados;
- caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República;
- o Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito horas;
- ficam suspensas, por seis meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade; mediante investigação sumária, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos;

- os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente;
- no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Já "o AI-2 significou a progressão de tendências explicitadas logo nos primeiros dias do regime", ou seja, a "militarização"; a "concentração de poder no Executivo e redução da margem de atuação dos oposicionistas"; e, a "quebra de expectativas para aliados civis que planejassem dividir o poder"¹⁸¹. Tal Ato foi colocado em prática a 27 de outubro de 1965¹⁸² e, conforme o anterior, trazia um preâmbulo que, de forma exortativa, apelava para o argumento da continuidade de uma "revolução", que traria consigo uma propalada "legitimidade" das atitudes governamentais:

D'ARAUJO, Maria Celina & JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 24.

 $^{^{182}}$ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL — 1965. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1965.

À nação

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um governo que afundavam o país na corrupção e na subversão.

No preâmbulo do Ato que iniciou a institucionalização, do movimento de 31 de março de 1964 foi dito que o que houve e continuará a haver, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, mas também na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. E frisou-se que:

- a) ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação;
- b) a revolução investe-se, por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma;
- c) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular.

Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a revolução é dotada para fazer vingar os princípios em nome dos quais a nação se levantou contra a situação anterior.

A autolimitação que a revolução se impôs no Ato Institucional, de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do país".

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

Assim, o Presidente da República, na condição de Chefe do Governo revolucionário e comandante supremo das Forças Armadas, coesas na manutenção dos ideais revolucionários,

Considerando que o país precisa de tranquilidade para o trabalho em prol do seu desenvolvimento econômico e do bem-estar do povo, e que não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem;

Considerando que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs,

Resolve editar o seguinte Ato Institucional Nº 2.

A partir do AI-2 era mantida a Constituição de 1946, alterada pelas próprias determinações dos Atos Institucionais, prevendo a possiblidade de emendas constitucionais e, entre outras determinações:

- promovia maior concentração de poderes na égide do Executivo e estabelecia diversas alterações no Poder Judiciário;

- consolidava a determinação da eleição indireta do Presidente e do Vice-Presidente da República, a qual seria realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional;
- limitava as remunerações de Vereadores e Deputados Estaduais;
- dava ao Presidente da República a prerrogativa de decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo, "para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna";
- suspendia "as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo";
- garantia que, "no interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição", poderia "suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos", bem como "cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais";
- decretava que a suspensão dos direitos políticos traria consigo outras restrições como: cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política; a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança: liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e domicílio determinado;

- ampliava as possibilidades de intervenção federal nos estados a partir das razões de "assegurar a execução da lei federal" e "prevenir ou reprimir a subversão da ordem";
- explicitava que ficavam excluídos da apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo Federal, com fundamento nos Atos Institucionais e nos Atos Complementares;
- garantia ao Presidente da República a execução de Atos Complementares e de decretos-leis sobre matéria de segurança nacional, bem como a prerrogativa de decretação do recesso Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, em estado de sítio ou fora dele, ficando o Poder Executivo correspondente autorizado a legislar mediante decretos-leis.

Além dessas determinações no sentido de restrição de poderes do Legislativo e do Judiciário, em benefício do Executivo, o AI-2 promovia também uma mudança nas formas de representação política, decretando que ficavam "extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros". Em essência o AI-2 traria consigo o bipartidarismo, com a possibilidade da existência de apenas dois partidos políticos, um que representasse as forças governamentais e outro, os grupos oposicionistas. A partir de tal imposição, a ditadura pretendia instituir a construção de um partido governista unívoco e monolítico na defesa do novo regime, ao passo que buscava aglutinar em uma única agremiação toda a oposição, levando em conta que tal bloco oposicionista,

além de ser consentido pelos governistas, era formado a partir de toda a depuração promovida pelos novos detentores do poder. A partir dessa estratégia foi criada a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representando, respectivamente, o governo e a oposição.

Ainda que mantivesse suas ações em defesa do governo ditatorial, a ARENA¹⁸³, no intento de manter as aparências de representatividade institucional, se propunha a promover a "democracia e sua modernização", considerando que seu objetivo fundamental seria "a implementação da democracia representativa como regime político que se traduz pela vigência plena dos direitos públicos". Para levar em frente tal escopo, a ARENA pretendia "estruturar o Estado de Direito; aperfeiçoar o regime federativo; alcançar a eficiência, a eficácia e o rendimento da Justiça", além de buscar um "melhor rendimento do processo legislativo" e do "funcionamento das organizações representativas de classes e comunidades", bem como garantir "ao trabalhador o direito de greve, nos termos da Constituição". Ainda constituíam pontos do programa da ARENA elementos como: paz social; desenvolvimento econômico; transformação social; soberania nacional; integridade territorial; e integração nacional (desenvolvimento do Nordeste, ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste, reforma agrária, desenvolvimento urbano, defesa do meio ambiente, energia, ciência e tecnologia, papel da empresa nacional e informática).

¹⁸³ Conteúdo programático da ARENA citado com base em: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas.* 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 499-516.

Já o MDB¹⁸⁴ apresentava-se como um partido que pretendia a transformação social, de estruturas e de estilo da ação política no Brasil. O partido oposicionista denunciava "o retrocesso de que foi vítima o país, de 1º de abril de 1964 a nossos dias", dizia que não pretendia ser uma força "de reação", voltando-se "para o futuro" e propunha-se a lutar "pela transformação social profunda das estruturas brasileiras no campo econômico e político". Defendia a "anistia ampla e total a favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e de arbítrio praticados a partir de 1º de abril de 1964"; e, "através de um esforço de libertação nacional", a garantia da "permanência em mãos de brasileiros dos centros de decisões das atividades governamentais", mormente quanto à política externa, educação, ciência, cultura, segurança nacional e ao desenvolvimento econômico. Faziam parte do programa do MDB questões como: organização política; política econômico-financeira; educação; política agrária; saúde; política externa e segurança nacional. Quanto aos princípios fundamentais, o MDB defendia o primado da pessoa humana; o direito de participação, a importância das comunidades de base; o Estado democrático; e o efetivo desenvolvimento brasileiro. Tal partido estabelecia também o seu "programa de ação no plano político" e o "programa de ação no campo econômico-social".

¹⁸⁴ Conteúdo programático do MDB citado com base em: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 517-544.

A perspectiva das eleições indiretas para a Presidência da República viria a ser ampliada pela ditadura para os governantes dos estados e de suas capitais, cuja escolha deixaria de ser realizada por meio de eleições diretas, conforme decretou o AI-3, de 5 de fevereiro de 1966¹⁸⁵. Nessa linha, entre outras determinações, o AI-3 estabelecia que a eleição de Governador e Vice-Governador dos estados seria feita pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, ao passo que os Prefeitos das capitais seriam nomeados pelo Governador. O preâmbulo desse Ato Institucional objetivava demonstrar que "o poder constituinte da revolução" continuava a prevalecer:

À nação

Considerando que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs, conforme expresso no Ato Institucional nº 2;

Considerando ser imperiosa a adoção de medidas que não permitam se frustrem os superiores objetivos da Revolução;

Considerando a necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do país;

Considerando que a edição do Ato Institucional nº 2 estabeleceu eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República;

Considerando que é imprescindível se estenda à eleição dos Governadores e Vice-Governadores de Estado o processo instituído para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República;

Considerando que a instituição do processo de eleições indiretas recomenda a revisão dos prazos de inelegibilidade;

¹⁸⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1966. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

Considerando, mais, que é conveniente à segurança nacional alterar-se o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios das Capitais de Estado;

Considerando, por fim, que cumpre fixar-se data para as eleições a se realizarem no corrente ano.

O Presidente da República, na condição de Chefe do Governo da Revolução e Comandante Supremo das Forças Armadas,

Resolve editar seguinte: Ato Institucional Nº 3.

A ideia original de manter a Constituição de 1946 por parte do regime ditatorial acabaria caindo por terra, tendo em vista a impossibilidade da consonância entre seus princípios básicos e o modelo autoritário predominante. Para tanto foi instituído o AI-4, a 7 de dezembro de 1966¹86, o qual convocava o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República. Marca dos tempos dominantes, tal texto constitucional teve de ser analisado em tempo extremamente exíguo, tanto que o texto do AI-4 estabelecia prazos curtíssimos para a execução de cada uma das etapas da elaboração do arcabouço constitucional. Os governantes buscaram demonstrar que não teriam ocorrido mudanças substanciais em relação ao texto de 1946, chegando a elaborar publicação nesse sentido¹87, no entanto, a perspectiva fundamental era a associação, inserção e redação da nova Constituição sob a égide autoritária.

¹⁸⁶ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1966. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

¹⁸⁷ SENADO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil – quadro comparativo.* 4.ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1982.

Dentre as modificações previstas, esteve a mudança de denominação do Estado brasileiro, que passava de Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil.

Dessa maneira, "a Constituição de 1967 perenizou os Atos Institucionais e atribuiu ao Executivo o direito exclusivo de legislar a respeito das áreas da segurança nacional e das finanças públicas", ficando reservado ao "Congresso apenas rejeitar ou aprovar as propostas do governo, sem alterá-las". O Conselho de Segurança Nacional tornou-se "responsável pela defesa interna, ganhou a prerrogativa de definir quais municípios seriam considerados de interesse para a segurança nacional", condição pela qual "seus prefeitos seriam nomeados pelo Presidente e ficariam sob controle direto do Exército". Além disso, "na área econômica e administrativa, estados e municípios perderam autonomia" 188. Nessa linha, o novo texto constitucional ia plenamente ao encontro do autoritarismo e da centralização administrativa do regime 189.

As considerações do preâmbulo do AI-4 mantinham o teor de permanência do "poder constituinte da revolução":

¹⁸⁸ D'ARAUJO, Maria Celina & JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 28.

¹⁸⁹ BONAVIDES, Paulo & ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 427-447.; IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.72-86.; e.; e QUIRINO, Célia Galvão & MONTES, Maria Lúcia. *Constituições brasileiras e cidadania*. São Paulo: Ática, 1987. p. 65-69.

Considerando que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais;

Considerando que se tornou imperioso dar ao país uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;

Considerando que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária;

Considerando que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;

Considerando que o governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução;

O Presidente da República resolve editar o seguinte Ato Institucional nº 4.

O AI-5, de 13 de dezembro de 1968¹⁹⁰, representaria o recrudescimento fundamental do regime ditatorial, com a institucionalização plena do autoritarismo. Insatisfeitos com as reações contrárias ao regime, os novos detentores do poder resolveram radicalizar sua ação, implementando um modelo absoluto em termos de restrições, coerção e controle da sociedade. Tal Ato "ficou conhecido como 'o golpe dentro do golpe", uma vez que, com ele, "o país perdeu o que lhe restava de liberdades públicas e individuais", iniciando-se "de fato os anos de chumbo". Esse Ato Institucional "foi a senha para a

255

¹⁹⁰ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1968. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

montagem, pelos militares, de uma máquina de guerra que não deixaria dúvidas sobre a natureza da ditadura em vigor"¹⁹¹.

Intentando demonstrar uma propalada lógica naquela determinação e buscando reminiscências em AIs anteriores, o governo assim justificava o novo Ato:

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os. meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria";

Considerando que o governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos antirrevolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

D'ARAUJO, Maria Celina & JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização — Quarta República (1964-1985). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 41 e 43.

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária";

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte Ato Institucional.

Tal Ato representou o pleno fechamento do regime ditatorial, com medidas altamente discricionárias e promovendo um recrudescer da concentração e centralização do poder, bem como do controle sobre a sociedade, chegando a retomar e reforçar regras previstas em AIs anteriores. Dentre as determinações do AI-5 estavam:

- considerava-se como mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes no AI-5;

- o Presidente da República poderia decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República:
- * decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente ficava autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios;
- o Presidente da República, "no interesse nacional", poderia decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição:
- * os interventores nos estados e municípios seriam nomeados pelo Presidente da República e exerceriam todas as funções e atribuições que coubessem, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozariam das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei;
- "no interesse de preservar a Revolução", o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais:
- * aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tivessem seus mandatos cassados, não seriam dados substitutos, determinando-se o quórum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos;

- a suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importava, simultaneamente, em:
 - * cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
 - * suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- * proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
 - * aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - liberdade vigiada;
 - ¬ proibição de frequentar determinados lugares; ¬ domicílio determinado;
- * o ato que decretasse a suspensão dos direitos políticos poderia fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados;
- ficavam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo:
- * o Presidente da República poderia mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou

membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço;

- o Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderia decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo;
- o Presidente da República poderia, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- o Presidente da República poderia baixar Atos Complementares para a execução do AI5, bem como adotar, "se necessário à defesa da Revolução", as medidas previstas na Constituição;
- ficava suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular;
- ficavam excluídos de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com o AI-5 e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Esses cinco foram apenas os primeiros e mais decisivos Atos Institucionais, mas eles foram dezessete ao longo do período entre 1964 e 1969. Já os Atos Complementares — que complementavam os AIs — chegaram ao número de cento e quatro, entre os anos de 1965 e 1977. Tamanha quantidade de

medidas excepcionais revelava o processo de mutação do regime rumo à consolidação da ditadura e, mais tarde, em direção à reabertura. Ainda à época do recrudescimento autoritário, foi implementada a Emenda Constitucional Nº 1, de 17 de outubro de 1969¹9², conhecida como "Emendão de 1969", que promovia uma releitura da Constituição de 1967, incorporando ao seu texto as determinações dos Atos Institucionais.

Do ponto de vista ideológico, o regime ditatorial embasou sua ação na Doutrina de Segurança Nacional, pela qual o aparelho de Estado deveria voltar suas atenções para o "inimigo interno", ou seja, os adversários do regime, bem de acordo com o contexto da bipolarização predominante durante a Guerra Fria. Perante tal perspectiva, foi estabelecido o Decreto-Lei Nº 314, de 13 de março de 1967¹³³, que definia "os crimes contra a segurança nacional" e "a ordem política e social". Segundo esse dispositivo, "toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei". Definia ainda que "a segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos"; e que "a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna", incluindo entre elas "a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva". Tal documento legal declarava ainda que "a segurança interna, integrada na segurança

¹⁹² COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — 1969. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

¹⁹³ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1967. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1967.

nacional", relacionava-se às "ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país". Já a "guerra psicológica adversa" era delimitada como "o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar", com o fim "de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros", fossem "inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais". No que tange à "guerra revolucionária" ela era conceituada como "o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação".

Na mesma linha, por meio do Decreto-Lei Nº 348, de 4 de janeiro de 1968¹⁹⁴, foi criado o Conselho de Segurança Nacional, o qual se destinava a assessorar o Presidente da República, sendo por ele presidido, na formulação e na conduta da Política de Segurança Nacional. Dentre as competências desse Conselho estavam:

- promover a formulação da Política de Segurança Nacional, mediante o estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional e das Diretrizes Gerais de Planejamento, incluindo a fixação dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e dos Objetivos Nacionais Atuais Estratégicos (ONAE), bem como das Hipóteses de Guerra;

¹⁹⁴ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1968. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

- estabelecer a conduta da Política de Segurança Nacional, com a apreciação dos problemas que lhe forem propostos no quadro da conjuntura nacional e internacional, em especial os referentes a questões como:
 - * segurança interna;
 - * segurança externa;
- * negociações e assinaturas de acordos e convênios com países e entidades estrangeiras sobre limites, atividades nas zonas indispensáveis à defesa do país e assistência recíproca;
 - * programas de cooperação internacional;
- indicar as áreas e os municípios considerados de interesse para a Segurança Nacional;
- realizar o estudo dos problemas relativos à Segurança Nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares, no que concerne, em particular, à:
 - * política de transportes;
 - * política de mineração;
 - * política siderúrgica;
 - * política de energia elétrica;
 - * política de energia nuclear;

- * política do petróleo;
- * política de desenvolvimento industrial, visando em especial às indústrias compreendidas no Plano de Mobilização;
 - * política de desenvolvimento regional e de ocupação do território;
 - * política de pesquisa e experimentação tecnológica;
 - * política de educação;
 - * política sindical;
 - * política de imigração;
 - * política de telecomunicações;
- nas áreas indispensáveis à Segurança Nacional, dar assentimento prévio para:
- * concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicações;
 - * construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;
- * estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional;
- modificar ou cassar as concessões ou autorizações referidas no item anterior.

Outro dispositivo estabelecido pelo regime foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964¹⁹⁵, que teve um papel fundamental no seio do aparelho censório-repressor governamental. O SNI era um órgão da Presidência da República voltado aos assuntos atinentes à Segurança Nacional, operando também em proveito do Conselho de Segurança Nacional e tendo "por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular" aquelas que interessassem "à Segurança Nacional". Dentre as incumbências do SNI estavam:

- assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação afetas aos ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;
- estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contrainformação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais;
- proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria Geral desse Conselho;

¹⁹⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1964. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

- promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.

Assim, em torno do regime formou-se uma "comunidade de informações, como ficou conhecido o grupo de militares e policiais envolvidos em operações de inteligência e de repressão política"¹⁹⁶. O SNI teve um papel crucial nessa ação, pois tal órgão "cresceu, inchou, como poderes ilimitados e, consequentemente, extravagantes e totalitários", passando a atuar no encalço dos mais variados segmentos da sociedade brasileira, ao "ter olhos, grampos, garras e ouvidos em toda parte"¹⁹⁷. O controle da informação tornava-se crucial para a afirmação do regime, daí a importância do SNI. Estabeleceu-se então um "conjunto de estratégias de dominação", o qual "acabou conformando, como rescaldo da atuação dos órgãos de segurança e de inteligência em larga escala, uma 'cultura do medo' de característica nacional", uma vez que a mesma era "salpicada pelo temor diante de agentes e supostos agentes que agiam por detrás de siglas" diversas, pelas quais eram conhecidos os órgãos repressores¹⁹⁸.

¹⁹⁶ D'ARAUJO, Maria Celina & JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 39.

¹⁹⁷ BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. p. 15.

¹⁹⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur & RUBERT, Silvania. *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 27.

No mesmo sentido, cada uma das Forças Armadas também estabeleceu seu aparelho específico quanto a tal elemento constitutivo, com o funcionamento do Centro de Informações da Marinha, do Centro de Informações do Exército e do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. Tais estruturas compunham o Sistema Nacional de Informações e se caracterizaram pela "brutalidade com que agiam", prática que "tornou essas siglas muito temidas pela esquerda e demais opositores do regime", uma vez que "não eram apenas órgãos de informações, não faziam somente espionagem, mas atuavam também nas 'operações de segurança'", ou seja, "prisões, interrogatórios, tortura e 'desaparecimento' de inimigos do regime"¹⁹⁹.

Nesse contexto, "o projeto global de repressão e controle supunha não apenas a espionagem e a polícia política, mas também a censura, a propaganda política e o julgamento sumário de pretensos corruptos"²⁰⁰. As práticas censórias compunham essa máquina coercitiva, com o estabelecimento de mecanismos voltados a censurar as mais variadas manifestações artísticas, culturais e jornalísticas. Nessa linha foi editada a Lei Nº 5.536, de 21 de novembro de 1968²⁰¹, que dispunha sobre a censura, determinava as ações do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, de Censores Federais e de Técnicos de Censura. Tal legislação promovia também a criação do Conselho

¹⁹⁹ FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 69-70.

²⁰⁰ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.* Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 82.

²⁰¹ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1968. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

Superior de Censura, órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça, ao qual competia rever, em grau de recurso, as decisões finais, relativas à censura de espetáculos e diversões públicas e elaborar normas de critérios que orientassem o exercício da censura no país. Essa máquina repressiva tinha por alvo todo e qualquer indivíduo suspeito ou abertamente inimigo do regime, visando a promover a todo custo e a partir de qualquer estratégia a ação coercitiva, mormente contra os movimentos que fizeram oposição, resistiram e/ou rebelaram-se contra o regime²⁰².

O aparelho governamental tinha outro braço destinado à propaganda do regime, com a elaboração de matérias publicitárias, slogans, músicas e material de divulgação em geral, visando a promover as ações governamentais e buscando tornar minimamente palatáveis e/ou escamotear as práticas autoritárias. Para tanto, entre outros dispositivos, foi criada pelo Decreto nº 62.119, de 15 de janeiro de 1968²⁰³, a Assessoria Especial de Relações Públicas, "com a finalidade de assessorar o Presidente da República nos assuntos de comunicação social"²⁰⁴. Houve a intenção deliberada de utilizar os meios de

²⁰² ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização — Quarta República (1964-1985). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 49-99.; ANGELO, Vitor Amorim de. Luta armada no Brasil. São Paulo: Claridade, 2009.; BRASIL: nunca mais. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 83-166.

²⁰³ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1968. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

²⁰⁴ Dentre as finalidades da AERP estavam: a de "estabelecer os objetivos das atividades de 'comunicação social' da ditadura", como as de "motivar a vontade coletiva para o esforço

comunicação em geral para promover campanhas propagandísticas que objetivavam a legitimação do regime. Foi o caso da ação do Departamento de Imprensa Nacional/Secretaria de Imprensa da Presidência da República que realizou publicações contendo a visão dos mandatários sobre o país de então, como, por exemplo, os livros *A verdadeira paz, O povo não está só, A compreensão do povo, Tarefa de todos nós, Nova consciência do Brasil* e *O jogo da verdade*, de autoria de Emílio Médici, um dos marechais-presidentes que comandou o regime.

No que tange à economia, assim como a própria derrubada do populismo trabalhista, a afirmação da ditadura cívico-militar teve amplo apoio do capitalismo internacional, com a retomada dos investimentos no Brasil, promovida por órgãos de fomento, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, trazendo consigo também uma submissão às exigências de tais entidades. Algumas ideias em torno do desenvolvimentismo foram sustentadas, com a criação de obras colossais, como foi o caso da Rodovia Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Havia a

nacional de desenvolvimento", de "mobilizar a juventude", de "fortalecer o caráter nacional", de "estimular o 'amor à pátria', a 'coesão familiar', a 'dedicação ao trabalho', a 'confiança no governo' e a 'vontade participação". O órgão ainda dizia pretender "contribuir para a afirmação democrática' do país" e "atenuar as divergências que sofre a imagem do país no exterior". Em outra palavras, "tratava-se de uma estratégia de retórica que buscava afirmar exatamente o contrário do que se vivia". (FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização — Quarta República (1964-1985). 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 163.)

ideia de promover uma verdadeira euforia em torno do "Brasil Grande" e da consolidação da ideia de que o Brasil estava em caminho de atingir o desenvolvimento, tanto que as forças governativas evitavam o termo subdesenvolvido, optando por caracterizá-lo como um "país em desenvolvimento". O ápice dessa prática deu-se com o denominado "Milagre Brasileiro", período em que a economia obteve certos avanços, sustentados a partir de concentração de rendas, retração salarial, incremento tributário e ampla abertura ao capital externo.

Mais especificamente "durante o governo Médici, a busca de legitimidade deslocou-se definitivamente do plano político para o plano econômico", em um quadro pelo qual "a ideia de que estava em processo a construção de um 'Brasil Potência' passou a constituir a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade"²⁰⁵. Aparecia então "o nacionalismo ufanista do 'Brasil Grande'", com "a realização da vocação nacional a ser grande potência e o tratamento de todos os críticos da política econômica, em particular do endividamento, como traidores". Nessa linha, "o governo incentiva a propaganda nacionalista em torno do slogan: 'Brasil: ame-o ou deixe-o'", utilizado largamente "nas comemorações oficiais da vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970". Dessa maneira, "sob o efeito do milagre econômico

²⁰⁵ PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização — Quarta República (1964-1985).* 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 228.

e da vitória nos campos de futebol, o regime militar" parecia "consolidado e forte" ²⁰⁶.

Esse "Milagre" deu-se a partir de um "padrão de concentração", caracterizando-se como um "período de dominação política, com forte coerção e baixo consenso". Nessa linha, "a mediação e a negociação", em "contexto político autoritário, incrementaram o papel da tecnocracia e dos anéis burocráticos de poder", tornando "os seus agentes, juntamente aos agentes das Forças Armadas", em "importantes mediadores de um tipo de desenvolvimento capitalista associado"²⁰⁷. Tal "Milagre" trazia consigo um desenvolvimentismo sustentado a partir de um gerenciamento tecnocrático autoritário, que foi utilizado em larga escala para propagandear aquilo que os detentores do poder apontavam como avanços do regime.

O "boom econômico", observado a partir do aumento da produção e das exportações, trouxe "a euforia" como "ordem do dia entre os membros do governo". Entretanto, surgia a perspectiva do preço de tais incrementos, com a constatação de que o país teria negligenciado "o bem-estar dos pobres no seu processo de crescimento". Diante disso, os governantes permaneceram insistindo na argumentação de "um consenso em favor do desenvolvimento".

²⁰⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do Golpe Militar à redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, M.Y. (org.). *História geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 299.

²⁰⁷ LANIADO, Ruthy Nadia. Poder e estratégias econômicas na formação do Estado autoritário no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur & RUBERT, Silvania. *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 387.

acelerado" e de que "a aceleração do crescimento era mais importante do que a melhoria da distribuição a curto prazo". Nesse sentido, para o governo, "a disputa imediata entre crescimento e equidade tinha que ser resolvida em favor do crescimento". Assim, os administradores do gerenciamento econômico nacional chegavam a reconhecer que "o crescimento acelerado tendia a aumentar as desigualdades, a curto prazo, ainda que aumentasse a renda absoluta de todos", mas recusaram alterações em suas orientações na "forma de medir mais adequadamente o progresso de uma economia como a brasileira"²⁰⁸.

Tal desenvolvimentismo foi planejado com base em planificações economicistas, com projetos como o Programa de Ação Econômica do Governo; o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social; o Plano Estratégico de Desenvolvimento; as Metas e Bases para a Ação Governamental; e o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico. Dentre eles pode ser citado o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social²⁰⁹ que compreendia o período entre 1967 e 1976, cujo objetivo central era "o de permitir estabelecer as principais diretrizes da política de desenvolvimento econômico do Governo Federal". Tais diretrizes seriam embasadas em elementos normativos como: a programação da produção, do consumo e dos investimentos da União, de suas Autarquias, Empresas e Sociedades de Economia Mista, com a identificação das

²⁰⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 284-285.

²⁰⁹ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.* Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1967, t. 1, v. 1, p. 5-14 e 88.

respectivas fontes de financiamento; e a definição dos critérios de ação indireta do Governo Federal através dos instrumentos institucionais de regulação econômica. A partir dessa concepção de planejamento, essa planificação econômica se desdobraria por determinadas etapas:

- diagnóstico do comportamento global da economia brasileira no período de pós-guerra, na qual seria examinada a evolução de tal economia desde 1947, identificando-se a composição do produto, da renda e da despesa, dos problemas e emprego e balanço de pagamentos, e assinalando-se as principais distorções associadas ao processo de crescimento;
- elaboração de um modelo global para a economia brasileira, fase em que se desenvolveria um modelo econométrico que identificasse os fatores de crescimento da economia brasileira salientando o papel da formação de capital e do progresso tecnológico, e indicando os limites impostos pela capacidade de poupança e pela possibilidade de endividamento externo;
- fixação dos objetivos básicos de crescimento, sendo identificados os fatores determinantes do crescimento econômico, com a previsão de objetivos básicos de crescimento da capacidade produtiva, e absorção de mão-de-obra, e de elevação da produtividade setorial, respeitadas as limitações reveladas pelo modelo global;
- apresentação dos diagnósticos e dos planos setoriais de desenvolvimento, com a qual seria desenvolvida a análise do comportamento passado dos principais setores da economia brasileira, diagnosticando-se os problemas observados e

estabelecendo-se os planos de ação para o futuro e os principais objetivos setoriais, em consonância com os objetivos básicos de crescimento;

- consolidação dos elementos normativos sob o controle do governo, com a reunião dos planos setoriais de desenvolvimento, chegando-se à consolidação dos elementos normativos do Plano, a qual seria submetida aos necessários testes de compatibilidade com o modelo global de desenvolvimento, a fim de assegurar a sua coerência com os objetivos básicos de crescimento.

O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social pretendia operar nos seguintes sentidos:

- infraestrutura:
 - * energia (energia elétrica, petróleo e carvão)
 - * transportes
 - * comunicações
- agricultura e abastecimento:
 - * agricultura e reforma agrária
 - * abastecimento
- indústria e mineração, serviços:

- * desenvolvimento industrial
- * indústria mecânica e elétrica
- * siderurgia
- * indústria de metais não-ferrosos
- * indústria química
- * papel e celulose; borracha; indústrias tradicionais
- * indústria de construção e indústria de minerais não-metálicos (cimento)
- * mineração
- * pesquisa de recursos minerais
- * turismo
- desenvolvimento social:
 - * educação e mão-de-obra
 - * cultura
 - * saúde e saneamento
 - * previdência social
 - * habitação
- desenvolvimento regional e urbano

- * diretrizes para a formulação de uma política de desenvolvimento regional do Governo Federal
 - * regionalização dos programas industriais
 - * Centro-Sul como Região
 - * desenvolvimento do Nordeste
 - * desenvolvimento da Amazônia
 - * política do desenvolvimento urbano.

Os promotores de tal planificação identificavam-na como mais um dos passos do "Governo Revolucionário" a ser empreendido no contexto econômico:

Segundo já tivemos oportunidade de assinalar, coube ao Governo Revolucionário estudar, planejar e iniciar a execução das reformas institucionais, cujos principais campos são o tributário, habitacional, agrário, bancário, do mercado de capitais, previdenciário, estatístico e administrativo. O que se vinha verificando no Brasil era uma expansão desordenada das atribuições do poder público sem uma evolução adequada do mecanismo administrativo. De fato, os estudos realizados revelaram a existência de uma máquina emperrada, excessivamente centralizada, descoordenada, inadequada para atender, na forma desejável, às mais elementares necessidades de um serviço público compatível com o desenvolvimento econômico e social. Daí o objetivo primordial da reforma ter sido a modernização de seus instrumentos, principalmente no sentido da descentralização, e o estabelecimento da efetiva responsabilidade dos seus administradores e, ao mesmo tempo, a criação de controles que assegurem a correta aplicação dos dinheiros públicos, sem prejuízo do ritmo de trabalho e sem diminuir seu grau de eficiência.

As incongruências internas associadas aos efeitos oriundos da crise econômica internacional mostraram os limites do "Milagre". Do conjunto da população brasileira, "apenas um quarto tinha acesso ao mercado de consumo criado durante o 'Milagre'", enquanto que "o restante continuava vivendo na mais absoluta pobreza e miséria", aparteado "da educação, da saúde e do mercado de trabalho". O abalo do "Milagre" deu-se a partir da "primeira crise mundial do petróleo", com o vertiginoso aumento do preço de tal produto, comprometendo o abastecimento brasileiro. Além disso, "as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras internacionais subiram", em um quadro no qual "o Brasil devia muito dinheiro aos bancos estrangeiros, pois havia solicitado empréstimos para realizar grandes obras públicas de infraestrutura, visando à expansão industrial". Desde então "começou a ruir o modelo de desenvolvimento adotado pelos militares", o qual "pressupunha petróleo barato e empréstimos com juros baixos". Ainda assim, "os governos militares continuaram a tomar empréstimos no mercado financeiro internacional, e o resultado, óbvio", de tal "política foi o aumento, muito acima do habitual, da dívida externa"²¹⁰.

Tal orientação econômica começou "a mostrar sua fraqueza ao longo do governo Ernesto Geisel, quando os dois pilares do desenvolvimento brasileiro", ou seja, "endividamento externo e arrocho salarial", pareciam "chegar ao limite".

²¹⁰ LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 841-842.

O "Milagre" entrave em crise e com ela acentuava-se "o descontentamento com o regime", que se tornava "alvo de profundas críticas, acusado, em particular, de ter acentuado as desigualdades regionais e sociais, com uma brutal concentração de renda junto aos mais ricos"²¹¹. Nessa linha, "o Milagre durou pouco", de modo que "a inflação voltaria a crescer a partir de 1973 e a dívida externa acabaria por se tornar um problema", pois "ela passou de US\$ 4,5 bilhões em 1966 para US\$ 12,6 bilhões em 1973". Daí em diante "o Brasil teria de desembolsar cada vez mais dólares com o 'serviço da dívida'", ou seja, "o pagamento de juros e amortizações". Além disso, com restritas possibilidades de negociação salarial, "entre 1964 e 1974, houve perda do poder aquisitivo" e "o salário mínimo não cresceu e houve forte concentração de renda"²¹².

No âmbito social, o aparelho estatal foi marcado por práticas como a repressão, a censura, a tortura, a perseguição e o controle. Algumas estruturas foram organizadas e outras reaproveitadas no sentido de manter a "segurança nacional", no sentido de ampla coerção da sociedade. Dentre esses órgãos repressivos estiveram o Departamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), com suas "sucursais" estaduais. Além disso, foi instituído o Inquérito Policial-Militar, extremamente rápido na identificação de suspeitos e condenação de possíveis culpados. Criado pelo Decreto-Lei Nº 1.002, de 21 de

²¹¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do Golpe Militar à redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, M.Y. (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 299.

²¹² FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 81.

outubro de 1969²¹³, tal inquérito visava à "apuração sumária de fato", tendo "o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua" era "a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal".

As restrições salariais caracterizaram também as práticas governamentais, com a projeção da perspectiva pela qual se propalava que a população deveria promover sacrifícios, os quais viriam a ser recompensados, uma vez obtidos os dividendos do crescimento econômico. Entretanto o progresso e o desenvolvimento não foram para todos, com a manutenção dos privilégios e da concentração da renda e, por outro lado, das situações de precariedade social. Houve um incentivo à poupança, como forma inclusive de obtenção de moradia, como foi o caso da criação do Banco Nacional de Habitação, instituído pela Lei Nº 4.380, de 21 de agosto de 1964²¹⁴, o qual tinha como finalidades:

- orientar, disciplinar e controlar o sistema financeiro da habitação;
- incentivar a formação de poupanças e sua canalização para o sistema financeiro da habitação;
- disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado nacional de capitais;

²¹³ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1969. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

 $^{^{214}}$ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL — 1964. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

- manter serviços de redesconto e de seguro para garantia das aplicações do sistema financeiro da habitação e dos recursos a ele entregues;
- manter serviços de seguro de vida de renda temporária para os compradores de imóveis, objeto de aplicações do sistema;
- financiar ou refinanciar a elaboração e execução de projetos promovidos por entidades locais de conjuntos habitacionais, obras e serviços correlatos;
- refinanciar as operações das sociedades de crédito imobiliário;
- financiar ou refinanciar projetos relativos à instalação e ao desenvolvimento da indústria de materiais de construção e pesquisas tecnológicas, necessárias à melhoria das condições habitacionais do país.

A política trabalhista também sofreu forte revés durante a ditadura, com o fim da estabilidade no emprego e a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado pela Lei Nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Tal dispositivo alterava a Consolidação das Leis do Trabalho, com a criação de um "fundo" que compensaria o trabalhador em casa de demissão. Segundo a legislação, "o empregado" poderia "utilizar a conta vinculada, nas seguintes condições":

- no caso de rescisão sem justa causa, pela empresa, comprovada mediante declaração desta, do sindicato da categoria do empregado ou da Justiça do Trabalho, ou de cessação de suas atividades, ou em caso de término de contrato

- a prazo determinado, ou, finalmente de aposentadoria concedida pela Previdência Social, a conta poderia ser livremente utilizada;
- no caso de rescisão, pelo empregado, sem justa causa, a conta poderia ser utilizada, parcial ou totalmente, com a assistência do sindicato da categoria do empregado ou, na falta deste, com a do representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nas seguintes situações devidamente comprovadas:
- * aplicação de capital em atividade comercial, industrial ou agropecuária, em que se haja estabelecido individualmente ou em sociedade;
 - * aquisição de moradia própria;
 - * necessidade grave e premente, pessoal ou familiar;
 - * aquisição de equipamento destinado a atividade de natureza autônoma;
 - * casamento do empregado do sexo feminino.

As estruturas que marcaram o regime ditatorial não foram estanques entre si e sim inter-relacionadas. As práticas autoritárias, coercitivas e centralizadoras do poder mais acirradas foram a marca registrada dos primeiros anos da ditadura, sendo concomitantes com o auge da repressão política e social e com o apogeu do "Milagre" econômico brasileiro. Entretanto, a crise econômica mundial reduziria drasticamente os investimentos externos, levando também à derrocada de tal "Milagre" e, progressivamente, o questionamento às atitudes governamentais iria crescendo. A insatisfação com

o Estado autoritário, as precariedades socioeconômicas, a crescente inflação, o aumento do custo de vida, a contenção salarial e o fracasso das políticas econômico-financeiras foram trazendo consigo um recrudescimento do espírito contestatório e reivindicatório. Foi nesse ambiente que se iniciou um longo e paulatino processo de redemocratização, amplamente tutelada pelos próprios governos ditatoriais.

A primeira etapa de "institucionalização" do regime ocorreu na administração de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), durante a qual foram estabelecidos os primeiros quatro Atos Institucionais (AIs) e trinta e sete Atos Complementares (ACs). Durante o governo do seu sucessor, Artur da Costa e Silva (1967-1969), ocorreu a radicalização do autoritarismo, com a implementação do AI-5 e mais seis AIs, além de vinte e cinco ACs. Com o afastamento de Costa e Silva por motivo de saúde, para evitar a posse do Vice-Presidente, Pedro Aleixo, um civil, foi implantada uma Junta Governativa Provisória (agosto a outubro de 1969), durante a qual foram editados mais seis Als e quinze ACs. Em seguida assumiu Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), quando ocorreu o apogeu do modelo autoritário, bem como o ápice do "Milagre" brasileiro, e a decretação de vinte e dois ACs. O próximo "general-presidente" foi Ernesto Geisel (1974-1979), em cuja administração iniciou-se o processo de abertura e foram editados cinco ACs. Finalmente, deu-se o governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), durante o qual ocorreu a conclusão da reabertura e da transição em direção à retomada democrática.

O processo de redemocratização do Brasil foi amplamente tutelado pelos governantes militares que intentaram realizar uma abertura "lenta, gradual e segura", ou seja, realizada paulatinamente e "com segurança" para os militares detentores do poder. Nesse quadro, "os generais brasileiros conduziram uma redemocratização cuidadosamente calibrada, num processo controlado por eles do início ao fim"²¹⁵. Tal "projeto de abertura deveria claramente comportar garantias básicas para o regime", quer seja, "evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964" e realizar-se "em um tempo longo – seu caráter lento –, de mais ou menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura" de mais um general-presidente²¹⁶.

O itinerário da reabertura foi estabelecido no governo de Geisel, o qual iniciou a adoção de medidas em direção à distensão do regime. Nesse sentido, em dezembro de 1977, a Presidência prometia "o fim das leis de exceção" e sua substituição por "salvaguardas constitucionais". Diante dos indícios iniciais de flexibilização do regime, apareceriam as primeiras greves, vindo o governo a reagir em agosto de 1978 proibindo manifestações grevistas nos setores considerados básicos. Já em outubro do mesmo ano foi enviado projeto ao Congresso prevendo alterações na Lei de Segurança Nacional e, em dezembro, foi revogado o instituto do banimento.

²¹⁵ ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 18.

²¹⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985).* 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 334.

A conclusão da abertura se daria durante o governo de João Figueiredo, no qual, em agosto de 1979, foi sancionada a anistia, por meio da Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a qual determinava a concessão de "anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979", tivessem cometido "crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais", bem como "aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público", e também "aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares"²¹⁷. A partir de tal legislação retornaram ao país e/ou à vida pública várias das lideranças cujos direitos políticos tinham sido cassados pela ditadura.

O processo de abertura prosseguiu nos últimos meses de 1979, ocorrendo uma nova reforma partidária, com a extinção do MDB e da ARENA. Nesse quadro esteve inserida a promulgação da LEI Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que regulava "a fundação, a organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos". Segundo tal legislação, "os partidos políticos, pessoas jurídicas de direito público interno", deveriam destinar-se "a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos humanos fundamentais, definidos na Constituição". Previa ainda que "a ação dos partidos" seria "exercida em âmbito nacional, de acordo

²¹⁷ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1979. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

com seu estatuto e programa, sem vinculação, de qualquer natureza, com governos, entidades ou partidos estrangeiros"²¹⁸. A partir de então se daria o estabelecimento de novos partidos políticos, processo que se estendeu ao ano seguinte, com a criação de várias novas siglas²¹⁹.

O Partido Democrático Social (PDS) trazia no seu bojo significativa parte dos membros da extinta ARENA. Em tom ufanista, o PDS abria seu conteúdo programático afirmando que o Brasil estava "entre as dez maiores economias do mundo", rompendo "a muralha do atraso" e começando "a viver o sonho do grande projeto nacional". Defendia uma prática reformista, no sentido de enfrentar "de modo corajoso e realista os graves problemas" nacionais, citando dentre eles: uso da terra, êxodo rural, convivência urbana, segurança pública, habitação popular, educação, saúde, previdência, minorias sociais, distribuição de renda, defesa do consumidor, preservação da natureza, qualidade de vida, pesquisa e criação de tecnologia, exploração de recursos minerais e democratização dos bens culturais. Pretendia ser um "partido moderno", razão pela qual deveria "capacitar-se para, através de ideias, vincular os eleitores e os eleitos, intermediar aspirações, transformando-as em decisões de governo", precisando para tanto "de doutrina, organização e liderança, capazes de, num

²¹⁸ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — 1979. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

²¹⁹ Citados os programas dos novos partidos a partir de: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas.* 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 557-702.

sistema integrado, gerar e administrar o poder". Para tanto, o PDS fixava seus compromissos doutrinários nos campos político, econômico e social.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) originara-se de parte do extinto MDB, que concentrara a oposição durante o regime ditatorial, de modo que seu conteúdo estava profundamente vinculado ao espírito de combate ao autoritarismo até então vigente. A nova agremiação propunha-se a prosseguir e intensificar "a luta travada" pelo partido que lhe dera origem "em prol das grandes teses democráticas"; a realizar "uma prática política de organização e de mobilização"; a "fazer uma oposição confiável ao povo" e "não aos detentores do poder"; a dar "primazia à obra de mobilização popular"; a "lutar pelas garantias econômicas e jurídicas"; a organizar-se com base em um "colegiado efetivo"; a organizar "um programa que aponte o caminho para a democratização das formas de poder e produção", visando entre outros pontos à "erradicação da miséria", à "transformação social", à "integração da nação" e à formação de uma "frente democrática com outros partidos de oposição". O PMDB definia seus princípios básicos e suas interfaces programáticas quanto ao sistema de poder, à organização da sociedade, à economia e às políticas sociais.

O Partido da Frente Liberal (PFL) era constituído por egressos da ARENA, dissidentes do PDS, que afirmavam se reunir "com o propósito de efetivar as aspirações populares e promover as mudanças que a sociedade" estaria a desejar. Dizia que seu "compromisso maior" seria a liberdade, pretendendo também combater a centralização político-administrativa e a concentração de poder. Pretendia "libertar as imensas energias criadoras do homem brasileiro";

realizar um "amplo processo de libertação" contra "a asfixia burocrática", a "voracidade fiscal" e a "interferência excessiva do Estado na atividade econômica"; e coibir "o crescimento descontrolado da atividade empresarial do Estado". Tinha a intenção de fomentar o desenvolvimento nacional e eliminar as "carências essenciais no campo da alimentação, saúde, educação e habitação". Considerava que "governar é atividade essencialmente ética", visando a constituir um partido "plural, democrático e aberto", que lutaria por uma nova Constituição, no sentido de consolidar "as instituições democráticas" e consagrar "as mudanças reclamadas". O PFL definia ainda suas diretrizes nos âmbitos social, econômico e político-institucional e administrativo.

O grupo petebista liderado por Leonel Brizola perdeu na Justiça a sigla PTB para ala chefiada por Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio, levando-o a criar uma nova agremiação partidária, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). O novo partido apontava seus fundamentos embasados "na consciência democrática nacional e nas grandes lutas históricas do trabalhismo brasileiro" e definia-se como "um partido que defende a democracia, o nacionalismo, o socialismo", visando a atuar na qualidade de "um partido nacional e popular", alicerçando-se "nas batalhas democráticas do povo". Os organizadores da agremiação preocupavam-se em abordar conceitos como o "trabalhismo democrático" as relações do trabalhismo com a nação brasileira; a "democracia trabalhista"; o "trabalhismo e os valores humanos"; os "direitos democráticos e sociais"; a "propriedade social e a propriedade privada"; o "trabalhismo democrático e o desenvolvimento" e a ações "no plano internacional". O PDT

anunciava também seus "compromissos prioritários" e seus planos quanto aos aspectos político, econômicos, sociais, educacionais e culturais e na esfera internacional.

Um novo partido que surgiu durante o processo de redemocratização, apresentando significativa independência em relação às agremiações previamente existentes, foi o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual afirmava surgir "da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la". Uma das bandeiras do PT eram as lutas sociais, apontando que, "após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira" constituía "a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos". Além disso, apresentava-se como "um partido de massas", batendo-se "pela participação política dos trabalhadores". O plano de ação petista envolvia questões como a "liberdade de organização partidária e sindical"; o "desmantelamento dos órgãos de repressão política" e o "fim da legislação de exceção"; o "combate à política salarial" vigente; a luta "por melhores condições de vida"; o debate "sobre a questão agrária"; a "independência nacional"; e o "apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios".

Além dessas, surgiram outras siglas e algumas pré-existentes foram retomadas. No sentido de dar vantagem ao partido situacionista e manter a tutela sobre o processo de reabertura, os governantes estimularam a fragmentação das oposições e determinaram a proibição das alianças, visando a

enfraquecer as forças de oposição. Além dos partidos, as organizações sindicais também tiveram papel relevante no processo de redemocratização, fundamentalmente a partir da reorganização dos sindicatos e da mobilização dos trabalhadores. Nesse sentido, "facilitado por um período de transição política para a democracia", a qual "ajudara a conquistar e que lhe garantia campo de atuação, e por uma conjuntura econômica de elevada inflação", a qual servia para fornecer "combustível mobilizatório, o sindicalismo nacional acumulou vitórias organizativas importantes", vindo a reocupar "o espaço político do qual havia sido privado pelos governos militares"²²⁰.

O encaminhamento da redemocratização firmou-se a partir de 1982, com as eleições diretas para os Governos dos Estados. Ainda assim houve resistência da "linha dura", que pretendia a manutenção do poder nas mãos dos militares. As manifestações reivindicatórias e antigovernamentais ganhavam corpo e o ponto alto deu-se a partir da campanha das "Diretas-Já", em 1984, com uma ampla mobilização pela realização imediata de eleições diretas para a Presidência da República. Tal campanha "apaixonou a população" e "humilhou aos seus adversários, mesmo quando resultaram vencedores", tendo em vista "o temor do governo e dos antigos defensores da linha dura"²²¹. As "Diretas-Já"

²²⁰ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e política no Brasil: do golpe à redemocratização (1964-1985). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização — Quarta República (1964-1985).* 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 266.

²²¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve historia conteporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 235.

foram organizadas "pelas oposições ao regime", mobilizando "amplos segmentos da população brasileira em escala e forma jamais vistas antes"²²². A emenda que levava em frente tal intento, entretanto, não foi aprovada, de modo que a culminância da abertura tutelada, "lenta, gradual e segura", ocorreria com a realização de mais uma eleição indireta para a escolha do próximo Presidente da República.

Assim, as eleições presidenciais de 1985 manteriam o modelo indireto, promovido por meio do Colégio Eleitoral, seguindo a forma de escolha empregada durante a ditadura. Para garantir a conclusão da transição democrática, a oposição optou por Tancredo Neves, como um nome aceitável aos promotores da reabertura, e "um político moderado que se apresentou como símbolo dos princípios constitucionais e da reconciliação"223. As negociações da chapa oposicionista levaram a uma composição, com a opção por José Sarney para a Vice-Presidência. A 15 de janeiro de 1985, a chapa liderada por Tancredo Neves vencia as eleições, com 480 votos no Colégio Eleitoral, contra 180, para Paulo Maluf, candidato governista.

Em seguida, Neves adoeceu, foi hospitalizado e acabou por falecer, provocando forte comoção popular, vindo a Presidência a ser assumida por José Sarney. Como ocorrera ao final da ditadura estado-novista, cujo Presidente que a sucedeu, Gaspar Dutra, fora integrante do Estado Novo, encerrado o regime

²²² LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação.* São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 886.

²²³ ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 18.

militar, o primeiro Presidente civil, José Sarney, era um político de linhagem udenista, que "fora sempre ligado aos militares, defendendo todos os fracassos de suas administrações", além de ter sido "presidente da ARENA, quer dizer, da força de choque do governo castrense". O novo Presidente "somente se afastou dessa aliança quando compreendeu que era uma causa perdida"²²⁴. Nesse cenário, "o imponderável parecia ter se assenhorado do país", pois como seria possível "aceitar, no mínimo compreender, que Sarney tornara-se Presidente para conduzir o país da ditadura para a democracia?", uma vez que "seu passado não lhe dava autoridade política para a missão"²²⁵.

Encerrado o regime discricionário, os novos detentores do poder anunciaram a formação de uma Nova República, prometendo uma reestruturação geral do país. As heranças deixadas pelos governos militares eram múltiplas, como foi o caso da alta inflação, do pesado custo de vida, da retração salarial e do incremento da dívida externa. Além disso, era necessária a conclusão do processo de redemocratização, com a elaboração de uma nova Constituição. O Governo de Sarney ficou marcado pelo empreendimento da transição e por buscar soluções para alguns dos problemas que assolavam o Brasil. Nesse sentido, foi estabelecido, no início de 1986, o Plano Cruzado, que

²²⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve historia conteporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 239.

²²⁵ FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 37-38.

congelava preços (em alta) e salários (em baixa). Diante de um país calejado pela espiral inflacionária, com galopantes aumentos de preços, tal plano teve considerável apoio popular. Os governantes chegaram a ser encarados como "heróis nacionais" e o crédito para com eles foi tamanho que "o povo entrava nos supermercados exibindo *bottons* com a inscrição 'Sou fiscal do Sarney, verificava os preços e denunciava os gerentes", quando notava remarcações ilegais²²⁶.

Em mensagem ao Congresso Nacional, o Presidente definia sua política econômica:

A inflação é, sem dúvida, o problema mais angustiante da realidade contemporânea brasileira. A possibilidade de crescimento econômico e justiça social só existe de forma duradoura se mantivermos o controle do processo inflacionário. (...)

A estratégia de combate à inflação está delineada e vem sendo firmemente implantada. A contenção do déficit público, o pacto social e efetiva política de abastecimento são as bases dessa estratégia. (...)

O governo não pretende deter a espiral inflacionária mediante imposição de limites irreais e injustos aos reajustes salariais. É seu compromisso a progressiva e segura elevação do salário mínimo e das camadas mais baixas de rendimentos, de forma que a massa salarial acompanhe e desfrute do crescimento do PIB. (...)

A garantia de abastecimento interno é o melhor remédio contra a especulação. Por isso, o governo tem procurado tirar vantagem da grande diversidade geográfica do país. (...)

²²⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 539.

Estabelecido o controle da inflação, a economia brasileira pode e deve crescer no mínimo 6% ao ano, garantindo o processo de superação do desemprego e da pobreza.²²⁷

Mas, para decepção geral, tal Plano acabaria por revelar-se como uma estratégia eleitoral, garantindo ao governo ampla vitória no processo eleitoral que se seguiu, ou seja, "Sarney garantiu uma vitória esmagadora a seus aliados em todo o país"228. Entretanto, após as eleições o Plano Cruzado naufragou e a inflação recrudesceu ainda mais, esboroando-se o conjunto de promessas quanto ao controle inflacionário, à justiça social, ao pleno abastecimento e ao crescimento econômico. O Governo Sarney elaborou "outros planos semelhantes, tentando deter a onda de desabastecimento e a alta da inflação, mas novamente fracassou"229. Houve a retomada da "inflação descontrolada", com a qual a população se viu na contingência de enfrentar e sobreviver²³⁰. O significativo "desapontamento com o fracasso" dos "planos de estabilização formulados durante o Governo Sarney acarretou" uma "perda de confiança que decorreu do fracasso de um governo em que a população depositava grande esperança, e que prometia democracia com desenvolvimento", vindo a

²²⁷ SARNEY, José. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1986. p. 15-17.

²²⁸ ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 24.

²²⁹ LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 905.

²³⁰ FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 114.

contribuir "para promover a descrença de que o Estado podia ter um papel positivo para a sociedade e para a economia"²³¹.

No campo da reinstitucionalização, "inquieta e insegura, a sociedade", através de "suas associações de classe e pelos partidos mais progressistas, aumentou a pressão pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte", visando a "substituir a Constituição de 1967, legada pelos militares". Entretanto, "a maioria dos deputados decidiu pela convocação de um Congresso Constituinte, frustrando, mais uma vez, os anseios dos setores mais progressistas da sociedade", os quais "pretendiam realizar uma eleição exclusiva – uma verdadeira Assembleia Nacional Constituinte – para escolher seus representantes na elaboração da nova carta constitucional" 232. Vencida a ideia da "constituinte exclusiva", em fevereiro de 1987 foi instalado o Congresso Constituinte, sob a presidência do peemedebista Ulysses Guimarães. Encerrados os trabalhos constituintes, em outubro de 1988, foi promulgado o novo texto constitucional que ficou conhecido como "Constituição cidadã" 233.

²³¹ PRADO, Luiz Carlos Delorme & LEOPOLDI, Maria Antonieta. O fim do desenvolvimentismo: o Governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 — Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 107.

²³² LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação.* São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 906.

²³³ BONAVIDES, Paulo & ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 449-519.

A Constituição de 1988²³⁴ estabelece que a "República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal" é constituída "em Estado democrático de direito", tendo por fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. De acordo com o texto constitucional "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". O arcabouço constitucional demarca também os "objetivos fundamentais" da República: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No que tange às relações internacionais, o Brasil é regido pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

A Carta prevê a manutenção dos três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, que deveriam agir "independentes e harmônicos entre si". Em relação à representação política, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios

²³⁴ SENADO FEDERAL. *Constituição – República Federativa do Brasil*. Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. As condições de elegibilidade são: a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de 35 anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador, 30 anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, 21 anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz, e 18 anos para Vereador. São considerados inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição são categorizados em "direitos e deveres individuais e coletivos" e os "direitos sociais". Quanto aos "direitos e deveres individuais e coletivos", fica demarcado que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade", e, dentre eles, ficam demarcados:

- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações;
- ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei:
- ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
- é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião

anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

- é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
- a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
- as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
- ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
- as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;
- é garantido o direito de propriedade;
- a propriedade atenderá a sua função social;
- a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;
- no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;
- aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;
 são assegurados, nos termos da lei:

- * a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;
- * o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;
- a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país;
- é garantido o direito de herança;
- o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;
- todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
- a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;
- não haverá juízo ou tribunal de exceção;
- é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;
- não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;
- a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;
- a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
- a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

- a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;
- constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;
- nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;
- a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos;
- não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra declarada, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis;
- é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;
- nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;
- não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;
- ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;
- ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
- aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

- ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;
- a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;
- conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;
- qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos

No texto constitucional são considerados "direitos sociais" a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, são previstos:

- relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

- fundo de garantia do tempo de serviço;
- salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
- piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
- décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- salário-família para os dependentes;
- duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
- repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
- gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

- licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- aposentadoria;
- assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;
- reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
- proteção em face da automação, na forma da lei;
- seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
- ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional;
- proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
- proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
- proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

- proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;
- igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Em seu conjunto, o texto da Constituição de 1988 apresenta a seguinte estrutura:

- princípios fundamentais
- direitos e garantias fundamentais
 - * direitos e deveres individuais e coletivos
 - * direitos sociais
 - * nacionalidade
 - * direitos políticos
 - * partidos políticos
- organização do Estado
 - * organização político-administrativa
 - * União
 - * Estados federados
 - * Municípios
 - * Distrito Federal e Territórios
 - * intervenção
 - * administração pública
 - disposições gerais
 - servidores públicos civis
 - ¬ servidores públicos militares
 - ¬ regiões

- organização dos poderes
 - * Poder Legislativo
 - Congresso Nacional
 - atribuições do Congresso Nacional
 - Câmara dos Deputados
 - Senado Federal
 - Deputados e Senadores
 - ¬ reuniões
 - comissões
 - ¬ processo legislativo
 - fiscalização contábil, financeira e orçamentária
 - * Poder Executivo
 - ¬ Presidente e Vice-Presidente da República ¬ atribuições do Presidente da República ¬ responsabilidade do Presidente da República ¬ Ministros de Estado
 - Conselhos da República e de Defesa Nacional
 - * Poder Judiciário
 - disposições gerais
 - Supremo Tribunal Federal
 - Superior Tribunal de Justiça
 - Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais
 - ¬ Tribunais e Juízes do Trabalho
 - Tribunais e Juízes Eleitorais
 - ¬ Tribunais e Juízes Militares
 - Tribunais e Juízes dos Estados
 - * Funções essenciais à Justiça
 - Ministério Público
 - Advocacia Geral da União

- Advocacia e Defensoria Pública
- defesa do Estado e das instituições democráticas
 - * Estado de defesa e Estado de sítio
 - * Forças Armadas
 - * segurança pública
- tributação e orçamento
 - * sistema tributário nacional
 - ¬ princípios gerais
 - limitações do poder de tributar
 - impostos da União
 - ¬ impostos dos Estados e do Distrito Federal¬ impostos dos Municípios
 - repartição das receitas tributárias
 - * finanças públicas
 - ¬ normas gerais
 - orçamentos
- ordem econômica e financeira
 - * princípios gerais da atividade econômica
 - * política urbana
 - * política agrícola e fundiária e reforma agrária
 - * sistema financeiro nacional
- ordem social
 - * disposição geral
 - * seguridade social
 - disposições gerais
 - ¬ saúde
 - ¬ previdência social
 - ¬ assistência social

- * educação, cultura e desporto
- * ciência e tecnologia
- * comunicação social
- * meio ambiente
- * família, criança, adolescente e idoso
- * índios
- disposições constitucionais gerais
- disposições constitucionais transitórias

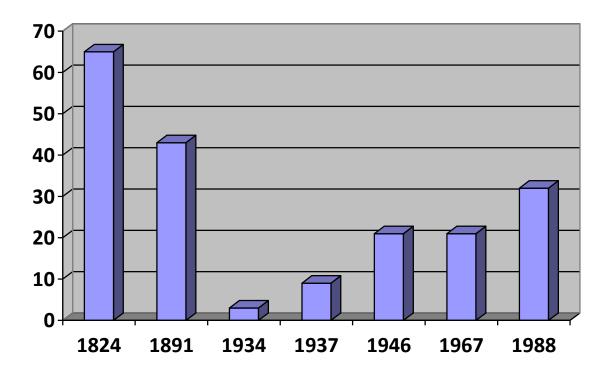
No que tange aos "direitos e liberdades individuais, a Constituição de 1988 é a mais progressista que o país já teve". Ela "reforçou o poder do Legislativo e definiu a independência efetiva do Judiciário, agora capacitado a julgar, e até anular, atos do Poder Executivo". Já "no plano econômico, reservou várias atividades somente para empresas nacionais, protegendo o empresariado nacional" e, "no campo político-administrativo, reforçou o federalismo, ampliando a autonomia administrativa dos estados"235. A carta constitucional "foi definitivamente marcada pelo ressurgimento dos movimentos sociais que ocorreu no início dos anos 1980" e "a paulatina construção de políticas sociais teve um forte estímulo daquele momento". Na concepção de "alguns críticos, a nova Constituição se tornou muito extensa, detalhista, justamente por tentar atender a tantas e tão particulares demandas sociais", mas, a partir dela, "avanços importantes viraram norma constitucional"236. Os próximos gráficos

²³⁵ LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 910-911.

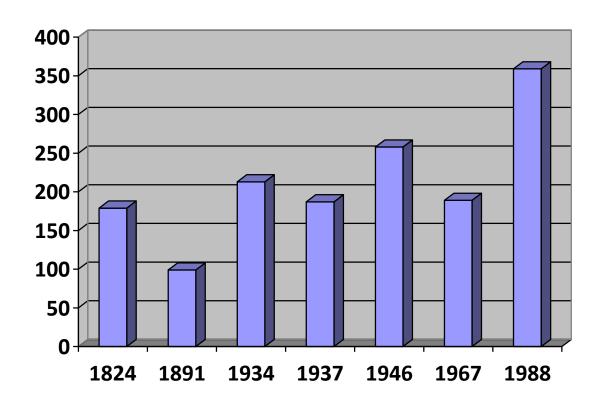
²³⁶ FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 103 e 127.

trazem algumas comparações entre a Constituição de 1988 e as que lhe antecederam.

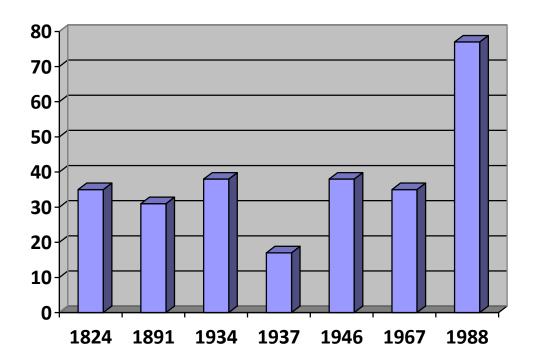
Número de anos de existência



Número de artigos



Itens relacionados aos direitos e às garantias individuais



Afora a do Império e a da República Velha, mais antigas e longevas, a Constituição de 1988 tem sido a mais duradoura dentre os cinco textos constitucionais que se seguiram à Revolução de 1930. Ela é também a mais detalhada, descendo a minúcias na busca pela ordenação da sociedade. Quanto aos direitos e garantias e individuais, a Carta de 1988 bem refletia os períodos pós-ditatoriais, ampliando-os sobremaneira, vindo a tornar-se a mais profunda em se tratando deste tema, quando comparada a todos os demais arcabouços constitucionais que a antecederam. Seu espírito e redação originais foram já bastante maculados, tendo em vista que passou por mais de uma centena de alterações, de modo que significativos segmentos de seu texto foram emendados e remendados.

Apesar de certos avanços previstos no texto constitucional, o contexto histórico dos primeiros tempos de sua existência foi marcado por mazelas de ordem socioeconômica. Nessa época, "os 20% do topo da população ficavam com mais de 60% da renda do país, enquanto os 40% de baixo recebia 10% ou até menos", chegando o país a ser reconhecido como "candidato a campeão mundial de desigualdade econômica". Foi também apontado como "um monumento à negligência social", com um Produto Nacional Bruto de distribuição absolutamente desigual. Além disso, o Brasil aparecia "mergulhado profundamente em dívida" e tinha um alta "percentagem de analfabetismo"²³⁷.

²³⁷ HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 334, 397, 411 e 555.

Foi sob a égide da nova constituição que se desencadeou o devir histórico dos decênios seguintes, mesclado por épocas de estabilidade, progresso e desenvolvimento, e outras, carregadas de instabilidade, regresso, estagnação e crise. A tal Nova República anunciada após o encerramento do regime ditatorial parece ter se desvanecido com o tempo, não havendo grande certeza quanto à sua duração ou culminância. As marcas do processo histórico desencadeado desde os modelos implementados a partir da década de 1930, até a redemocratização dos anos 1980 deixaram raízes profundas na formação histórica brasileira. A partir da Nova República, o país "sofreria vários impasses e desafios, sobretudo no âmbito econômico, com a imposição de diversos planos fracassados, até a relativa estabilização". Houve "impasses institucionais, políticos, econômicos, sociais e, até, no âmbito dos costumes", com "corrupção generalizada e impunidade", as quais se prolongariam, sinalizando "as dificuldades a serem enfrentadas pela nova ordem republicana, não isenta de contradições e de vícios do antigo regime"²³⁸.

²³⁸ LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 872.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.







41

A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Fundação para a Ciência e a Tecnologia





edicoesbibliotecariograndense.com



ISBN: 978-65-89557-06-7